

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO**

**RICARDO ALEXANDRE MARTINS GARCIA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONDIÇÕES DE AUTOGESTÃO  
EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA - MS**

**CAMPO GRANDE – MS  
2011**

**RICARDO ALEXANDRE MARTINS GARCIA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONDIÇÕES DE AUTOGESTÃO  
EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA - MS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Administração.  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.  
Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em  
Administração. Área de concentração: Gestão do  
Agronegócio.

Orientador: Milton Augusto Pasquotto Mariani,  
Dr.

**CAMPO GRANDE – MS  
2011**

**RICARDO ALEXANDRE MARTINS GARCIA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONDIÇÕES DE AUTOGESTÃO  
EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA – MS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 18 de março de 2011.

Prof. Dr. José Nilson Reinert  
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

---

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr. Marçal Rogério Rizzo  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - DCS/CPTL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mayra Batista Bitencourt Fagundes  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## AGRADECIMENTOS

Produzir uma dissertação é um processo em que muitas vezes você se sente solitário, cujo único diálogo é com você mesmo e com os autores, mas sem dúvida, chegar até esse momento é o resultado de muitas interações únicas e das quais algumas são mais do que especiais em nossa história de vida. Assim, em função disso, desejo aqui romper com o protocolo tradicional e transformar esta seção de agradecimentos numa espécie de dedicatória-agradecimentos, se a língua portuguesa assim me permitir. A todos a quem estendo os meus agradecimentos, também fica a minha dedicatória deste trabalho.

E, primeiro desejo agradecer à família. Agradeço à minha esposa, Franciele, amor da minha vida e companheira inigualável, sempre presente em todos os momentos, do incentivo ao ingresso no programa, da mudança de cidade, da angústia na produção textual e até mesmo nas madrugadas à base de muito café. Agradeço aos meus pais, Miguel e Angelita (*in memoriam*) e aos meus irmãos, Luiz Miguel e Renata. Em toda a caminhada até aqui, sem dúvida alguma não teria chegado se não fosse a presença de vocês, tanto na minha formação enquanto pessoa, quanto como profissional. Tenho certeza meu pai que de todo o seu esforço para isso, eu não conheço nem a metade, e você minha mãe, na saudade que sinto, tenho a convicção da sua presença ao meu lado, dando a força que eu precisava e muitas vezes nem sabia. Agradeço ao meu sogro, Luiz, e à minha sogra, Marivete, por tudo o que tem feito e o que continuam fazendo por mim, assim como às minhas cunhadas Patrícia e Paula e ao meu cunhado Juliever. E, claro, a todos os meus familiares que muito torceram por este momento, em especial às minhas tias Neta, Mari e Cida, verdadeiras lutadoras, que na ausência de minha mãe procuraram sempre se fazerem presentes, muitas vezes superando suas próprias dores e saudades.

Agradeço também ao meu orientador, professor Milton, por tudo o que tem feito durante essa jornada, pela paciência nos momentos mais difíceis e pela compreensão de amigo. À professora Mayra, por todas as sugestões nas aulas de seminário e gentileza única nas circunstâncias mais delicadas. E a todos os que foram meus professores no programa de mestrado, com quem tive a oportunidade de aprender conceitos de extrema relevância. Obrigado professor Leonardo, professor Leandro, professor Renato, professor Nilson e às professoras Regina e Patrícia. Obrigado também à Rosali, sempre prestativa, apoiando-nos e nos orientando quanto aos procedimentos acadêmicos.

E, claro, não poderia deixar de agradecer a dois amigos mais que especiais, que me receberam tão bem em Campo Grande que chego a me considerar como parte de suas famílias. Obrigado professor Teodomiro e professora Isa por tudo o que fazem por mim e pela Fran nesta nossa jornada sulmatogrossense. E obrigado, também, ao professor e amigo Marcelo Longo, pelo incentivo e apoio no início desta caminhada.

Infelizmente não posso relacionar nominalmente todos os que contribuíram para este momento, pois houveram muitos, com muitas contribuições, mas de qualquer forma quero dizer muito obrigado, muito obrigado mesmo, de coração.

## RESUMO

GARCIA, Ricardo Alexandre Martins. **Economia solidária e condições de autogestão em empreendimentos econômicos solidários no município de Aquidauana – MS.** 124 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

Orientador: Milton Augusto Pasquotto Mariani

Defesa: 18/03/2011

Este estudo é o resultado de uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica quanto aos objetivos, qualitativa em relação ao processo, dedutiva em sua lógica e aplicado no que diz respeito aos seus resultados. A amostra, não probabilística, foi constituída por empreendimentos instalados do município de Aquidauana-MS. O objetivo geral foi verificar se realmente possuem a característica de economia solidária e, especificamente, buscou-se a caracterização destes empreendimentos econômicos solidários em relação à atividade do turismo e estrutura e avaliar as condições de autogestão neles aplicadas. Os resultados demonstram que os tais empreendimentos possuem muitas características econômicas solidárias, porém não suficientes para serem classificados como tal. Ficou evidente que o turismo é relevante para estas atividades, porém os empreendimentos não possuem relacionamentos consistentes com os prestadores de serviços turísticos locais. Outro fator que descaracteriza estas iniciativas enquanto econômicas solidárias é a ausência da autogestão, evidenciada na maioria dos casos estudados. Este estudo mostrou que, apesar dos atuais investimentos, há muito o que fazer administrativamente para que a economia solidária se desenvolva e, com ela, os empreendedores e empreendimentos.

**Palavras-chave:** Turismo. Economia solidária. Autogestão.

## ABSTRACT

GARCIA, Ricardo Alexandre Martins. **Economic solidarity and self-management in terms of economic enterprises in the city of solidarity Aquidauana - MS.** 124 f. 2011. Thesis (Master in Administration) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

Orientador: Milton Augusto Pasquotto Mariani

Defesa: 18/03/2011

This study is the result of an exploratory, descriptive and analytical about the objectives, qualitative in relation to proceedings in his deductive logic and applied with regard to their results. The sample was not probabilistic, was composed of companies installed in the city of Aquidauana-MS. The overall objective was to verify if they really have the feature of social economy and, specifically, we sought to characterize these sympathetic economic enterprises in relation to tourism activity and infrastructure and assess the conditions imposed on them self. The results show that such ventures have many features solidarity economy, but not enough to qualify as such. It was evident that tourism is important for these activities, but the projects do not have consistent relationships with the local tourism service providers. Another factor which rules out such initiatives as solidarity economy is the absence of self-management, as evidenced in most cases. This study showed that, despite current investments, there is much to be done administratively to the solidarity economy develops and with it, entrepreneurs and enterprises.

**Keywords:** Tourism. Solidarity Economy. Self-Management.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das regiões turísticas de Mato Grosso do Sul .....	14
Quadro 1 – Equipamentos e prestadores de serviços cadastrados no Ministério do Turismo em 2008 .....	22
Quadro 2 – Equipamentos e prestadores de serviços Brasil/Mato Grosso do Sul cadastrados no Ministério do Turismo em 2008 .....	23
Quadro 3 – Estrutura produtiva do turismo .....	25
Quadro 4 – Setores de serviços em turismo .....	26
Quadro 5 – Grandes eventos que marcaram a origem e o reconhecimento da economia solidária. ....	36
Quadro 6 – Principais características dos empreendimentos econômicos solidários .....	53
Quadro 7 – Funções ou processos do processo administrativo .....	54
Quadro 8 – Parâmetros para desenvolvimento da autogestão .....	64
Quadro 9 – Condições que caracterizam autogestão .....	64
Quadro 10 – Empreendimentos considerados, atividade econômica e número de integrantes .....	65
Quadro 11 – Diretrizes para uma política pública relacionada ao turismo .....	67
Quadro 12 – Relações com prestadores de serviços .....	69
Quadro 13 – Período e condições de existência .....	73
Quadro 14 – Natureza do empreendimento, natureza da atividade e atividades coletivas .....	77
Quadro 15 – Motivos de criação dos empreendimentos .....	78
Quadro 16 – Forma de uso das instalações/sede e forma de uso dos equipamentos/instrumentos de trabalho ...	79
Quadro 17 – Faturamento mensal, recebimento de recursos e forma de procura por recursos .....	82
Quadro 18 – Apoio institucional e diretrizes para política pública de apoio institucional .....	84
Quadro 19 – Destino da produção ou serviço .....	85
Quadro 20 – Associação a outros empreendimentos e forma de associação .....	87
Quadro 21 – Sexo dos responsáveis pelos empreendimentos .....	88
Quadro 22 – Faixa etária dos responsáveis pelos empreendimentos .....	89
Quadro 23 – Escolaridade dos responsáveis pelos empreendimentos .....	90
Quadro 24 – Membros, remuneração mensal do empreendimento e associado e conformidade com pretendido .....	92
Quadro 25 – Principais dificuldades .....	95
Quadro 26 – Participação em espaços e fóruns externos. ....	100
Quadro 27 – Funcionamento administrativo e frequência das reuniões .....	101
Quadro 28 – Participação em curso, quantidade de participantes e tipo de curso e duração .....	102
Quadro 29 – Forma de remuneração dos associados .....	105



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Fluxo de chegada de turistas internacionais (milhões) .....	20
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AGRAER</b>	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
<b>ALESPAN</b>	Associação Leste Pantaneira de Apicultores
<b>ANTEAG</b>	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
<b>ARMANITO</b>	Arte em Mármore e Arenito
<b>DEA</b>	Departamento de Economia e Administração
<b>EES</b>	Empreendimento Econômico Solidário
<b>EMBRATUR</b>	Instituto Brasileiro de Turismo
<b>ES</b>	Economia Solidária
<b>FAPEC</b>	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ITCP</b>	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>OCB</b>	Organização das Cooperativas Brasileiras
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SENAES</b>	Secretaria Nacional de Economia Solidária
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>UCDB</b>	Universidade Católica Dom Bosco
<b>UEMS</b>	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>UFGD</b>	Universidade Federal da Grande Dourados
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1.1 PROBLEMÁTICA</b> .....	15
<b>1.2 OBJETIVO GERAL</b> .....	18
1.2.1 Objetivos específicos .....	18
<b>1.3 JUSTIFICATIVA</b> .....	18
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	20
<b>2.1 TURISMO: UM BREVE CONTEXTO</b> .....	20
<b>2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS EMPREENDIMENTOS</b> .....	26
2.2.1 Economia solidária .....	27
2.2.1.1 Origem e desenvolvimento .....	27
2.2.1.2 Os diferentes significados .....	36
2.2.2 Empreendimentos econômicos solidários .....	46
<b>2.3 GESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS</b> .....	53
2.3.1 Origens e conceito de autogestão .....	55
2.3.2 Autogestão e empreendimentos econômicos solidários .....	60
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	66
<b>3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA</b> .....	66
<b>3.2 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA E DOS SUJEITOS DA PESQUISA</b> .....	67
<b>3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS</b> .....	68
<b>3.4 PROCEDIMENTOS DE INTERPRETAÇÃO</b> .....	68
<b>4 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	70
<b>4.1 RELAÇÃO COM TURISMO</b> .....	70
4.1.1 Importância do turismo para o empreendimento .....	71
4.1.2 Relacionamento com prestadores de serviços turísticos .....	73
4.1.3 Viabilidade de atuação no setor do turismo .....	75
<b>4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS</b> .....	76
4.2.1 Tempo e condições de existência dos empreendimentos .....	77
4.2.2 Tipologia dos empreendimentos .....	79
4.2.3 Motivos de criação dos empreendimentos .....	83

4.2.4 Posse dos meios de produção .....	84
4.2.5 Situação financeira .....	85
4.2.6 Apoio institucional .....	88
4.2.7 Destino da produção ou serviço .....	90
4.2.8 Vínculos a outros empreendimentos .....	91
4.2.9 Perfil dos associados .....	93
4.2.10 Rendimento dos associados .....	96
4.2.11 Dificuldades encontradas .....	100
<b>4.3 CONDIÇÕES DE AUTOGESTÃO .....</b>	<b>103</b>
4.3.1 Autoanálise .....	104
4.3.2 Participação .....	105
4.3.3 Controle .....	107
4.3.4 Conflito .....	108
4.3.5 Vínculo de posse dos bens .....	109
<b>5 CONCLUSÕES .....</b>	<b>111</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
<b>7 ANEXO – QUESTIONÁRIO ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONDIÇÕES DE AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE AQUIDAUANA – MS .....</b>	<b>120</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem sido observado um crescimento no número de iniciativas econômicas fundamentadas nos princípios da economia solidária, que vêm ganhando corpo enquanto prática e relevância como objeto de estudos e de debate. Esse crescimento é destacado por Sousa (2008, p. 54) quando comenta que “[...] uma forma de organização do trabalho, baseado na economia solidária, vem ganhando espaço no meio social, na busca de alternativas para superar a crise do desemprego”. Índices correspondentes ao cadastro de empreendimentos desse gênero na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) indicam que no segundo semestre de 2005, conforme Sousa (2008), havia no Brasil 14.954 empreendimentos cadastrados e que em 2007, segundo SENAES, esse número já tinha se elevado para 21.859, representando um crescimento de 46% entre o segundo semestre de 2005 e o final de 2007.

O desemprego é apontado por autores como Singer (2000), Azambuja (2009) e Bertucci (2010), entre outros, como o grande propulsor dessas iniciativas, principalmente no período que abrange as décadas de 1970 e 1990. O aumento no desemprego, que conforme Singer (2000, p. 130) ocorre em função de tendências de “[...] contração do emprego público, contração do emprego nas empresas capitalistas e crescimento muito menor da demanda pela produção autônoma do que seria necessário [...]”, leva os excluídos do processo produtivo, ou seja, os desempregados, a buscarem alternativas que possibilitem suas reinserções nesse processo e, entre essas alternativas, muitas são fundamentadas nos princípios da economia solidária.

As iniciativas identificadas como sendo de base econômica solidária, ou ainda, conforme Sousa (2008), formas de organização do trabalho nela embasadas, são os denominados empreendimentos econômicos solidários, que reúnem em torno de uma atividade econômica, de forma associativa e em condição de igualdade, pessoas que normalmente apresentam características ou históricos similares e que “[...] distribuem entre si a renda, fruto do trabalho coletivo [...]” (SOUZA, 2003, p. 252). Nesses empreendimentos, uma característica de grande relevância é a autogestão, considerada por muitos autores, como Azambuja (2009), como elemento fundamental para sua definição e, sem a qual, eles não poderiam ser considerados como econômicos solidários.

A autogestão é um modelo de gestão onde o controle da empresa e as decisões são

exercidos pelos trabalhadores. Eles decidem sobre tudo: metas de produção, participação dos resultados, política de investimentos e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado etc. [...] (ANTEAG[a] citado por NAKANO, 2003, p. 74)

O crescimento apontado do número de empreendimentos econômicos solidários também vem acompanhado de um crescimento no número de estudos e debates em torno do tema economia solidária e das diferentes experiências a ela relacionadas, constituindo o que pode se denominar como uma base de reflexão bastante diversificada e construída em torno de uma prática bem heterogênea. Segundo Sousa (2008, p. 55), “A amplitude de temas, experiências e ações que cerca esse amálgama denominado de economia solidária, possibilita, na mesma medida, uma diversidade de debates, análises e proposições sobre o tema [...]”, ou seja, na mesma proporção em que é diversa e ampla, tornando mais complexo o estabelecimento de classificações e de padrões de comparação, ela também oferece condições para uma análise mais complexa e mais rica em termos de reflexões e proposições. Na economia solidária as contrariedades se fazem presente, conforme destaca Bertucci (2010), e ao mesmo tempo em que se encontram otimistas em relação a seus conceitos e práticas, também se encontram pessimistas manifestando seu pensamento. A hegemonia conceitual não é uma realidade nesse caso e isto sim é um consenso entre seus pesquisadores, como Azambuja (2009, p. 286), que diz que “[...] mesmo entre os acólitos da noção de Economia Solidária há discussões sobre sua definição e que tipo de alternativa que ela representa [...]”.

A diversidade de abordagens em relação ao tema, entretanto, não se repete quando o assunto é a necessidade que os empreendimentos econômicos solidários apresentam de receber apoio e orientações mais qualificadas para o desenvolvimento de suas práticas. Existe um consenso em relação à carência apresentada pela grande maioria desses empreendimentos, que vão desde aspectos financeiros à qualificação de seus membros e que atividades de apoio e orientações constituem-se, conforme Souza (2003) e Singer (2003), em importantes colaborações para que eles evitem encerrarem suas atividades ou se degenerarem. A degeneração nos empreendimentos econômicos solidários é considerada por Singer (2003) e outros autores como o fato da iniciativa deixar de ser econômica solidária, principalmente em relação à autogestão, considerada, conforme já destacado, elemento fundamental nessa classificação.

Assim, diante desse contexto, muitas instituições dedicam suas atenções aos empreendimentos econômicos solidários e se destinam a oferecer alguma forma de apoio a

eles e ao desenvolvimento de suas atividades. Entre tais instituições estão às relacionadas ao meio acadêmico que, além de pesquisarem ou debaterem o tema, constituíram a partir da década de 1990, conforme Sousa (2008), a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, cujo objetivo inicial era o de oferecer assessoramento na formação, capacitação e inserção desses empreendimentos no mercado de trabalho. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio da sua Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFMS), implantada em 2005, está integrada à Rede Universitária e também desenvolve iniciativas de apoio e fomento a esses empreendimentos. E, nesse sentido, mais recentemente, em linha de pesquisa do seu Programa de Mestrado em Administração, do Departamento de Economia e Administração (DEA/UFMS), a instituição foi contemplada através da Chamada Pública MCT/MTUR/FINEP – EES na Cadeia de Turismo – 01/2008 para o desenvolvimento do projeto denominado “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá - IEESTUR”, tendo como objetivos: analisar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da cadeia produtiva do turismo já existentes, contemplando as seguintes dimensões: social, político-ideológica, econômica, tecnológica e organizacional; subsidiar os gestores dos projetos analisados, bem como o poder público local, com as informações técnicas apuradas, indicando possíveis adaptações nos EES analisados, sobretudo no que tange ao plano de negócios, organização e competitividade do empreendimento; sugerir, face ao diagnóstico estrutural dos EES já existentes, a incubação de novos EES na cadeia produtiva do turismo, tendo em vista as demandas dos grupos sociais e as vantagens comparativas iminentes à região; e promover a ampla divulgação dos dados apurados, sobretudo para as autoridades público-privadas competentes e para a comunidade como um todo. O projeto está sendo desenvolvido em conjunto com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com auxílio técnico-financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP) e da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

## 1.1 Problemática

O turismo é considerado como uma das principais atividades econômicas do mundo, com uma receita cambial de 944,4 bilhões de dólares em 2008, conforme EMBRATUR (2010), e que apresenta elevado potencial para geração de emprego, renda e desenvolvimento. Mas, apesar disso, Alban (2008) vê um aproveitamento inadequado das oportunidades que são criadas pelo setor no cenário brasileiro. Esse autor diz que embora a atividade tenha recebido investimentos, o país não conseguiu avançar de forma satisfatória nesse sentido e recebe um volume menor de turistas em relação a outros países do mundo, até mesmo menores e na mesma condição de distância dos principais emissores mundiais do turismo. Dados do EMBRATUR (2010) indicam a inferioridade dos números do país em relação aos índices mundiais e da América do Sul. Em 2008, enquanto no mundo houve um fluxo de chegada de 921,8 milhões de turistas internacionais e a América do Sul recebeu 20,8 milhões de turistas, o Brasil recebeu 5,05 milhões, o que é um número considerado pequeno em razão do volume global do turismo, que no período entre 1998 e 2008 cresceu 47,11%, enquanto na América do Sul houve um aumento de 34,19% e no Brasil apenas 4,77%.

Para Nascimento; Soares (2006) há um dilema que impede a denominação do turismo como um meio inequívoco de desenvolvimento. A maior parte dos estudos sobre o tema, segundo os autores, apontam índices de empregos indiretos e não diretos e divulgam investimentos e entrada de turistas, mas não discutem os benefícios que isso realmente traz para a população, ou seja, os impactos positivos, ou até mesmo negativos, nas localidades em que o turismo é realizado. Segundo eles há uma contradição própria do turismo, a da polarização do emprego, que faz com que as principais ofertas de trabalho acabem se concentrando nos polos emissivos de turistas e não nos núcleos receptivos, onde de fato o consumo turístico acontece, fazendo com que assim a atividade turística exerça pouco impacto em termos de geração de emprego e renda nessas localidades, quando na verdade a expectativa como articulador de desenvolvimento era a de que ocorresse o contrário ou, pelo menos, que houvesse um equilíbrio entre polos emissivos e núcleos receptivos. Em Mato Grosso do Sul mesmo, conforme Oliveira et. al. (2008), o turismo representou 4,59% do PIB estadual em 2004, o que é considerado como um índice pequeno diante do fato que a atividade é apontada pelo Estado como relevante e em exploração, face às características naturais e culturais que atraem turistas de diversas regiões brasileiras e também do mundo.

A polarização do emprego, o não alcance das expectativas relacionadas ao



turismo como fomentador de desenvolvimento e as características das atividades turísticas acabam por constituir um ambiente que se apresenta como favorável ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, visto que além de representarem alternativas para a geração de renda, também apresentam potencialidade para contribuir com um processo desenvolvimento local, que conforme Singer (2006) deve ser contínuo e necessário. O desenvolvimento local é definido como um:

[...] processo que considera, respeita e aproveita as peculiaridades (ou modos de ser e agir), a realidade (enquanto complexidade dos contextos social, cultural e meio-ambiental) e as potencialidades (das pessoas e do meio) de cada comunidade-localidade, entendendo-se inclusive que em relação a esses aspectos nunca uma comunidade-localidade é igual à outra. (ÁVILA, 2005, p. 66)

Apesar de tal potencialidade, a concretização e continuidade das atividades dos empreendimentos econômicos solidários não costuma ser um processo tranquilo, estando normalmente permeado de dificuldades, conforme já citado. Segundo Souza (2003), mesmo o agravamento da pobreza e do desemprego tendo estimulado a proliferação de empreendimentos desse gênero, uma grande parte deles encerram suas atividades em curto espaço de tempo, tornando-se assim, como algumas das iniciativas relacionadas ao turismo, um conjunto de expectativas potenciais e não muito mais do que isso.

É nesse contexto, portanto, que Singer (2003) diz ser imprescindível a presença de especialistas nesses empreendimentos, independente deles serem associados ou de prestarem consultorias. E, é também nesse contexto que se insere o projeto ‘Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá – IEESTUR’, desenvolvido pelo DEA/UFMS, em parceria com outras instituições, e que pode apresentar contribuições significativas aos empreendimentos econômicos solidários existentes nessas regiões e vinculados ao turismo, assim como para o contexto de desenvolvimento dessas localidades. Aquidauana, situada na região turística do Pantanal, conforme figura abaixo, portanto na área de abrangência do projeto, apresenta, segundo BRASIL (2008), por meio de mapeamento realizado em Mato Grosso do Sul entre os anos de 2005 a 2007, a quantia de 13 empreendimentos cadastrados como econômicos solidários e que podem, a princípio, serem beneficiados pelas ações de apoio e orientação.

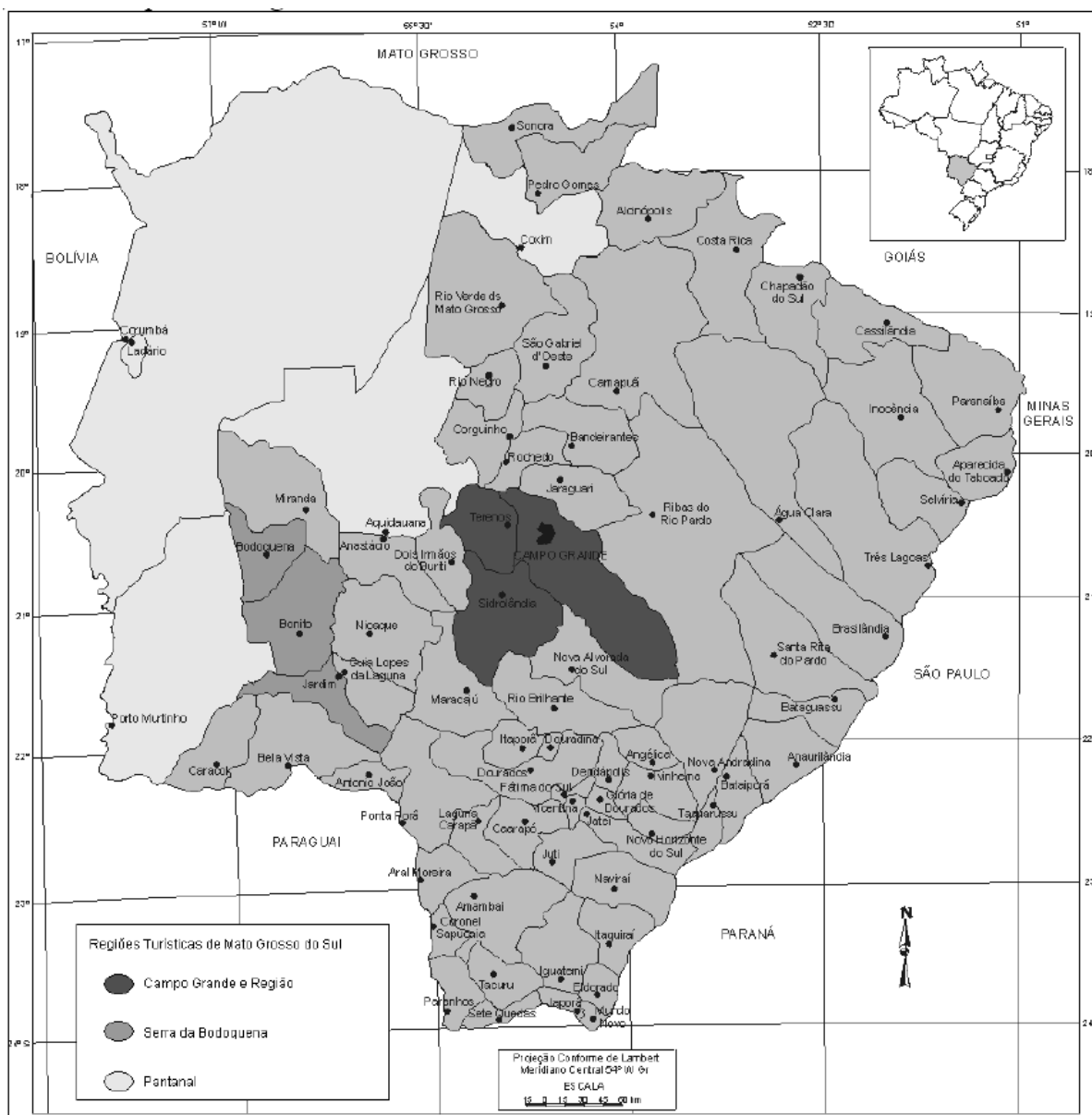


Figura 1 – Mapa das regiões turísticas de Mato Grosso do Sul  
 Fonte: FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2006.

Assim, considerando o contexto apresentado e o fato de que o projeto de Incubação está vinculado a empreendimentos econômicos solidários, surge aqui um questionamento que se torna o problema em torno do qual se desenvolve esta pesquisa: Será que os empreendimentos identificados no município de Aquidauana possuem, de fato, características de econômicos solidários?

## **1.2 Objetivo Geral**

Analisar se os empreendimentos identificados no município de Aquidauana possuem características de economia solidária.

### **1.2.1 Objetivos específicos**

- a) Caracterizar as relações entre os empreendimentos considerados e a atividade do turismo.
- b) Caracterizar os empreendimentos econômicos solidários já instalados em Aquidauana;
- c) Avaliar as condições que caracterizam a existência de autogestão nos empreendimentos estudados.

## **1.3 Justificativa**

O projeto Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá desenvolvido pelo DEA/UFMS apresenta-se como de elevado potencial de contribuição aos empreendimentos instalados nessas regiões, assim como a elas próprias, pois as ações dele decorrentes contemplam a potencialidade do turismo no Estado de Mato Grosso do Sul (cuja plataforma turística é constituída basicamente em torno da Serra da Bodoquena e Pantanal) e a potencialidade dos empreendimentos econômicos solidários para geração de renda e fomento ao desenvolvimento. Para isso, entretanto, é importante que se tenha clareza de quais são os empreendimentos econômicos solidários instalados nessas regiões e quais deles estão de fato vinculados às atividades do turismo.

Em qualquer cenário em que dados desse gênero encontram-se sistematizados e disponíveis aos pesquisadores, a necessidade de identificação e caracterização dos objetos acaba por ser, normalmente, um processo tranquilo, mas este não é

o caso em se tratando dos empreendimentos objetos do projeto em questão. A carência de estudos ou de diagnósticos sobre tais empreendimentos é uma realidade, o que torna esse processo de identificação e caracterização desafiador e necessário e, ainda, que justifica a origem deste estudo, que traz como contribuições o desenvolvimento de reflexões que podem subsidiar o projeto Incubação e, também, agregar mais elementos aos debates em torno da economia solidária que diante da sua diversidade, trata-se, de uma experiência socialmente importante, conforme Wellen (2008), e para a qual se torna relevante a realização de estudos mais aprofundados. E outra contribuição que também é apresentada é a reflexão sobre a relação entre empreendimentos econômicos solidários e a atividade do turismo, cujas características os aproximam e cujas potencialidades em termos de desenvolvimento geram muitas expectativas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Turismo: um Breve Contexto

Os organismos internacionais, conforme Suarez (2007), passaram a ver o turismo, a partir do boom dos anos 1990, como uma importante peça no processo de desenvolvimento, oferecendo, a partir de demandas externas, a possibilidade de desenvolver países e regiões periféricas e, ainda, garantir que tal desenvolvimento ocorra com baixos impactos ambientais. Segundo Nascimento; Soares (2006), a atividade turística é considerada uma indústria limpa e contribuinte para uma melhor qualidade de vida.

Os indicadores do turismo no mundo e no Brasil são de fato interessantes e contribuintes para as expectativas associadas ao setor, assim como para o desenvolvimento de uma diversidade de reflexões e debates.

A tabela abaixo registra os números correspondentes ao fluxo de chegada de turistas internacionais no mundo, América do Sul e Brasil num período de dez anos e a variação percentual ocorrida em relação a eles, sinalizando de forma positiva para o setor, com o crescimento nesses números. Um aspecto que chama a atenção em relação a eles, entretanto, é a baixa variação de crescimento apresentada pelo Brasil se comparada com as demais regiões, que tiveram índices notadamente superiores ao brasileiro. Não cabe aqui, em função dos objetivos propostos, tentar entender as razões de tal diferença, mas de qualquer forma, já se é um aspecto a ser considerado como potencial objeto de outros estudos.

Tabela 1 - Fluxo de chegada de turistas internacionais (milhões)

<b>Região</b>	<b>1998</b>	<b>2008</b>	<b>Varição (%)</b>
Mundo	626,6	921,8	47,11
América do Sul	15,5	20,8	34,19
Brasil	4,82	5,05	4,77

Fonte: Adaptado de EMBRATUR, 2010.

No âmbito interno, ou seja, no que se refere ao turismo realizado pelos brasileiros dentro do próprio território nacional, Gomes; Santos (2007) destacam que em 1998 aproximadamente 38 milhões fizeram pelo menos uma viagem doméstica durante o ano, sem considerar as viagens rotineiras que, realizadas pelo menos uma vez por mês para o mesmo

destino, não foram consideradas como turísticas. “[...] em 2005, aproximadamente 48 milhões brasileiros realizaram pelo menos uma viagem doméstica por ano [...]” (GOMES; SANTOS, 2007, p. 2), ou seja, houve aí também, num período de sete anos, um crescimento no fluxo de turistas na ordem de 26%, aproximando-se do índice de crescimento do fluxo internacional, se considerado a proporção temporal.

Em termos de receitas, apenas em fluxos internacionais, conforme Alban (2008, p. 04), o turismo “[...] expandiu-se ao longo das últimas duas décadas a taxas bastante elevadas, e já representa uma receita superior a 7,5% das exportações globais [...]”. Conforme já citado, e ampliando, em 2008 a receita cambial do turismo no mundo foi de 944,4 bilhões de dólares, com uma participação, nesse pacote, de 2,04% da América do Sul, com uma receita de 19,3 bilhões de dólares, e de 0,61% do Brasil, com uma receita de 5,8 bilhões de dólares. Na América do Sul o Brasil apresentou uma participação de 29,97% na receita cambial de 2008, conforme EMBRATUR (2010).

Também considerando um período de dez anos, a receita cambial turística apresentou significativo crescimento, tanto no mundo, quanto na América do Sul e Brasil. No mundo saiu de 442,25 bilhões de dólares em 1998 para 944,4 bilhões em 2008, registrando, um crescimento de 113,42% no período; na América do Sul o crescimento foi de 63,56%, saindo de 11,8 bilhões de dólares em 1998 para 19,3 em 2008; e, no Brasil, tal crescimento foi de 262,50%, ou seja, um percentual de crescimento bastante superior aos índices de mundo e América do Sul. Em relação a esses dados, é interessante observar que ao contrário do contexto de variação do fluxo de chegada de turistas internacionais, especificado na tabela 1, aqui se vê o Brasil apresentando maior variação positiva em termos de receita cambial, o que indica um possível aumento nos gastos realizados de forma *per capita* pelos turistas, já que a variação no fluxo aconteceu em percentual consideravelmente inferior.

Dados disponibilizados pela EMBRATUR (2010) e apresentados no quadro abaixo apresentam os indicadores dos equipamentos e prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo brasileiro no ano de 2008, o que possibilita, de certa forma, obter um panorama do setor no cenário nacional e onde se vê, de forma predominante, a influência da região sudeste, que abrange os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em termos de concentração desses equipamentos ou prestadores de serviços, sinalizando um possível cenário de polarização do emprego, visto que parte expressiva dos destinos turísticos do país não está instalada nessas regiões. Um aspecto que chama a atenção em relação aos indicadores presentes no quadro é, considerando-se as proporções territoriais e populacionais do Brasil, o baixo número de instituições de ensino de

ensino de turismo e de bacharéis na área, que são, ou pelo menos deveriam ser, indicativos de qualificação dos profissionais que atuam no setor.

<b>EQUIPAMENTO/PRESTADOR DE SERVIÇO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGIÃO DE MAIOR CONCENTRAÇÃO</b>
Agências de turismo	8.348	Sudeste (4.325)
Meios de hospedagem	3.765	Sudeste (1.589)
Parques temáticos	37	Sudeste (17)
Transportadoras turísticas	5.404	Sul (2.592)
Organizadoras de eventos (congressos, convenções e congêneres)	427	Sudeste (170)
Organizadoras de feiras, exposições e congêneres	202	Sudeste (91)
Prestadoras de serviços especializados para organização de eventos	202	Sudeste (91)
Instituições de ensino de turismo	16	Sudeste (9)
Bacharéis em turismo	590	Sudeste (235)
Guias de turismo	5.793	Sudeste (3.407)
Cursos de guia de turismo	33	Sudeste (19)

Quadro 1 – Equipamentos e prestadores de serviços cadastrados no Ministério do Turismo em 2008  
Fonte: Adaptado de EMBRATUR, 2010.

Fora da região de maior influência nas atividades turísticas, mas em sintonia com a concepção do turismo como alternativa de desenvolvimento econômico e social e posicionando-se como um Estado que investe na atividade turística, o Mato Grosso do Sul explora suas riquezas naturais e culturais, de forma a atrair turistas oriundos de diversas regiões brasileiras e também do mundo. Dividido em seis regiões turísticas, que são Campo Grande e região, Rota Norte, Costa Leste e Região, Bonito – Serra da Bodoquena, Caminhos da Fronteira, e Pantanal, o Estado registrou em 2008 um fluxo de 6.950.051 passageiros por transporte rodoviário e aéreo – dado ainda parcial, com uma entrada de 1.034.040 hóspedes em meios de hospedagem e uma permanência média de 2,70 dias. Quanto a equipamentos e prestadores de serviços cadastrados no Ministério do Turismo, o quadro abaixo apresenta alguns números do Estado e sua participação percentual em relação ao cenário nacional. Entre os números, dois índices chamam a atenção pelo seu aspecto contraditório: o que corresponde à existência de cursos de guias de turismo, que representa o maior índice de participação do Estado no cenário nacional, e o que correspondente aos guias de turismo cadastrados, que representa o menor índice. Em relação a isso pode-se conjecturar três possibilidades: os guias formados por esses cursos estão atuando sem cadastro junto ao Ministério do Turismo; ou estão se formando e encaminhando-se para outros destinos turísticos, para além das fronteiras do Estado; ou ainda, estão se formando mas não atuando profissionalmente na área, tendo a formação apenas como uma qualificação, mas não necessariamente como uma profissão. A existência de parques temáticos representa também uma participação mais expressiva, aqui

justificada pelas próprias características do Estado e potencialidades de seus recursos naturais. Os demais equipamentos e prestadores apresentaram índice de participação não tão expressivo, sinalizando uma possível fragilidade do Estado em relação a eles e, até mesmo, uma possível situação de polarização do emprego.

<b>EQUIPAMENTO/PRESTADOR DE SERVIÇO</b>	<b>BRASIL</b>	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>PARTICIPAÇÃO NO PAÍS (%)</b>
Agências de turismo	8.348	148	1,77
Meios de hospedagem	3.765	127	3,37
Parques temáticos	37	6	16,22
Transportadoras turísticas	5.404	88	1,63
Organizadoras de eventos (congressos, convenções e congêneres)	427	13	3,04
Organizadoras de feiras, exposições e congêneres	202	4	1,98
Prestadoras de serviços especializados para organização de eventos	202	7	3,47
Instituições de ensino de turismo	16	2	12,5
Bacharéis em turismo	590	14	2,37
Guias de turismo	5.793	40	0,69
Cursos de guia de turismo	33	7	21,21

Quadro 2 – Equipamentos e prestadores de serviços Brasil/Mato Grosso do Sul cadastrados no Ministério do Turismo em 2008

Fonte: Adaptado de EMBRATUR, 2010.

O principal Estado emissor de turista para Mato Grosso do Sul, conforme Oliveira et. al. (2008), é o Estado de São Paulo, com participação de 52,7% dos turistas recebidos, seguido pelo próprio Mato Grosso do Sul, com 13,4%, e do Paraná, com 12,5%, entre os outros. São Paulo e Paraná são Estados vizinhos de Mato Grosso do Sul, o que é uma condição que pode de certa forma contribuir para essa maior emissão.

Município da região turística do Pantanal, Aquidauana tem uma população estimada em 46.515 habitantes, conforme IBGE (2010), e possui em seu território quatro distritos - Cipolândia, Piraputanga, Camisão e Taunay - e várias aldeias indígenas da Nação Terena. O município é considerado como porta de entrada para o pantanal sul-mato-grossense, que, conforme Oliveira et. al. (2008, p. 515) “[...] é a maior planície neotropical inundável do mundo, reconhecida nacional e internacionalmente pela exuberância de sua biodiversidade como uma das áreas úmidas de maior importância do globo (Martin, 2003)” (OLIVEIRA et. al., 2008, p. 515). As atividades turísticas típicas da região do Pantanal são turismo rural, pesca esportiva, ecoturismo, observação de pássaros, científico, histórico-cultural e compras.

Os indicadores evidenciam a dimensão, relevância e potencialidade do setor turístico, assim como justifica, de certa forma, as expectativas que organizações



internacionais e governamentais apresentam em relação a ele como um possível articulador de desenvolvimento e como alternativa econômica para regiões e municípios, criando, inclusive, conforme Nascimento; Soares (2006, p.11), “[...] uma acirrada concorrência entre países, cidades e regiões para se promover dentro da indústria do turismo [...]”.

Essa indústria e as atividades utilizadas para explorá-la no Brasil, conforme já citado, tem despertado críticas por se acreditar que há um aproveitamento inadequado das oportunidades que são proporcionadas pelo turismo e que fazem com que o país acabe recebendo, conforme Alban (2008), uma quantia anual de turistas internacionais inferiores à de países como Tailândia e África do Sul, que são menores e se encontram em igual condição de distância dos principais centros emissores de turistas.

Para Nascimento; Soares (2006, p.12) a política brasileira de turismo, baseada na ideia de transferência de fluxos de turismo internacional e fundamentada em publicidade, megaprojetos e *resorts* de padrão internacional, levaram, muitas vezes, à “[...] manutenção das populações das regiões receptoras fora de qualquer perspectiva de emprego e renda, sobretudo por não disporem de auto-suficiência financeira, mercadológica e profissional”. Os anos 1990 foram, conforme Alban (2008), de altos investimentos no setor.

[...] Contando com o apoio dos organismos financeiros internacionais para a expansão da infra-estrutura pública, e de grandes investidores privados/institucionais para expansão da rede hoteleira e de resorts, os anos 1990, especialmente em sua segunda metade, foram pródigos em altos volumes de investimento no setor. (ALBAN, 2008, p. 06)

Esse contexto de alto investimento e o não alcance das expectativas em relação a emprego e renda, mesmo diante de indicadores evolutivos, mas não considerados ainda como adequados ou ideais, conduz ao chamado dilema turístico e às suas contradições, que, conforme já citado, impede a denominação do turismo como meio inequívoco de desenvolvimento. Segundo Nascimento; Soares (2006, p. 15) são as contradições próprias do turismo que “[...] tornam tão frágil a idéia do turismo e do desenvolvimento econômico”.

Tais contradições são apresentadas por Nascimento; Soares (2006) como a polarização entre emissor e receptor, a sazonalidade e a intermediação do poder corporativo. A polarização refere-se ao aspecto de que apesar do consumo turístico ocorrer no núcleo receptor, o grande volume de empresas e empregos está concentrado nos polos emissores, como é evidenciado pelos indicadores disponibilizados por EMBRATUR (2010) sobre os equipamentos e prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo. Nascimento; Soares (2006, p.13) dizem que o turismo “[...] só é capaz de gerar

renda e emprego em amplitude quando conjuga atividades receptivas e emissivas, caso da região Sudeste [...]”. A sazonalidade, por um lado, segundo eles:

[...] age de forma incisiva na lucratividade dos empreendimentos que compõem sua oferta, pois promove altos ganhos em períodos de alta temporada, sobretudo quando ofertadas aos grandes centros (nacionais ou internacionais) em pacotes, por outro, gera a dificuldade em reter mão-de-obra nos períodos de baixa temporada, bem como dificulta que as atividades realizadas por iniciativa própria se mantenham e formalizem. (NASCIMENTO; SOARES, 2006, p. 14)

A sazonalidade, inclusive, é uma das características do setor de turismo e apresenta influência sobre as suas transações, cuja frequência é baixa, conforme Alban (2008), principalmente nas pequenas localidades destinadas exclusivamente ao lazer. Os custos dessas transações, ainda conforme Alban (2008), são elevados e podem até mesmo inviabilizar qualquer destino caso não sejam controlados.

Gomes; Santos (2007) dizem que o turismo tem como matéria-prima os recursos naturais e culturais de uma região, que constituem os atrativos turísticos e são os locais ao redor dos quais os agentes locais se reúnem. As operadoras de turismo comercializam o produto turístico, seja por meios próprios ou através de agências de viagem, e o turista compra esse produto em agências ou operadoras, deslocando-se até o local turístico para consumo do produto que adquiriu. A estrutura produtiva do turismo, segundo Gomes; Santos (2007), é composta por agentes locais, agentes externos, agentes de apoio, ambiente institucional e indutores de mudanças na sua estrutura. O quadro abaixo ilustra a estrutura produtiva do turismo apresentada por Gomes; Santos (2007).

<b>ESTRUTURA</b>	<b>EMPREENDIMENTOS</b>
Agentes locais	Meios de hospedagem, restaurantes, entretenimento, agências de receptivo.
Agentes externos	Operadoras de turismo e agências de viagem.
Agentes de apoio	Empresas de transporte, bancos, hospitais e postos de combustíveis, dentre outros.
Ambiente institucional	Poder público, leis e normas que atuam na regulação do setor.
Indutores de mudança	O turista e suas influências.

Quadro 3 – Estrutura produtiva do turismo

Fonte: Adaptado de GOMES; SANTOS, 2007.

Nessa mesma linha de raciocínio, também abordando a estrutura produtiva do turismo, Pagliarussi; Alves (2006) classificam os serviços de turismo em setores primário, secundário e terciário, cujas características e abrangências são apresentadas no quadro abaixo. Nessa classificação, mais compacta que a de Gomes; Santos (2007) no que se refere ao número de categorias, mas não em termos de abrangência, uma ampla gama de serviços está

relacionada, oferecendo apoio e suporte, tanto direto quanto indireto, à atividade. Segundo Pagliarussi; Alves (2006), a união desses setores e as suas coordenações permitem a obtenção de melhores resultados, tanto para a comunidade, como para o setor privado e público.

SETOR	CARACTERÍSTICA	SERVIÇOS
Primário	Especificamente ligado aos serviços de turismo.	Transporte, indústria de viagens, acomodações, alimentação e atrações turísticas.
Secundário	Elemento de apoio à atividade.	Lojas varejistas, bancos, entretenimento, excursões e serviços pessoais.
Terciário	Também considerado elemento de apoio, embora num nível mais distante.	Setor público, imprensa, produtores e fornecedores de comida, fornecedores de combustível, fornecedores da indústria de viagem, infraestrutura e equipamentos.

Quadro 4 – Setores de serviços em turismo

Fonte: Adaptado de PAGLIARUSSI; ALVES, 2006.

A classificação de setores de serviços em turismo apresentadas por Pagliarussi; Alves (2006) é considerada, neste estudo, como referencial de reflexão sobre a relação entre os empreendimentos pesquisados e a atividade do turismo.

## 2.2 A Economia Solidária e seus Empreendimentos

Considerada por muitos autores como alternativa ao modelo produtivo capitalista e às desigualdades que a ele são atribuídas, a economia solidária reúne adeptos e críticos em torno do seu debate e apresenta-se como um conceito em formação e sobre o qual ainda não se dispõe de dados totalizadores. Conforme Barbosa (2007, p. 27) ela é “[...] um fenômeno recente em curso, que começa a se apresentar numa conjuntura social extremamente marcada por incertezas - revisões ideológicas e reorganização produtiva [...]”, ou seja, numa sociedade dinâmica e em transformação, tanto quanto aos seus ideais quanto às suas capacidades e formas de produzir.

Nesta seção, a abordagem e reflexão concentram-se na multiplicidade de conceitos relacionados à economia solidária, ao contexto de seu desenvolvimento, à relação com outras abordagens conceituais, às críticas ao modelo e à caracterização dos empreendimentos econômicos solidários, tanto em termos de estrutura quanto de suas particularidades.

### 2.2.1 Economia solidária

Refletir sobre a economia solidária hoje é sem dúvida um interessante desafio em face da diversidade de conceitos e de olhares existentes sobre ela, assim como em função da característica que apresenta de ser um fenômeno recente e em curso, cujos conceitos e práticas encontram-se ainda em construção. Conforme Iaskio (2006, p. 121), a definição conceitual do termo não é fácil, pois “[...] por se tratar de assunto relativamente novo, existe uma multiplicidade de conceitos, além de diversos autores que consideram diversas ações como economia solidária [...]”. Enquanto prática, Lechat (2004) citado por Bertucci (2010, p. 56), diz que “O que os membros do campo da economia solidária têm em comum não é sua uniformidade. Não há um mimetismo de comportamentos ou de idéias, mas fronteiras comuns dentro das quais pode proliferar uma diversidade de compreensões [...]”.

Em torno do tema o debate é amplo e apresenta uma diversidade de envolvidos, tanto no desenvolvimento da produção intelectual quanto no desenvolvimento de atividades a ele relacionadas.

Existe hoje um número muito amplo e muito diferenciado – se considerarmos as vinculações teóricas e políticas – de autores, de estudiosos, de profissionais, de grupos, organizações e de partidos, que vêm produzindo intelectualmente e/ou desenvolvendo atividades nessa linha. Devemos, ainda, destacar a inserção do Estado brasileiro neste quadro, como formulador de políticas e indutor de ações de interesse deste segmento. (SOUSA, 2008, p. 55)

Assim, diante desse cenário e sem o propósito de encerrar o debate existente em relação ao tema e até mesmo de abranger todas as abordagens conceituais a ele vinculadas, propõe-se aqui uma reflexão sobre a economia solidária e o seu contexto de desenvolvimento.

#### 2.2.1.1 Origem e desenvolvimento

A economia solidária origina-se, conforme Singer (2003), como um modo de produção e distribuição alternativo ao modelo capitalista, sendo ela criada e recriada por aqueles que estão à margem do mercado de trabalho ou que temem de alguma forma ficar fora deste. Sua base ideológica, aponta Sousa (2008), está na crítica histórica feita ao capitalismo pela classe operária e pelos socialistas, como Owen, Fourier, Buchez e Proudhon, entre

outros. O capitalismo, por seus críticos, é considerado responsável pela

[...] crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho – os seus descendentes – que substituirão os trabalhadores aposentados e os sustentarão mediante suas contribuições previdenciárias. [...] (SINGER, 2003, p. 14)

Em termos históricos, destaca Cruz (2006), sempre houve iniciativas econômicas de caráter associativo e com o propósito de redução ou até mesmo de extinção da então desigualdade proporcionada pelo modo de produção capitalista, assim como também sempre houve a reflexão e o debate sobre os limites e as possibilidades de sobrevivência dessas iniciativas, que desde seus primórdios já se apresentavam como empreendimentos em que predominava “[...] a cooperação e a repartição do conhecimento, do trabalho e do produto do trabalho e onde a autoridade era respeitada em função de mérito e não em função de posse [...]” (CRUZ, 2006, p. 08).

O associativismo, definido por Gerlach; Batalha (2003, p. 3) como a “[...] união de empresas ou pessoas com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios comuns, através da criação de entidades de representação empresarial, associações específicas ou associações de interesse econômico [...]” é apontado como um dos campos da economia social, que em conjunto com a economia popular são abordagens cujos conceitos inter-relacionam-se com os princípios da economia solidária, sendo na verdade influências para a origem e desenvolvimento desta.

Por economia popular, Bitelman (2008, p. 24), citando Gaiger (2001) e Tiriba (2003), define aquela em que há “[...] posse, por parte dos trabalhadores, dos meios de produção e pelo uso de sua própria força de trabalho para garantir sua subsistência, sendo sua força de trabalho o principal fator de produção [...]”. Segundo Barcelos (2000, p. 35), ela representa uma “[...] economia de produtores-trabalhadores, que atuam entre a lógica do capital e a lógica de suas necessidades, que, enfim, se organizam com o intuito de defenderem-se da competição capitalista [...]”. Sua maior característica, conforme Severino; Eid (2005, p. 5), é a orientação “[...] para a necessidade de produzir renda suficiente para a satisfação do consumo básico e da sobrevivência, garantindo apenas a reprodução imediata das condições materiais da vida das pessoas, sendo apenas uma reprodução simples da vida”, ou seja, uma busca pela segurança do atendimento das necessidades básicas dos indivíduos. A geração de excedentes, com o propósito de acumulação de capital, é, para Barcelos (2000), uma proposta posterior nessa economia, que tem como primeiro plano a geração de empregos

para que os indivíduos possam saciar suas necessidades. Vieira (2005, p. 193) diz que a economia popular “[...] se desenvolve em um circuito paralelo ao estatal e ao mercantil, mas sem se desconectar com o mercado capitalista, no qual se conecta de modo híbrido [...]”.

A economia social, por sua vez, é apresentada por Caeiro (2008, p. 64, citando BAREA; MONZÓN,1992) como um “[...] grupo de empresas e instituições que para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral [...]”. Segundo Vieira (2005, p. 190) esta economia “[...] remete a um conceito jurídico que engloba cooperativas (produção mercantil), as mutualidades e as associações (serviços de proximidade) [...]”, o que para Cruz (2006) representa uma abordagem demasiadamente ampla, na qual se pode enquadrar como objetos de estudos iniciativas com características tão diferenciadas que acabam quase por torná-la como uma não categoria. A sua principal característica, conforme Severino; Eid (2005, p.4), “[...] é o protecionismo do Estado aos trabalhadores, tendo como principal meio de políticas públicas ações de assistencialismo [...]”.

Na economia social destaca-se como sua vertente mais comum o cooperativismo, que merece certa atenção na reflexão sobre o desenvolvimento da economia solidária, pois conforme Singer (2002) citado por Bitelman (2008, p. 21) esta enquanto prática “[...] tem a mesma origem do cooperativismo [...]”, o que de certa forma fortalece a concepção de que compreender a evolução do cooperativismo significa compreender os caminhos que levaram à economia solidária.

Diante disso, antes de refletir com mais ênfase o conceito de economia solidária e as dificuldades e divergências em torno dele, faz-se aqui uma breve reflexão sobre a evolução do cooperativismo, que surge oficialmente com a constituição e reconhecimento da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, que acabou dando corpo aos ideais defendidos e propostos por Robert Owen, no princípio do século XIX, também na Inglaterra. Sem ser propriamente um teórico do associativismo, conforme aponta Vieira (2005), Owen destacou-se como empreendedor dos primeiros projetos econômicos coletivos, dos quais podem se destacar as comunidades de *New Lanark* e *New Harmony* que, apesar de fracassarem enquanto projeto, proporcionaram importantes contribuições ao cooperativismo. Das ações desenvolvidas por Owen em suas iniciativas são destacadas algumas como a redução da jornada de trabalho, a proibição do emprego de crianças e o investimento na educação destas, criando-se escolas voltadas à educação infantil, o que na época representava uma inovação. Segundo Lourenço (2008, p. 27), “O modo correto como

Owen tratava os trabalhadores resultou em maior produtividade no trabalho, o que atraiu visitantes do mundo inteiro que tentavam entender como isso acontecia”, fazendo com que dessa forma seus ideais, ou parte deles, fossem disseminados.

Composta inicialmente por 28 operários associados, dos quais pelo menos metade eram owenistas, Rochdale tinha como uma de suas metas a fundação de uma colônia autossuficiente e o incentivo a outras que tivessem essa mesma finalidade. Com a sua fundação, conforme Melo Neto (2005, p. 15), “[...] criava-se uma entidade em condição de auto sustentabilidade de seus membros, mas mantendo o ideário socialista [...]”, sendo uma experiência que, além de manter o ideário socialista, demonstrou capacidade de adaptação e de assegurar seus princípios diante das oportunidades e, ainda, evidenciou os riscos de se viver numa economia de mercado, tornando-se um modelo para outras sociedades cooperativas. “[...] Esses pioneiros marcariam todo um movimento de lutas e confrontos e, também de adaptação aos processos do capitalismo” (MELO NETO, 2005, p. 15).

Ainda em âmbito internacional é criada em 1895, em Londres, a Aliança Cooperativista Internacional, cujo principal propósito estabelecido foi o de dar continuidade ao trabalho iniciado pelos pioneiros de Rochdale. Essa Aliança ratifica em 1966, em congresso realizado na cidade de Viena, conforme Pereira (1995), os princípios de Rochdale, que por sua vez se tornaram os princípios do cooperativismo, sendo eles: adesão livre, gestão democrática, distribuição das sobras, juros limitados ao capital, educação dos cooperados e do público geral e ativa cooperação entre cooperativas.

No Brasil, Bitelman (2008) destaca que o associativismo e o cooperativismo têm longa história, iniciada antes mesmo da fundação da primeira cooperativa pelos pioneiros ingleses, em 1844. Registros indicam que no ano de 1530 já havia no país os movimentos messiânicos sebastianistas, que apresentavam conteúdo de cooperativismo integral, assim como, entre 1600 e 1695, houve a República de Palmares, numa extensa área territorial, ao norte do Rio São Francisco. Num contexto oficial, entretanto, a Proclamação da República em fins de 1889 e a Constituição Republicana em 1891 proporcionaram, conforme Pereira (1995), ambiente favorável ao desenvolvimento do cooperativismo no país, surgindo em 1891, na cidade de Limeira, no Estado de São Paulo, a primeira cooperativa brasileira, denominada Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Daí em diante, o cooperativismo foi se desenvolvendo, surgindo outras associações, como a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro, em 1894, e a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, no Pernambuco, em 1895, entre outras.

Mais recentemente, já no século XX, o ritmo e a forma de desenvolvimento

das cooperativas no país foram influenciados por mudanças de aspecto legal que ocorreram, ora facilitando, ora dificultando tal desenvolvimento. Em 1934, destaca Bitelman (2008), Getúlio Vargas revogou a legislação cooperativa e tentou implantar um cooperativismo sindicalista, entretanto, apesar disso, as cooperativas continuaram se desenvolvendo até que em 1964 a Lei 4.595, que reformou o sistema bancário, acabou praticamente aniquilando as cooperativas de crédito existentes no Brasil, enquanto no mesmo cenário as cooperativas agrícolas se tornavam mais fortalecidas. Em 1971, por meio da Lei 5.764, criou-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), estabelecida legalmente como a única representante das cooperativas brasileiras e à qual todas as demais, instaladas no país, precisariam se filiar, estabelecendo-se assim um privilégio de unicidade de representatividade que só veio cair com a constituição de 1988, que acabou com tal obrigatoriedade. Em 1995, com o propósito de se apoiar as iniciativas de caráter cooperativo, é ampliado o número de Incubadoras Tecnológicas Populares, ligadas às universidades, e em 2008, conforme a OCB (2009), já existiam no Brasil 7.682 organizações cooperativas, com 7.887.707 associados e atuando em diversos ramos de atividades, estando concentradas principalmente nas regiões sudeste e nordeste do país, que correspondem, respectivamente, a 37 e 25% das cooperativas em território brasileiro.

As cooperativas autogestionárias, que são aquelas geridas pelos seus cooperados, que também são donos e trabalhadores, apresentam pontos considerados comuns e que possibilitam o estabelecimento de semelhanças entre o cooperativismo e a economia solidária, entretanto, como sob os princípios do cooperativismo ainda podem ser abrigadas organizações que não possuem como objetivo principal a busca do bem-estar do trabalhador e sim a terceirização e precarização das relações de trabalho, há de certa forma um distanciamento entre economia solidária e cooperativismo, o que inviabiliza uma classificação generalizada das cooperativas como econômicas solidárias, embora algumas delas possam assim ser consideradas. Segundo Singer (2003, p. 18)

[...] a maioria das cooperativas de consumo e agrícola adotou a gestão capitalista em seus estabelecimentos. Muitas se tornam grandes organizações, dirigidas por tecnocracias gerenciais de alto nível, que dominam os pequenos agricultores que são nominalmente os seus “donos”. Finalmente, no Brasil pelo menos, cooperativas agrícolas admitem como sócios grandes firmas capitalistas, que assalariam numerosos trabalhadores. Nestas, não restam vestígios de solidariedade.

Ao fazer tal análise Singer (2003) descaracteriza como solidária as cooperativas que apresentam como característica o uso de um modelo de gestão que se



aproxime do modelo predominante no sistema capitalista, explorando alternativas como associações com outras organizações capitalistas e assalariando grande número de trabalhadores. Segundo Bitelman (2008) vários autores destacam que

[...] mesmo tendo por base os princípios de Rochdale em sua constituição, na prática muitas cooperativas serviam e servem ao capitalismo, à expropriação do trabalhador de uma nova forma, por meio da precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, estariam se desviando do seu principal objetivo, que figura necessariamente nos estatutos das cooperativas: cuidar dos interesses dos cooperados e da comunidade [...]" (BITEMAN, 2008, p. 23)

Outra forma de distanciamento das cooperativas em relação à economia solidária é com relação à formatação jurídica desses empreendimentos, pois no caso dos empreendimentos econômicos solidários não é necessário que tenham forma jurídica de cooperativa ou associação para que sejam considerados como solidários. Esse critério, inclusive, pode até mesmo ser considerado como um dilema, pois, conforme Bitelman (2008), a Lei do Cooperativismo, que determina um mínimo de 20 associados para se constituir uma cooperativa, é um fator que dificulta a formação desses empreendimentos, principalmente pela dificuldade em conseguir viabilidade econômica para se constituírem e se administrarem. Conforme Bitelman (2008, p. 24)

[...] não é necessário que o empreendimento econômico solidário adote a forma jurídica de cooperativa ou associação para que possa ser considerado de Economia Solidária. O mais importante é a organização interna, e o aspecto formal pode ser até a de uma microempresa, se houver autogestão.

A autogestão é um conceito central na economia solidária, cuja abordagem mais detalhada será realizada em seção posterior do trabalho. A princípio, entretanto, é fundamental compreender a sua relevância e, mais uma vez, o distanciamento aqui entre economia solidária e cooperativismo, já que no cooperativismo fala-se em gestão democrática e não necessariamente em autogestão.

O cooperativismo e as organizações cooperativas, portanto, contribuíram para o desenvolvimento da economia solidária, entretanto, a existência de um não é condição necessária para a realização do outro, podendo os empreendimentos econômicos solidários assumir ampla diversidade de possibilidades, conforme destaca Bitelman (2008, p. 23) ao dizer que “[...] a Economia Solidária conta com associações, empresas autogeridas, empresas falimentares assumidas em autogestão pelos seus antigos funcionários, clubes de troca, entre outras possibilidades”.

Segundo Bitelman (2008) e Guérin (2005), o conhecimento da economia solidária passa a ser evidenciado a partir da década de 1970 e difundido com mais veemência a partir de 1990, sendo, conforme Azambuja (2009), a crise do modelo fordista-taylorista de produção e o desmanche dos mecanismos de proteção social, a partir da década de 1970, fatores determinantes para o desenvolvimento de iniciativas que representassem alternativas destinadas à geração de trabalho e renda, como é o caso da economia solidária. A crise do fordismo gera, segundo Bertucci (2010, p. 61), “[...] uma série de mudanças e uma reestruturação produtiva que incide sobre as relações de trabalho e emprego a nível mundial”.

Passa a haver um conflito aberto entre o “econômico” e o “social” e ressurge com mais força a perspectiva liberal, onde a retirada do estado do bem-estar é considerada, junto às políticas de redução dos gastos do governo, da austeridade monetária e fiscal e da contenção de salários reais, como necessária, como um passo virtuoso, como o único caminho para o desenvolvimento das nações. (BERTUCCI, 2010, p. 61)

Como consequência disso há a perda de estabilidade e solidez do trabalho, ao mesmo tempo em que os instrumentos de proteção aos trabalhadores são desmantelados. Para Lourenço (2008, p. 29), ocorre uma reinvenção da economia solidária “[...] no contexto do declínio do socialismo na Europa Oriental e do fracasso dos governos e partidos da socialdemocracia na Europa e nos países da América Latina [...]”, período em que o desemprego em massa se restabelece e muitos trabalhadores são levados a se organizarem, saindo de uma situação de conforto à qual muitos estavam acostumados, de pleno emprego, entre os anos 1940 e 1970. O fortalecimento da sociedade civil, segundo Andion (2005, p. 82), “[...] é um fenômeno central para a compreensão do surgimento e da legitimação da chamada economia solidária em diferentes países [...]”.

No Brasil, destaca Singer (2003), a economia solidária começou a surgir na década de 1980, mas toma impulso de fato a partir da segunda metade dos anos 1990, quando a crise de desemprego iniciada em 1981 torna-se mais grave ainda em função da abertura do mercado interno às importações, que impactaram diretamente nas empresas nacionais e nas suas capacidades de geração e manutenção de empregos, visto que muitas não resistiram à intensificação da concorrência e acabaram, conforme Azambuja (2009), fechando. Para Bertucci (2010, p. 62) outra contribuição significativa para o surgimento e evolução da economia solidária no cenário nacional foi a “[...] abertura democrática, com o final da ditadura, o fortalecimento das organizações sindicais e de diversas organizações de luta social no campo ou na cidade [...]”, pois essas organizações estão direta ou indiretamente vinculadas

à origem da economia solidária e, com a redução da repressão, passaram a ter mais espaço, reconhecimento e visibilidade. Na década de 1990 vê-se

o surgimento e a multiplicação de organizações e entidades de apoio, assessoramento, agregação e fomento a todo tipo de empreendimento associativo e cooperativo. Em meados de 1991, foram promovidas assessorias sindicais e populares de suporte aos trabalhadores para poderem assumir algumas empresas falidas ou entrar em ‘parceria’ no capital de investimentos de outras empresas com debilidades de mercado. Três anos depois, várias instituições autogestionárias criaram a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária, a Anteag. (SOUSA, 2008, p. 55)

As primeiras ações de apoio à economia solidária no país foram estimuladas por grupos sociais como igrejas, organizações não governamentais, movimentos sociais e outros, não havendo, a princípio, políticas públicas nesse sentido. Conforme Sousa (2008) o meio acadêmico, os sindicatos, a Cáritas, a Federação das Cooperativas de Trabalho, a Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são elementos impulsionadores da economia solidária no país, dos quais ele destaca o meio acadêmico pela criação em 1990 da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, cujo objetivo é o assessoramento das camadas pobres da população na formação, capacitação e inserção de cooperativas no mercado de trabalho; o MST, pela “[...] grande participação no desenvolvimento ídeo-político da noção de economia solidária, com a criação de cooperativas e associações de trabalhadores [...]” (SOUSA, 2008, p. 55); e os sindicatos, por apresentarem certa resistência à economia solidária até a década de 1990 e atualmente apoiarem abertamente os empreendimentos do gênero. Segundo Bertucci (2010) as raízes da economia solidária no Brasil estão nos Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas Brasileira, nas cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nas iniciativas da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas Autogestionadas (ANTEAG). Conforme ele, os projetos desenvolvidos pela Cáritas embasam-se nos princípios da teologia da libertação e representam uma tentativa de rompimento com as tradições assistencialistas cristãs, devendo possibilitar a geração de um novo modelo de desenvolvimento econômico alternativo ao capitalismo; o MST, por meio de suas cooperativas, firma o projeto de um novo cooperativismo, não voltado à concentração de riquezas, mas como um projeto político de transformação social; e a ANTEAG, por sua vez, reafirma um novo modelo a partir das experiências de recuperação de empresas.

Nesse contexto de contribuições, ainda, convém destacar mais uma vez o

meio acadêmico, mas agora não pelas atividades de apoio e capacitação que suas incubadoras proporcionam, mas pelo debate que desenvolve em torno da economia solidária e a contribuição que possibilita em torno da construção de sua identidade, inclusive em termos de reconhecimento público, à medida que ela é legitimada pelos intelectuais. Lechat (2004) citado por Bertucci (2010, p. 69) diz que “Os intelectuais, em geral, trouxeram para o campo de ES a consciência de sua existência, uma certa forma de identidade simbólica, um espaço para a discussão e a reflexão a respeito de seus percalços, desafios e possibilidades”.

Em termos de políticas públicas, Singer (2003) destaca que a manifestação dos governos locais e regionais em relação à economia solidária foi, a princípio, ainda modesta, embora indicativos demonstrem gradativo aumento no desenvolvimento delas. Segundo Bitelman (2008, p. 20)

[...] não há dados sistematizados sobre a evolução da implementação pelas administrações de políticas de Economia Solidária, ao longo do tempo. [...] a maior parte destas administrações iniciou seus programas de Economia Solidária a partir de 2000. De qualquer forma, desde a primeira administração pública a implementar uma política de Economia Solidária, em 1994, até as 87 que a implementam em 2007, houve grande expansão no número de administrações implementando estas políticas.

Atualmente, destaca Sousa (2008, p. 55), a “[...] economia solidária faz parte da agenda do Estado para a implantação de políticas governamentais (municipais, estaduais e nacional), que visem seu desenvolvimento [...]”. Para isso, entretanto, o Fórum Social Mundial realizado em 2001, em Porto Alegre, foi decisivo, pois naquele evento surgiu o Grupo de Trabalho de Economia Solidária que, conforme Bertucci (2010, p. 72), “[...] seria o centro de mobilização para eventos fundamentais na construção da identidade da ES” e que em 2002, após realizar a I Plenária Nacional de Economia Solidária, aprovaria e encaminharia um documento denominado Carta ao Governo Lula, que destacava a necessidade de criação de um espaço público destinado ao desenvolvimento de políticas para economia solidária. Em 2003, conforme Bertucci (2010), a proposta estabelecida na Carta se concretiza com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo ela atribuições que vão desde o subsídio à definição de políticas de economia solidária e coordenação destas no âmbito do MTE, até a supervisão, a orientação e a coordenação dos serviços do Conselho Nacional de Economia Solidária. Também em 2003, conforme relata Bitelman (2008), é criada a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que mesmo não possuindo uma forma jurídica legalmente constituída

apresenta regimento interno e carta de objetivos e desafios. Nas reuniões dessa rede participam os gestores responsáveis pelas políticas públicas locais de economia solidária, indicados pelos seus respectivos governos, que em 2007 somavam 87 administrações, sendo 80 municipais e 7 estaduais. A partir disso, então, a economia solidária ganha *status* de política pública de governo, conforme relata Sousa (2008), assumindo a SENAES um importante papel tanto para o subsídio quanto para a intermediação das relações entre as diversas associações e instituições de apoio ao desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

Em termos cronológicos, o quadro abaixo relata os principais eventos que marcaram a origem e o reconhecimento da economia solidária no país.

#### **Grandes eventos que marcam a origem e o reconhecimento da economia solidária**

- 1980 - PAC's Caritas (Igreja Católica)
- 1994 - Criação da ANTEAG (Empresas Recuperadas)
- 1995 - Criação da ITCP RJ (Incubadoras universitárias)
- 1996 - Artigo de Singer na Folha de São Paulo "Economia Solidária Contra o Desemprego"
- 1998 - Criação da ADS – CUT (Sindicatos) / Ano de publicação da primeira tese sobre ES
- 2000 - Criação de Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária
- 2001 - Criação do Grupo de Trabalho Economia Solidária no I Fórum Social Mundial
- 2002 - I Plenária Nacional de ES / Criação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de ES
- 2003 - Criação da SENAES e do FBES (II e III Plenária Nacional)
- 2004 - Primeiro Encontro Nacional de EES
- 2005 - Publicação do primeiro Atlas da ES
- 2006 - I Conferência Nacional de ES / Conselho Nacional de Economia Solidária
- 2008 - IV Plenária Nacional de ES
- 2010 - II Conferência Nacional de ES

Quadro 5 – Grandes eventos que marcaram a origem e o reconhecimento da economia solidária.

Fonte: BERTUCCI, 2010, p. 74

#### 2.2.1.2 Os diferentes significados

Conceitualmente, conforme já mencionado, há uma diversidade de abordagens em relação à economia solidária e diferentes conceitos lhes são comumente atribuídos, o que torna o processo de sua reflexão um desafio, afinal, conforme Bertucci (2010), nem sempre é possível fazer uma distinção entre os diferentes significados atribuídos e os autores a eles relacionados, pois as fronteiras existentes entre tais significados são muito sutis e embora algumas dessas abordagens não sejam perfeitamente compatíveis, é possível

encontrar aspectos de mais de uma delas no pensamento ou prática de um mesmo indivíduo ou grupo. A dificuldade em relação às definições conceituais também é destacada por Sousa (2008, p. 55) que diz que um dos principais desafios aos que estudam a economia solidária no contexto brasileiro “[...] é chegar à sua definição conceitual e aos dos atributos que a caracterizam, pois essa classificação tem sido dada a tudo que relaciona uma atividade de fins econômicos a supostos princípios ou benefícios na esfera social”.

[...] Algumas pessoas vêem nela apenas um setor com papel secundário, certamente acessível e apto a resolver problemas locais, mas bom unicamente para remediar as chagas da economia liberal. Outras pessoas vêem nas iniciativas da economia solidária uma oportunidade inesperada para amenizar as falhas de um serviço público decadente ou inexistente. [...] (GUÉRIN, 2005, p. 15)

A diversidade de abordagens e de significados que assume fica bem evidente no trabalho de Bitelman (2008) quando ela cita os comentários de Nishimura (2005) em relação a alguns autores e as abordagens que eles dão tema.

Mance (2001) vê a Economia Solidária como uma proposição “pós capitalista”; Singer (2000) a considera como uma “alternativa superior ao capitalismo”; Gaiger (2001) diz que “não é um modo de produção em sentido estrito, mas que incomoda a reprodução do capitalismo”; Tiriba (2000) a aborda como a possibilidade de constituir-se como um “embrião de uma nova cultura do trabalho”; Coraggio (2003) se refere à possibilidade de se estabelecerem “alianças entre trabalhadores e setores do pequeno e médio capital com primazia dos interesses dos trabalhadores”, e Razeto (2001) a entende como uma “economia alternativa e não um modelo macroeconômico” (NISHIMURA, 2005, citado por BITEMAN, 2008, p. 26-27)

Embora tal diversidade seja de fato um desafio ao estudo do tema, ela é, ao mesmo tempo, a possibilidade de um amplo debate em torno dele e do surgimento de muitas outras possíveis contribuições, o que de certa forma acaba atribuindo uma interessante dinâmica ao processo de sua reflexão. Como justificativa dessa diversidade, e que a torna compreensível, está o fato de que os ideais e os pressupostos teóricos da economia solidária são considerados como ainda em construção, num contexto que envolve tanto o debate e a construção teórica quanto o desenvolvimento de suas práticas num processo praticamente simultâneo, ou seja, no mesmo tempo em que se constrói enquanto teoria ela também se constrói enquanto prática.

As idéias e pressupostos teóricos sobre a ES estão sendo construídos na mesma medida em que este mundo se constitui como universo particular. Elas não se limitam a formulações teóricas elaboradas segundo cânones acadêmicos e sob forma de texto escrito. Os supostos morais, os princípios éticos e as idéias de uma natureza

humana e de um bem coletivo são produzidos tanto nas formas escritas através dos diversos meios disponíveis como em encontros, através de práticas ritualizadas. (MOTTA, 2010, p. 16, citado por BERTUCCI, 2010, p. 51).

Ainda, de acordo com Bertucci (2010), nesse processo de construção são atribuídos diferentes sentidos à economia solidária, cujos significados representam uma maneira própria de interpretação da realidade e de atuação para os indivíduos ou grupos. Organizados de forma sistemática, esses sentidos possibilitam identificar as principais abordagens em relação ao tema e até mesmo certa homogeneização de sua diversidade, ou seja, o estabelecimento de significados comuns em torno dos quais são reunidos os pensamentos mais similares. Para Bertucci (2010) são seis os significados mais atribuídos à economia solidária, que ora se complementam e ora se contradizem, mas que acabam por representarem uma boa síntese da sua diversidade e ao mesmo tempo o reconhecimento de que nesse campo não há uma clara uniformidade.

O que os membros do campo da economia solidária têm em comum não é sua uniformidade. Não há um mimetismo de comportamentos ou de idéias, mas fronteiras comuns dentro das quais pode proliferar uma diversidade de compreensões [...] Para definir uma comunidade o importante é que seus membros, apesar de reconhecerem importantes diferenças entre si, sintam-se mais próximos uns dos outros do que com pessoas externas à comunidade e isto se deve ao fato que, embora possam atribuir significados diferenciados para os símbolos da economia solidária, eles os compartilham. (LECHAT, 2004 citado por BERTUCCI, 2010, p. 56)

Os significados destacados por Bertucci (2010) como mais atribuídos são os de uma economia solidária como: conjunto de organizações econômicas; resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo; movimento social; política pública; prática de consumo e poupança solidária; e, por fim, teoria social.

Tais significados são aqui adotados como referências de reflexão, pois se acredita que além de favorecerem a compreensão do tema eles também são abrangentes o suficiente para evidenciarem a sua diversidade.

#### *a) Economia solidária como conjunto de organizações econômicas*

O sentido de uma economia solidária como um conjunto de organizações econômicas é possivelmente a significação mais precisa do que ela realmente seja, de tal forma que grande parte dos autores que escrevem sobre o tema a consideram dessa maneira

ou fazem alguma menção em relação a isso. Nessa concepção, conforme Bertucci (2010, p. 51), ela é definida como “[...] sendo formada por um conjunto de organizações caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário [...]”. Em definição que se aproxima desta, o governo federal brasileiro, no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2006, p. 11), conforme relata Bitelman (2008, p. 28), a descreve como sendo “[...] o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”. E, também nesse sentido, Guérin (2005, p. 13) descreve a economia solidária como aquela que “[...] agrupa o conjunto das iniciativas econômicas privadas (isto é, autônomas em relação ao Estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro”.

No que se refere, portanto, à concepção de economia solidária como um conjunto de organizações econômicas percebe-se nas definições citadas a evidência de fatores que de certa forma podem ser considerados como seus pilares de referência e caracterização. O primeiro deles é a questão da propriedade coletiva dos meios de produção, evidente nas três definições, tanto como propriedade coletiva dos meios, quanto como atividades econômicas organizadas e realizadas sob a forma coletiva e, ainda, como conjunto de iniciativas econômicas que apostam no interesse coletivo. O segundo, e tema central deste estudo, é a questão da autogestão, evidenciados aqui nas falas de Bertucci (2010) e Bitelman (2008), mas apontado por autores relevantes, como Singer (2003), como elemento central no que se refere aos empreendimentos econômicos solidários que, conforme Bertucci (2010), são considerados nesta concepção como a unidade mais simples da economia solidária. E, por fim, o terceiro se refere ao engajamento comunitário e à solidariedade, presentes nas definições dos autores citados e nas práticas mais comuns da economia solidária.

De forma mais pontual, sem, no entanto, distanciar dos fatores citados como pilares dessa concepção, ou até mesmo se referindo de forma subjetiva a eles, Singer (2000) citado por Sousa (2008), define como sendo os principais atributos da economia solidária a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica, a solidariedade e a participação. A cooperação é expressa pela existência de interesses e objetivos comuns, pela união de esforços e capacidades, pela propriedade coletiva, pela partilha de resultados e, até mesmo, pela responsabilidade solidária na ocorrência de possíveis ônus. A autogestão se evidencia pela participação ativa na gestão dos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos e, ainda, na coordenação e direção dos diversos graus de



interesses que houver. A dimensão econômica se apresenta como elemento impulsionador da união de esforços, de recursos pessoais e até mesmo de outras organizações para que sejam desenvolvidas atividades econômicas, tanto de produção quanto de beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. A solidariedade se manifesta por meio das ações que são desenvolvidas com base no respeito ao próximo, ao meio ambiente e às comunidades, assim como pela justa distribuição de resultados, compromisso com o desenvolvimento das pessoas e de suas condições de vida e, ainda, participação ativa nos processos de desenvolvimento local. E, a participação, por fim, envolve elementos de natureza pedagógica, no sentido de motivação dos indivíduos ao trabalho em conformidade com interesses e objetivos dos grupos envolvidos.

Em relação, ainda, ao significado dessa concepção, conforme Bertucci (2010), podem ser encontradas quatro variações de interpretações no que se refere à potencialidade que suas organizações apresentam, sendo tais variações podendo ser consideradas como mais otimistas, realistas, menos otimistas ou mais pessimistas.

Os mais otimistas, comenta Bertucci (2010), consideram que o crescimento de empreendimentos econômicos solidários torna evidente um caminho em que por meio de uma prática socialista haverá a superação do capitalismo, predominando-se uma forma de produção baseada em empreendimentos autogestionários, ou seja, conforme relata Wellen (2008, p. 106), “[...] Na visão de seus defensores, a ‘economia solidária’ poderá, gradativamente, superar o capitalismo, tendo como início de sua atuação os interstícios isentos das determinações do capital”. Para Bertucci (2010), os trabalhos de Paul Singer e outros construídos com base na concepção dele enquadram-se nessa variação mais otimista, conforme fica evidente em Sousa (2008) que diz:

Na compreensão do autor (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13), a superação do capitalismo é possível porque na economia solidária os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista: “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores.” [...] (SOUSA, 2008, p. 56)

Já os realistas afirmam que no estágio atual em que se encontram as iniciativas econômicas solidárias não é possível fazer qualquer afirmação no sentido de que se tornarão o modo de produção predominante na sociedade, superando o capitalismo. Esse é o pensamento de autores como Gaiger (2003, p. 194) que diz ser conveniente ir devagar com o andar, porque a “[...] economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma

tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento [...]”. O capitalismo, em sua ótica, desenvolveu um processo de transformação contínua que se renova segundo a sua necessidade e proporciona a reposição de sua realidade e reprodução histórica.

No curso do seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da sua base técnica, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Criando sua base própria, renovando-a continuamente segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente. [...] (GAIGER, 2003, p. 188)

Ainda, nessa mesma concepção realista em relação às organizações econômicas solidárias, Souza (2008) também afirma que não consegue visualizar perspectivas imediatas de superação do sistema capitalista, embora considere que num processo histórico a reversão das tendências dominantes é sempre uma possibilidade latente. Segundo Souza (2008, p. 60), “[...] Podemos até identificar alguns pólos de resistência de lutas sociais, mas a potencialidade destas é muito limitada no momento presente, uma vez que observamos muito mais o avanço insaciável do processo de valorização. [...]”. Para McDonald (2005, p. 45) essa superação pelas organizações econômicas solidárias somente ocorrerá “[...] se evidenciarem fatores na economia que o propiciem. No caso, eles terão que ser impasses, dificuldades insanáveis, contradições congênicas da própria economia capitalista”, o que aparentemente, no contexto atual, encontra-se bastante distante de ocorrer.

Os menos otimistas em relação a esses empreendimentos, por sua vez, os consideram como experimentos que reproduzem as experiências românticas do socialismo utópico do século XIX e que se fundamentam na reafirmação de valores morais, conforme se via, por exemplo, nos ideais de Robert Owen. Segundo Bertucci (2010, p. 52), para os menos realistas “[...] as experiências de ES estariam condenadas à dependência frente aos mercados capitalistas tradicionais, isoladas em pequenas ilhas sem autonomia real e sem poder suficiente para enfrentar o processo de divisão social do trabalho”, ou seja, encerrando por vez qualquer discussão no sentido de que possam se tornar um modo de produção dominante e evidenciando de certa forma uma fragilidade dessas organizações perante os mercados capitalistas. Tal fragilidade, inclusive, aparece expressa como fator de preocupação no trabalho de autores que não se enquadram entre os menos otimistas, como é o caso de Singer (2000), que está entre os de visão mais otimistas no que se refere à economia solidária e seus empreendimentos.

Segundo Bertucci (2010), trabalhos enquadrados como de visões mais

otimistas ou realistas refutam com frequência a comparação que os menos otimistas fazem da economia solidária com o socialismo utópico. Bertucci (2010, p. 58) mesmo diz que “[...] é relevante reafirmar que a ES não pode ser comparada de forma imediata ao socialismo do século XIX, embora haja uma clara inspiração nas experiências dos chamados utópicos [...]”, pois, conforme ele, as diferenças entre elas podem ser maiores que as semelhanças. A visão menos otimista se faz mais presente em debates orais, em falas que quase sempre descartam de forma simplificada as discussões, do que em trabalhos sistematizados.

E, por fim, ainda no que se refere às visões sobre a economia solidária e seus empreendimentos, os mais pessimistas consideram que ela não constitui na verdade uma possibilidade efetiva de transformação social e sim uma alternativa conivente com os interesses daqueles que detém o poder, contribuindo para reforçar a auto exploração na medida em que colabora para reduzir as tensões sociais por meio dos precários atendimentos que presta aos excluídos do mercado de trabalho tradicional. Segundo Sousa (2008, p. 52), muitas das atividades desenvolvidas sob o símbolo da economia solidária são, na verdade, partes do “[...] processo de deslocamento da força de trabalho, antes localizada internamente nas indústrias centrais, para unidades produtivas subcontratadas pelas empresas, vendidas como ‘trabalho materializado’ [...]”.

Para Bertucci (2010, p. 53), nessa mesma ótica mais pessimista, a economia solidária “[...] representaria uma política de controle social da pobreza e um empecilho para uma verdadeira revolução social [...]”. Sousa (2008) diz que na forma como vem sendo tratada, está contido uma maneira superficial de se analisar os processos históricos e contemporâneos de transformação da sociedade capitalista, assim como ainda mais se obscurece a contradição fundamental das relações sociais no capitalismo e desreferencia-se o conteúdo central da exploração, qual seja: produção coletiva e apropriação privada da riqueza.

[...] produzir uma ideologia sobre a ampliação da autonomia dos trabalhadores não cria as condições reais para que esta aconteça. É impossível pensar que na sociedade capitalista atual possam existir formas de trabalho independentes dos ditames do capital, sejam elas subsumidas de modo formal ou real ao capital. Discussões que sustentam esse nível de mistificação pretendem, necessariamente, manter inalterada a dominação e a exploração do trabalho, e desmobilizar, como consequência, a organização da classe trabalhadora. (SOUSA, 2008, p. 58)

Conforme Bertucci (2010) não são muitos os trabalhos que se apresentam como pessimistas em relação à economia solidária e à sua potencialidade, entretanto, afirmações críticas que fogem dos posicionamentos tradicionais no que se refere ao tema

tornam-se diferenciais que facilitam identificá-los entre os demais.

*b) Economia solidária como resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo*

Aqui a economia solidária é considerada como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo e das repercussões que essas desigualdades apresentaram e apresentam sobre o mercado de trabalho. Antes mesmo de ser considerada como uma construção consciente, ela é apontada não como uma realidade inventada por uma pessoa ou grupo, mas como resultado da crise do trabalho, do crescimento do desemprego, de um processo social, o que, segundo Bertucci (2010, p. 53), “[...] significa que, em parte, não constitui necessariamente um projeto ligado a uma estratégia de transformação social”.

Tal significado se faz presente na fala de Singer (2003, p. 13) quando ele diz que a economia solidária pode ser considerada como “[...] uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo [...]” e que para “[...] compreender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo [...]” (SINGER, 2003, p. 14). Outros autores também evidenciam esse significado, como Melo Neto (2005, p. 12) que destaca a origem da economia solidária como “[...] reação, no sentido da reabsorção dos trabalhadores aos postos de trabalho [...]” e Bitelman (2008) que diz que:

a Economia Solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista. (BITELMAN, 2008, p. 25)

*c) Economia solidária como movimento social*

A economia solidária como movimento social é um significado que passa a ser considerado como consequência da evolução de práticas já existentes e que, ao assumirem certa dimensão, dão lugar a um movimento mais coordenado, cujo trabalho constituía-se, conforme Bertucci (2010), numa aposta promissora. A ideia de movimento social surge durante o I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, no ano de 2001, período em que, conforme já citado, é constituído o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que vem organizar e realizar em 2002 a I Plenária Nacional de Economia Solidária, na qual foi aprovada a Carta ao Governo Lula, considerada como documento de grande relevância para a

constituição da SENAES. Portanto,

[...] Durante o I Fórum Social Mundial nasce a idéia da ES como um movimento social, com o agrupamento de organizações que tinham orientações ideológicas e práticas similares. Em geral, são organizações não governamentais que desenvolvem atividades em zonas urbanas ou rurais de apoio a comunidades e empreendimentos solidários [...]. (BERTUCCI, 2010, p. 53-54)

Para Bertucci (2010), entretanto, este significado da economia solidária é um tema ainda a ser aprofundando, pois para ele a conjuntura existente não evidencia com clareza se ela se constitui como novo movimento social, como reestruturação de movimentos antigos ou ainda como reagrupamento de diferentes movimentos. De qualquer forma, é de se reconhecer a existência de um movimento mais coordenado, que contribuiu e vem contribuindo para a prática econômica solidária, tornando difícil o seu não reconhecimento enquanto movimento social.

#### *d) Economia solidária como política pública*

O sentido de economia solidária como política pública está associado a atividades governamentais para o desenvolvimento de práticas econômicas solidárias, sejam essas atividades nos âmbitos dos municípios, sejam elas no âmbito do governo federal, assim como podem ser de cursos de capacitação a programas de incentivo a empreendimentos econômicos solidários. Sua origem, enquanto significado, se dá a partir do aumento de demandas junto ao Estado e a partir do reconhecimento por ele das atividades econômicas solidárias. Conforme já mencionado ao se falar da origem e desenvolvimento da economia solidária, o I Fórum Social Mundial é considerado como um marco significativo para o surgimento das políticas públicas de economia solidária, pois proporcionou a criação de elementos que contribuíram para a percepção dela pelo Estado e para a realização dos primeiros passos no sentido de políticas públicas. É válido lembrar que o Fórum Social também foi importante para a consolidação do significado de economia solidária como movimento social, o que evidencia sem dúvida a relevância dele para a história da economia solidária no contexto brasileiro.

Dentro deste significado, conforme Bertucci (2010, p. 54), a economia solidária é “[...] por vezes vista como uma atividade governamental sem nenhuma relação com um movimento social”, ou seja, caracterizada somente pelas atividades desenvolvidas por influência ou intervenção dos órgãos governamentais. Nessa concepção, as iniciativas da

sociedade civil que se originam a partir de políticas públicas ficam descaracterizadas como movimento social e são consideradas como políticas públicas, mesmo que o fator que tenha estimulado tal origem tenha sido apenas um curso temático. Para Bertucci (2010) isso não é necessariamente ruim, entretanto é válido observar que em função disso pode ocorrer um problema no que se refere à obtenção de indicadores referentes a essas iniciativas, que podem ser imprecisos e, de alguma forma, comprometer tanto o desenvolvimento de novas políticas públicas quanto as próprias iniciativas da sociedade civil.

*e) Economia solidária como prática de consumo e poupança solidária*

Este significado tem por princípio o desenvolvimento da economia solidária por meio de práticas do cotidiano que podem ser realizadas individualmente, ou seja, que possibilita a realização de uma ou outra atividade de forma solidária. Por este princípio, e no contexto deste significado, os empreendimentos coletivos ou as pessoas podem realizar de forma solidária apenas o consumo ou a poupança solidária, não havendo necessariamente a necessidade de ocorrência dos dois. Esta, segundo Bertucci (2010, p. 54) é uma concepção que se inclui entre as que “[...] mesmo com reconhecimento dentro do movimento, seguem conduzindo ações e práticas ainda marginais [...]”, ou seja, que ainda apresentam pouca evidência.

Um conceito em que esse significado se ampara fortemente é o de redes solidárias, que aparece inclusive no pensamento de autores como Singer (2000) que diz que a ideia básica da economia solidária é assegurar que haja mercado para os produtos decorrentes dos empreendimentos econômicos solidários, que em sua maioria são pequenos, atuam de forma isolada em mercados dominados pelas empresas capitalistas e possuem pouco ou nenhum acesso a crédito, redes de comercialização e assessoria tecnológica, entre outros. As redes solidárias, conforme Bertucci (2010, p. 54), sugerem a “[...] possibilidade de articulação entre empreendimentos coletivos e pessoas na organização de uma espécie de mercado solidário paralelo ao mercado capitalista [...]”. Tal visão está em sintonia com Singer (2000, p. 132) que diz que a solidariedade é a solução racional, expressa nesse contexto por um conjunto de produtores autônomos que “[...] se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos”.

### *f) Economia solidária como teoria social*

A concepção de economia solidária como teoria social apresenta, na verdade, três variações que representam três visões distintas em relação a esse significado a ela atribuído. A primeira delas é a de que a economia solidária não é considerada como uma teoria propriamente, mas como uma realidade que permite justificar outras teorias; a segunda é a crença de que exista uma teoria econômica solidária, como campo específico de conhecimento; e a terceira é a de que a partir do mundo da economia solidária seja possível extrair uma teoria econômica.

Para os adeptos da primeira visão, ou seja, de que a economia solidária não é uma teoria propriamente dita, ela refletiria "[...] outras possibilidades modernas de organização da sociedade, outros princípios não-mercantis de organização econômica e outras organizações econômicas, distintas da empresa privada capitalista" (ALVES; BURSTYN, 2009 citado por BERTUCCI, 2010, p. 55). Já com relação a aqueles que veem a economia solidária como uma teoria, Bertucci (2010) destaca ser esta uma confusão, que a aponta como uma teoria social e não como fenômeno social, o que ela é na ótica dele. E, por fim, no que se refere à terceira variação na forma de vê-la, a de que é possível extrair uma teoria a partir do mundo da economia solidária, Bertucci (2010) comenta que essa interpretação sugere a possibilidade de extrair uma visão específica de mundo que seja compartilhada por seus participantes, de uma forma particular, e que os caracterize.

### **2.2.2 Empreendimentos econômicos solidários**

Os empreendimentos econômicos solidários, de certa forma, são a expressão concreta e a identidade da economia solidária. É por meio deles que ela toma forma e se concretiza enquanto prática. Se eles apresentam bons desempenhos e resultados, possivelmente ela também apresenta, assim como se há o contrário ela também sente os seus impactos, pois conforme Gaiger (2004, p. 230), os empreendimentos constituem-se na “[...] *célula propulsora básica, con sus vinculaciones y extensiones, de la economia solidaria*”.

Com uma tipologia bastante diversa, inclusive em termos de formatação jurídica, os empreendimentos econômicos solidários são identificados nos mais variados setores de atuação, conforme destacam autores como Singer (2003), Gaiger (2004), Andion

(2005), Sousa (2008) e Bitelman (2008). Para Singer (2003, p. 23), não “[...] há em princípio um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário [...]” e, ainda, se um amplo levantamento fosse realizado para identificá-los, possivelmente eles já se fariam presentes em todos os ramos de atividade. Andion (2005, p. 82), por sua vez, sem indicar uma presença total, como faz Singer (2003), mas também destacando a amplitude de áreas de atuações dessas organizações, diz que elas “[...] atuam em setores diversos, tais como saúde, educação, transporte, lazer, desenvolvimento urbano, proteção do meio-ambiente, serviços domésticos, alimentação, defesa de direitos, etc. [...]”, realizando atividades que envolvem, conforme Sousa (2005, p. 55), “[...] produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo”.

No que se refere ao formato, Andion (2005, p. 82) destaca que os empreendimentos econômicos solidários “[...] Podem assumir também formas jurídicas e nomenclaturas diferenciadas, já que seu surgimento está ligado à formação institucional e à dinâmica presente em cada sociedade”, ou seja, às características e conjuntura do ambiente em que estão inseridos e sendo desenvolvidos. Sobre suas formas, Sousa (2008, p. 55) destaca que podem ser de “[...] cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras [...]”, assim como “[...] organizações formais e informais, de representação de trabalhadores ou patronal, associações de interesses sociais, econômicos e políticos, indivíduos comuns, e experiências ligadas ao poder estatal” (SOUSA, 2008, p. 57-58).

Para Singer (2003) o modelo típico desses empreendimentos são as cooperativas de produção, pois elas apresentam como princípios a:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER, 2003, p. 13)

Na prática, entretanto, conforme Bitelman (2008), embora os empreendimentos econômicos solidários assumam muitas vezes a formatação de cooperativas, apenas uma parte das cooperativas é enquadrada nos princípios da Economia Solidária, pois conforme já citado anteriormente no relato sobre as contribuições que essas organizações apresentam para a origem e desenvolvimento da economia solidária, o cooperativismo possibilita que também sejam abrigados sob os seus princípios organizações



que não possuam como objetivo principal a busca do bem-estar do trabalhador e sim a terceirização e até mesmo a precarização das relações de trabalho. Para Souza (2003), a maioria dos empreendimentos econômicos solidários são associações pré-cooperativas, sendo a maior parte deles organizações informais. Segundo Singer (2006, p. 20), “[...] ao menos 80% dos empreendimentos solidários são informais e pobres [...]”, para os quais os desafios podem ser considerados como diferentes.

A diversidade dos empreendimentos econômicos solidários é objeto da crítica de Sousa (2008, p. 58), que questiona a capacidade de se reunir num mesmo bojo “[...] associações tão diferentes e com expressões tão díspares [...]”. Para Andion (2005), em pensamento contrário ao de Sousa (2008), é exatamente essa diversidade que torna tão rico o fenômeno da economia solidária e dos seus empreendimentos. “[...] A pluralidade do fenômeno não deve ser negligenciada, pois dela advém a sua riqueza [...]” (ANDION, 2005, p. 84).

Quanto à sua origem, não numa contextualização histórica e sim num sentido operacional, os empreendimentos econômicos solidários costumam encontrar nas iniciativas da sociedade civil organizada as suas bases, inclusive de desenvolvimento, conforme menciona Andion (2005). As atividades em si, em sua maioria, originam, segundo Souza (2003, p. 253), “[...] por meio da iniciativa de um de seus membros ou da intervenção de algum agente externo; a freira, o padre, a líder comunitária, pessoas estas que, em geral, se tornam seus coordenadores [...]” e estabelecem um contexto em que muitas vezes ocorre confusão entre o trabalho profissional e o voluntário, proporcionando alguns casos em que tal confusão acaba por acompanhar o empreendimento por toda a sua existência. A associação entre seus membros acontece, conforme Gaiger (2004), de maneira livre e a lógica de estruturação que apresentam é, segundo Singer (2003, p. 21), completamente diferente, numa realidade em que geralmente há “[...] uma comunidade formada por ex-empregados duma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias etc. [...]”. É válido lembrar que no contexto de sua diversidade, muitos empreendimentos econômicos solidários brasileiros se desenvolveram durante a crise industrial que atingiu o país na década de 1990, quando após a abertura do mercado interno várias empresas em processo de falência ou quase isso, optaram por passar à “[...] propriedade total ou parcial de seus empregados para não fechar [...]” (SINGER, 2000, p. 136).

Considerados por autores, como Souza (2003, p. 256), como uma alternativa de emprego e renda para pessoas que dificilmente “[...] encontraria emprego formal ou ocupação em melhores condições, dados os problemas de preconceito ou limitação pessoal

concreta para trabalhar [...]”, os empreendimentos econômicos solidários apresentam uma dimensão econômica, social e política que é destacada principalmente por suas contribuições que vão além do econômico, exercendo um papel social tanto para a inclusão quanto para a recuperação de valores pessoais daqueles que neles estão inseridos.

*Una calidad importante de los emprendimientos solidarios es su carácter multifuncional, su vocación para actuar simultaneamente en la esfera económica, social y política, para obrar concretamente en el campo económico al mismo tiempo que interpelan a las estructuras dominantes. [...] (GAIGER, 2004, p. 235)*

Sua maior riqueza, conforme Andion (2005, p. 84), “[...] não se mede somente pelos produtos e serviços que ela gera, e sim pela sua contribuição à sociedade ou a coletivo mais restrito [...]”, pois segundo a própria autora esses empreendimentos assumem simultaneamente “[...] funções de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos; de espaços de proximidade, geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas [...]” (ANDION, 2005, p. 85). Para Nyssens (1996) citado por Gaiger (2004, p. 236), o principal objetivo desses empreendimentos “[...] es suplir las necesidades materiales de sus miembros, así como sus aspiraciones no-monetarias, de reconocimiento, inserción social, autonomía, etc.”.

Autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade são princípios apontados por Gaiger (2004) como elementos base desses empreendimentos que, ainda, segundo ele, apresentam oito características que são interdependentes e estão relacionadas à forma como desenvolvem a organização interna das experiências econômicas e as interações com o meio ao seu redor e com a sociedade.

*[...] el concepto de emprendimientos económicos solidarios fue diferenciado en ocho características interdependientes, relacionadas a la organización interna de las experiencias económicas y a sus interacciones con el entorno y la sociedad: autogestión, democracia, participación, igualitarismo, cooperación, viabilidad, responsabilidad social y desarrollo humano. [...] (GAIGER, 2004, p. 235)*

Desses princípios, o que apresenta maior abrangência sobre as características evidenciadas por Gaiger (2004) e que se destaca na abordagem de vários autores é o da autogestão, considerado como um elemento central nos empreendimentos econômicos solidários, e que, segundo Azambuja (2009, p. 293), “[...] distingue os empreendimentos solidários dos demais”. Nessa ótica, portanto, e que aqui é adotada como referência, para que possa ser apontado como econômico solidário o empreendimento deve

ser fundamentalmente autogestionário, ou seja, desenvolver a autogestão no cotidiano de suas práticas, caso contrário não será considerado como tal. Se em algum momento, na sua origem ou no decorrer de sua história, o empreendimento econômico solidário deixar de fazer uso da autogestão ele estará incorrendo no que Singer (2003) denomina de degeneração da economia solidária, independente de manter ou não como referência outros princípios e características desta. Conforme Melo Neto (2005, p. 18), nos empreendimentos autogestionários a gestão é exercida pelos trabalhadores, que assumem o controle e administração do capital e tem como referência os “[...] princípios de repartição equitativa dos resultados e a própria valorização do trabalho [...]”, tornando-se eles “[...] simultaneamente governantes e governados [...]” (CARVALHO, 1995, p. 120). São características básicas desses empreendimentos:

[...] posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos exercem a atividade econômica (produção, poupança, serviços, etc.); gestão democrática e igualitária do empreendimento através do princípio “um membro igual a um voto” e, sendo, assim, o órgão máximo de decisões é a assembléia geral; divisão dos ganhos e perdas financeiras da empresa de forma igualitária ou por critérios acordados pelo coletivo, e recusa ao assalariamento permanente. [...] (AZAMBUJA, 2009, p. 293)

A descrença na capacidade de autogestão dos trabalhadores e até mesmo na compatibilidade da sua prática com base nos princípios científicos é uma realidade em relação a esses empreendimentos, que é inclusive destacada por Singer (2003) como uma das principais razões de indução à degeneração deles, tanto no que se refere à economia solidária, quanto à autogestão. Sobre isso, entretanto, Singer (2003, p. 21) diz que tal prática “[...] é plenamente compatível com o emprego da competência científica [...]”, o que, de certa forma, pode ser considerado como um contra-argumento aos descrentes e um manifesto favorável à prática da autogestão nesse contexto.

Os empreendimentos econômicos solidários são caracterizados, em sua maioria, por uma realidade de dificuldades financeiras que muitas vezes compromete a sua viabilidade e faz com que necessitem de subsídios e de apoio para sobreviver. Apesar da existência, conforme Singer (2006), de uma economia solidária desigual, em que há empreendimentos pobres e miseráveis assim como há empreendimentos ricos, algo em torno de 80% desses empreendimentos, conforme já citado anteriormente, são pobres e informais, nos quais é comum observar a ocorrência de “[...] Doações de equipamentos, concessão de espaço imobiliário para a atividade produtiva e empréstimos subsidiados (às vezes a fundo perdido) [...]” (SOUZA, 2003, p. 253). Em parte significativa dos casos, inclusive, tais subsídios ou patrocínios acontecem desde as suas origens.

A economia solidária pobre e carente tem grandes dificuldades de se consolidar e se viabilizar economicamente. A esse respeito não pode haver ilusões. Existe um número grande de empreendimentos com um pé na solidariedade, tipo terceiro setor, que depende de subsídio e apoio. Como não consegue viabilizar-se economicamente, uma parte acaba perecendo, com muita dor no coração dos participantes pobres e com a vida para ganhar. É a heróica busca para se abandonar a pobreza. Se não podem fazê-lo dessa maneira, cada um vai saltando aos poucos do navio para se virar de outra maneira. (SINGER, 2006, p. 20)

A brevidade da existência desses empreendimentos é outro aspecto comum em relação a eles, pois, conforme destacado acima por Singer (2006), são muitos os indivíduos que deixam de participar das iniciativas que apresentam dificuldades em se viabilizarem economicamente para seguirem em busca de alternativas que lhes proporcionem uma situação mais concreta em relação à renda. Esse contexto também é destacado por Souza (2003, p. 256-257) que ao afirmar que grande parte desses empreendimentos começa e termina em curto intervalo de tempo, enfatiza que muitas pessoas mesmo identificando-se com a proposta comunitária “[...] acabam deixando o empreendimento, pois são compelidas a exercer uma atividade de retorno financeiro imediato ou pouco mais rentável, por conta própria ou num subemprego qualquer”. A necessidade de retorno imediato ou de uma renda mais concreta, inclusive, é talvez um dos aspectos que justifique a participação predominante de mulheres nesses empreendimentos, tido que ainda é comum na sociedade a concepção de que homens, chefes de família, precisam ter um emprego com carteira assinada e salário fixo. Segundo Guérin (2005, p. 16), “[...] Tanto no Norte como no Sul, muitas dessas experiências são animadas por mulheres e destinadas a mulheres [...]” e conforme Souza (2003) elas apresentam participação maior que os homens.

Predominantemente mulheres, os membros que compõem os empreendimentos econômicos solidários apresentam, de forma geral, segundo Souza (2003), baixa escolaridade e nenhuma ou precária qualificação profissional e, ainda, conforme Andion (2005, p. 84), “[...] em geral, não são ligados por laços de sangue ou parentesco e provém de diferentes camadas sociais [...]”.

Segundo Singer (2003, p. 22) os membros desses empreendimentos normalmente dominam o processo produtivo, “[...] mas não estão preparados para pesquisar mercados em busca de novas oportunidades de negócios nem para acompanhar a evolução das tecnologias relevantes de produtos e processos [...]”, o que se constitui num problema, visto que a comercialização tem sido uma dificuldade a ser enfrentada, assim como a carência tecnológica e a falta de competitividade. Em termos de comercialização, Singer (2006) diz que esta é uma questão mal resolvida, pois:

O horizonte de produção das pessoas pobres é muito delimitado ao que conseguem acessar. Em geral, são comida, roupa ou reciclagem de resíduos. São modalidades em que ocorre excesso de oferta e pouco ganho, na medida que existe uma enormidade de gente a ser incluída. [...] (SINGER, 2006, p. 23-24)

Para Souza (2003), também em relação à comercialização, faltam metodologia e pontos adequados para tal, pois, segundo ele, mesmo quando se confecciona produtos que são supostamente apreciados pela classe média, que possui maior poder de compra, existe bastante dificuldade para que se consiga atingi-la e as vendas, costumeiramente, acabam acontecendo na própria comunidade onde está instalado o empreendimento, normalmente periferia, por meio de bazares, encomendas e feiras esporádicas, o que caracteriza uma atuação em mercados marginais.

Para superar as limitações em relação à comercialização e ampliar suas possibilidades, Singer (2003) diz que o ideal é a construção de um setor integrado de empresas e instituições regidas pelos princípios econômicos solidários, que, se viabilizado possibilita inclusive que seja evitada a sina da degeneração ou falência dos empreendimentos, pois asseguraria maior demanda por seus produtos, melhores resultados financeiros e, conseqüentemente, viabilização financeira. Para Souza (2003, p. 259), entretanto, a disputa de mercado é inevitável e nela os empreendimentos econômicos solidários enfrentam expressiva concorrência, na qual eles são exigidos em termo de criatividade, desembaraço, autoconfiança, empreendedorismo e competência profissional, o que implica na necessidade de “[...] formação profissional com qualificação técnica”, que se faz com a existência de fontes de financiamento, assessoria técnico-científica, formação continuada e apoio institucional e legal, conforme destaca Singer (2003). Sobre a importância da necessidade de qualificação e assessoria, o mesmo autor já havia dito em período anterior que:

[...] É preciso dotar a auto ou a co-gestão de grande criatividade e eficiência para que a empresa consiga superar os óbices que ameaçam sua existência, o que não é fácil dada a inexperiência gerencial dos trabalhadores. Por isso, os trabalhadores das empresas autogeridas criaram a ANTEAG, que as assessora e prepara para ter sucesso na luta concorrencial [...] (SINGER, 2000, p. 137).

Segundo Souza (2003, p. 258), aparentemente, os empreendimentos estão “[...] reconhecendo suas dificuldades e a possibilidade de superá-las por meio da ajuda mútua, da formação de redes de articulação política e econômica”, cuja estrutura ou relações não deve ser necessariamente nos moldes propostos por Singer (2003), ou seja, somente empresas e instituições regidas pelos princípios solidários, pois conforme Lisboa (2001) citado por

Vieira (2005), tais redes não excluem a possibilidade de se realizar alianças entre grandes empresas capitalistas e os empreendimentos, pois entre eles não existe um antagonismo radical. Em relação a isso basta lembrar que a autogestão é considerada como elemento principal nos empreendimentos econômicos solidários e a relação de aliança com uma empresa capitalista, em determinados aspectos, não infringirá tal princípio, podendo ser plenamente conciliável. Ainda em relação às redes, com uma observação bastante positiva, Souza (2003, p. 260) diz que “[...] os empreendimentos devidamente assistidos pelas organizações de apoio parecem estar em processo gradual de transformação: da condição precária de amadorismo para a competência profissional e do caráter assistencial/educativo para o econômico/produtivo [...]” (SOUZA, 2003, p. 260).

O quadro abaixo, de forma simplificada, apresenta os principais aspectos dos empreendimentos econômicos solidários.

<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS</b>
Ampla diversidade de formato (jurídico e tipo de empreendimento) e área de atuação;
Maior parte são pobres e informais;
Origem com base em iniciativas da sociedade civil;
Livre associação;
Posse coletiva dos meios de produção;
Autogestão é conceito central;
Grande parte enfrenta dificuldades financeiras;
Doações, concessões de espaço imobiliário e empréstimos subsidiados são comuns;
Apresentam existência breve;
Dificuldades para comercialização, atuando quase sempre em mercados marginais;
Dificuldades para acompanhamento das tecnologias produção;
Maior parcela dos membros são mulheres;
Maior parcela dos membros possuem baixa escolaridade e precária qualificação profissional;
Membros são de diferentes camadas sociais e a maior parte deles apresenta alguma proximidade, seja em termos de experiência ou formação profissional;
Membros dominam processo produtivo, mas não de comercialização e identificação de novos mercados;

Quadro 6 – Principais características dos empreendimentos econômicos solidários

Fonte: Elaborado pelo autor.

### **2.3 Gestão em Empreendimentos Econômicos Solidários**

Para falar de gestão em empreendimentos econômicos solidários é necessário, de certa forma, resgatar a própria origem do termo que, segundo Maximiano (2000), é sinônimo do ato de gerir, de gerência, de administração, que embora seja considerada recente enquanto área de conhecimento e cuja consolidação se dá de forma mais

intensiva a partir do início do século XX, é destacada por Chiavenato (2003) como uma prática que vem sendo desenvolvida há muito tempo e que está diretamente relacionada ao cotidiano dos indivíduos e das diferentes formas organizacionais em torno da qual ele se reúne.

Maximiano (2000, p. 26), em busca de uma definição, diz que administração é “[...] o processo de tomar decisões e realizar ações que compreende quatro processos principais interligados: planejamento, organização, execução e controle [...]”, que são também chamados de funções administrativas ou gerenciais. Nesse mesmo sentido, Chiavenato (2003) diz que administrar nada mais é do que conduzir de forma racional as atividades de uma organização, independente dela ser lucrativa ou não.

[...] A administração trata do planejamento, da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorram dentro de uma organização. Assim, a administração é imprescindível para existência, sobrevivência e sucesso das organizações. Sem a administração, as organizações jamais teriam condições de existir e de crescer [...] (CHIAVENATO, 2003, p. 02).

Na concepção dos autores citados, portanto, a administração está diretamente relacionada a quatro processos gerenciais, em torno dos quais se desenvolve o processo administrativo, e à racionalidade de decisões sobre esses processos, que são considerados, conforme destaca Chiavenato (2003), fundamentais para a existência, sobrevivência e sucesso das organizações.

Os processos gerenciais do processo administrativo são apresentados na figura abaixo, assim como uma breve descrição de cada um deles e das atividades que lhes são relacionadas.

<b>PROCESSO OU FUNÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Planejamento</b>	Planejamento é o processo de definir objetivos, atividades e recursos.
<b>Organização</b>	Organização é o processo de definir o trabalho a ser realizado e as responsabilidades pela realização; é também o processo de distribuir os recursos disponíveis segundo algum critério.
<b>Direção</b>	Execução é o processo de realizar atividades e utilizar recursos para atingir os objetivos. O processo de execução envolve outros processos, especialmente o processo de direção, para acionar os recursos que realizam as atividades e os objetivos.
<b>Controle</b>	Controle é o processo de assegurar a realização dos objetivos e de identificar a necessidade de modificá-los.

Quadro 7 – Funções ou processos do processo administrativo  
Fonte: MAXIMIANO, 2000, p. 27.

Padronizada enquanto processo, a administração pode ter a sua prática exercida de diferentes maneiras, em sintonia com ideais ou princípios considerados por cada gestor ou grupos de gestores de uma organização. Dentre essas diversas maneiras, uma se faz relevante no contexto deste estudo, que é a autogestão, cuja prática é típica nos empreendimentos econômicos solidários.

### **2.3.1 Origens e conceito de autogestão**

A história da autogestão está relacionada à história dos modos de produção estabelecidos pela sociedade e da busca existente em consolidar um ou outro que seja considerado como mais adequado. Os modos de produção são definidos por Macdonald (2005, p. 41-42) como sendo a “[...] fórmula social pela qual se resolve como será feito e distribuído o produto social [...]”, ou seja, a forma como a sociedade produz, utiliza e distribui os seus bens e serviços. Vários modos de produção podem existir simultaneamente, havendo sempre um que se destaca como predominante, mas que no decorrer da própria história pode deixar de assim o ser, ou seja, pode perder tal condição para que outro a assuma, pois conforme Macdonald (2005) o modo de produção é um processo e está inserido num contexto histórico, que é dinâmico e está em constante mutação, independente do ritmo em que isso aconteça, seja ele acelerado ou tão lento que passe quase que por imperceptível.

Basicamente tem-se na sociedade atual a predominância dos modos de produção heterogestionários, que são, conforme Macdonald (2005, p. 46), aqueles modos em que “[...] a distribuição do excedente é feita de acordo com regras determinadas por uma minoria que comanda o trabalho, e não, pelos trabalhadores diretos [...]”, pois, neste modelo, os trabalhadores não possuem propriedade sobre os mais úteis e necessários instrumentos de produção, o que, portanto, nessa ótica, não lhes assegura o direito e poder de tomar decisões significativas sobre o trabalho e a produção. A heterogestão, característica desses modos de produção, é definida por Lourenço (2008) como uma administração hierárquica, com sucessivos graus de autoridade e na qual as consultas ocorrem da parte de baixo para cima nessa hierarquia e as ordens e direcionamento em sentido contrário. O acesso à informação pelo trabalhador nesse modelo gerencial é condicionado à posição que ele ocupa na estrutura hierárquica, ou seja, os que estão num nível inferior, num padrão mais simples de trabalho conhecem apenas o suficiente para o desempenho de suas funções, enquanto os que se



encontram num nível mais elevado possuem maior acesso e, cada vez mais, à medida que nela vão se elevando.

O modo de produção autogestionário, por sua vez, que hoje se apresenta como proposta alternativa ao heterogestionário, já foi num período da história o único modo produtivo existente, perdendo no decorrer do tempo essa condição. Macdonald (2005) diz que na concretude da história humana existem dois modos de produção autogestionários: um primeiro, no princípio da história da humanidade, e outro, já no século XIX, reiniciado por meio das cooperativas de produção. O primeiro, como um modo primitivo de produção, foi o único existente em seu período inicial, sendo gradativamente substituído à medida que a sociedade evoluiu do seu estágio primitivo para o de classes e novos modos foram surgindo. É nesse contexto que “[...] o modo de produção autogestionário passa de único para hegemônico, para, ainda mais adiante, passar a ser secundário ou até eliminado de todo” (MACDONALD, 2005, p. 48). O segundo, a partir das cooperativas de produção, é considerado como o modo de produção autogestionário da sociedade moderna, pois, conforme Macdonald (2005, p. 49), “[...] temos novamente a organização de trabalhadores em pé de igualdade, isto é, com igualdade de direitos e deveres quanto à participação nos lucros (chamados sobras), nos prejuízos e nas decisões e planos”. No modo de produção autogestionário, a distribuição do excedente é feita entre os trabalhadores, conforme critérios estabelecidos com a participação de todos eles.

[...] o modo de produção autogestionário moderno surge num ambiente muito diferente daquele da sociedade dos primórdios da humanidade. Na modernidade, os trabalhadores ganharam a consciência de que são uma fração da sociedade à parte – uma classe – e de que são explorados, isto é, de que lhes está sendo extraída uma mais-valia, ao passo que, nos primórdios, todos são trabalhadores, pois a sociedade não é diferenciada, ainda não há classes. [...] os trabalhadores produzem num ambiente de acumulação de capital imposta pelo modo de produção hegemônico, o que lhes impõe uma concorrência sem trégua e uma constante renovação de conhecimentos teóricos. [...] o valor de troca (quanto vale o produto em termos de outros produtos ou de dinheiro) é uma consideração imprescindível e constante, pois tudo ou quase tudo que o trabalhador produz é para consumo alheio. [...] há um modo de produção autogestionário que é secundário e que tem que ficar atento às tendências e aos rumos do modo de produção hegemônico [...] (MACDONALD, 2005, p. 49).

O modo de produção autogestionário nesta sua segunda etapa, se considerarmos a divisão apontada por Macdonald (2005), assim como a autogestão que é a administração das organizações que se enquadram nesse modo, são resultados de um processo histórico de oposição aos modos heterogestionários e de busca por mais autonomia aos trabalhadores, conforme fica evidente na fala do próprio Macdonald (2005) ao destacar as

revoltas camponesas ocorridas na Europa Ocidental e na Central entre os séculos XIV e XVII e a instalação das cooperativas de produção no século XIX, assim como a fala de Melo Neto (2005, p. 14), que comenta que “Várias têm sido as tentativas de superação dessa situação histórica impingida aos trabalhadores [...]”.

A autogestão entre os trabalhadores não se constitui apenas de um ideário ou um objetivo. Há uma experiência histórica estabelecida pelas lutas da classe. Está presente nas formulações dos socialistas utópicos (Owen, Fourier e Proudhon), adquirindo características de mudança gradual por meios pacíficos da sociedade capitalista, através das “livres associações de produtores” [...] (MELO NETO, 2005, p. 16-17).

Conforme relata Carvalho (1995), princípios de autogestão são identificados na ala jovem intelectual do comunismo internacional como uma crítica da ala esquerda do bolchevismo, fundamentada na ideia de que qualquer forma de socialismo sustentada por uma burocracia estatal e apoiada por uma elite partidária é uma nova forma de capitalismo.

Segundo Lechat; Barcelos (2008), o tema autogestão torna-se objeto de debates políticos em todas as partes do planeta desde o final dos anos 1960, sendo introduzido na França para denominar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em rompimento com o stalinismo. O apogeu chega em 1968, com o movimento estudantil e com as empresas recuperadas pelos seus trabalhadores, surgindo nos países industrializados, conforme aponta Lechat; Barcelos (2008, p. 97), “[...] grupos organizados de pessoas que, com base na vivência cotidiana compartilhada, começaram a administrar diretamente a vida comunitária”.

Para Nakano (2003, p. 67), mesmo com as divergências existentes no interior do movimento sindical, é possível acreditar que a autogestão enquanto prática também teve inspiração “[...] no chamado novo sindicalismo, surgido na década de 1970, que teve a ação autônoma como uma de suas marcas [...]”. Um forte impulso à autogestão foi, ainda conforme Nakano (2003), a legislação que estabeleceu o *Employee Stock Ownership* em 1974, cujo propósito era fazer de cada trabalhador um acionista, sem, entretanto, eliminar a propriedade privada. Em 1990, manifestações em busca da autogestão resultaram no movimento da empresa sem patrão.

No Brasil, segundo Lechat; Barcelos (2008), a ideia de autogestão

[...] esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário do início do século. O movimento trotskista defendia a autogestão, sobretudo em torno dos conselhos operários. [...] Na segunda metade dos anos 40, no clima de renovação do

pós-guerra, alguns socialistas, oriundos do PCB e do trotskismo, colocaram em pauta o debate da alternativa autogestionária. O principal exemplo é o do grupo reunido em torno do jornal Vanguarda Socialista dirigido por Mário Pedrosa, egresso do trotskismo, influenciado por Rosa Luxemburgo e pela dissidência da IV Internacional formada nos EUA (NASCIMENTO, 2000, p. 13 citado por LECHAT e BARCELOS, 2008, p. 98).

Nesse contexto, portanto, em torno de uma perspectiva de transformação social, é que se desenvolve o conceito de autogestão que, conforme destacam Castanheira e Pereira (2008, p. 119) é um “[...] produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social”. Segundo Lechat; Barcelos (2008, p. 100), “[...] autogestão não é uma qualidade que um empreendimento possua ou não, é um processo em constante gestação que pode sofrer avanços, mas também retrocessos. Aprende-se o que é autogestão, praticando-a. É um processo que exige vigilância”.

Em termos conceituais, sua compreensão não tem se revelado um processo fácil em função da diversidade de abordagens divulgadas e debatidas em relação a ela.

Autogestão é uma palavra que vem tendo uma maior divulgação, a partir da década de 60, através de grupos de estudos, sindicatos, partidos e organizações-não governamentais, aparecendo na imprensa e jornais e em vários outros meios de comunicação. Dessa maior divulgação tem saído uma diversidade de compreensão, dificultando bastante o seu significado conceitual [...] (MELO NETO, 2005, p. 13).

Sobre o conceito, Guillerm; Bourdet (1976) dizem que o axioma fundamental e constitutivo da autogestão é a igualdade das pessoas, ou seja, a não existência de diferenças que se constitui no seu eixo central, em torno do qual desenvolve sua prática. Melo Neto (2005, p. 24) diz que “A autogestão, como gerência de qualquer organização, promove a igualdade de todos os seus membros, bem como a sua completa liberdade. [...]”, pois segundo ele a organização que promove a igualdade entre seus membros não necessita de poder de mando centralizado e nem que esse poder esteja nas mãos de alguém alheio ao próprio grupo, que, de forma não centralizada, define os que irão exercer as diversas atividades, inclusive a de coordenação.

Segundo Carvalho (1995, p. 26), a autogestão é aquela em que “[...] todos os trabalhadores em uma determinada firma tornam-se os administradores diretos dela. [...]”, formando um grupo que governa a si mesmo, exercendo os poderes de governo por meio de ação direta. Para Maximiano (2000, p. 40) essa prática se desenvolve por meio de equipes autogeridas que “[...] têm responsabilidade e autoridade para tomar e implementar a maioria das decisões que cabem aos chefes [...]”, ou seja, ela acontece no contexto interno de equipes,

mas podendo ser realizada em organizações não autogestionárias, como alternativa complementar à gestão predominante, heterogestionária, pois nessa concepção se evidencia a responsabilidade e autoridade para tomar e implementar a maioria das decisões, entretanto não todas, que ainda cabem aos chefes. Percebe-se que, ao contrário de Guillerme e Bourdet (1976), de Carvalho (1995) e de Melo Neto (2005), há existência de um contexto de desigualdade, à medida que se tem o chefe e a equipe autogerida, e a limitação do poder de governo, pois os membros não o exercem totalmente e de forma direta.

A concepção de autogestão, entretanto, não só fundamenta-se na igualdade, como também requer a participação de todos os trabalhadores, conforme apontado até o momento.

A autogestão é um modelo de gestão onde o controle da empresa e as decisões são exercidos pelos trabalhadores. Eles decidem sobre tudo: metas de produção, participação dos resultados, política de investimentos e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado etc. [...] (ANTEAG[a] citado por NAKANO, 2003, p. 74)

Tal definição amplia os aspectos discutidos até aqui, enfatizando o controle e as decisões que estão sob a responsabilidade dos trabalhadores, contribuindo para uma compreensão mais ampla dessas responsabilidades e da dimensão total que elas possuem em termos organizacionais. Segundo Lourenço (2008) a autogestão tem como valor basilar não a eficácia econômica, que é importante, mas sim o crescimento humano que ela proporciona a partir dos debates e das deliberações coletivas. “[...] Compartilhar dos debates e deliberações do coletivo, do qual se faz parte, ensina e conscientiza, tornando cada um mais completo, autoconfiante e forte [...]” (LOURENÇO, 2008, p. 32).

A cooperação e o exercício da autonomia, num sentido de que não é possível ser autônomo sozinho, também são evidenciados como característica desse modelo. “Cooperar para se assegurar a liberdade do outro é a forma mais consistente de garantia, para si mesmo, desse desejo de liberdade. A autonomia vai se tornando, assim, um constituinte para a cooperação nas lutas autogestionárias” (MELO NETO, 2005, p. 26).

E os valores democráticos, para os quais é fundamental a participação, também estão, conforme Barreto; Paula (2009), relacionados diretamente à autogestão. A “[...] capacidade da organização de se estender em grupos autônomos é o critério básico da autogestão [...]”, diz Carvalho (1995, p. 120), que destaca que quanto mais subunidades houver na unidade principal, ou seja, quanto maior a quantidade de pequenos núcleos decisórios, maior a perspectiva de existência de um processo democrático na organização,

pois assim a tomada de decisão será resultado de uma interação entre um número maior de grupos autônomos. Castanheira; Pereira (2008, p. 119) dizem que a autogestão é o nível pleno de participação que se alcança os membros de um grupo, a quem são atribuídos a responsabilidade de determinarem objetivos, escolherem meios para alcançá-los e estabelecerem regras do processo, apresentando, portanto, um modo diferenciado de organização do trabalho cuja viabilidade está vinculada à posse coletiva dos meios de produção e à participação, à qual se tem o direito e o dever de exercer. Para Paul Singer, conforme Azambuja (2009), a autogestão é uma soma de práticas e saberes orientados por princípios e valores, como solidariedade, igualdade, cooperação, participação, democracia e viabilidade econômica, entre outros, e não apenas como uma modalidade técnica de organização e gestão.

Diante disso, com base nos autores citados, pode-se dizer que a autogestão é um processo de gestão desenvolvido e controlado por todos os trabalhadores de uma organização, que por meio da cooperação e da autonomia tornam-se responsáveis pelas decisões relacionadas ao negócio, nos mais diversos âmbitos, e que tem como fundamento a igualdade entre as pessoas, os valores democráticos, a participação, o crescimento do ser humano enquanto indivíduo social e a posse coletiva dos meios de produção.

### **2.3.2 Autogestão e empreendimentos econômicos solidários**

A autogestão é um aspecto fundamental nos empreendimentos econômicos solidários, sendo considerada, conforme Azambuja (2009), o elemento que permite a distinção entre esses empreendimentos e aqueles que não são considerados como tal. Segundo Lechat; Barcelos (2008, p. 99) ela é um dos conceitos mais complexos e desafiadores da economia solidária, um “[...] divisor de águas com o cooperativismo empresarial e com todas as propostas que fazem da economia solidária um simples instrumento de geração de renda e trabalho, de desenvolvimento econômico [...]”. Conforme Dal Magro; Coutinho (2008, p. 707), ela é um dos princípios centrais da economia solidária e é apontada “[...] como uma das características emancipatórias das alternativas de produção não capitalistas, em que se busca substituir a autocracia, típica desses modos de produção, pela democracia participativa no interior dos empreendimentos”.

Independente de uma abordagem mais crítica ou mais moderada em relação

ao capitalismo, conforme os autores citados, a autogestão, portanto, assume importância central e determinante em relação à economia solidária e aos empreendimentos econômicos solidários. Esta centralidade, segundo Azambuja (2009), é adquirida, em primeiro lugar, como uma forma de organização econômica *par excellence* de economia solidária e segundo por possibilitar condições para incorporação e prática de valores ideológicos, “[...] porque seria através de experiências autogestionárias que homens e mulheres encontrariam as condições necessárias para incorporar e pôr em consecução práticas orientadas por valores ideológicos como a solidariedade, participação, igualdade e cooperação [...]” (AZAMBUJA, 2009, p. 291).

[...] a constituição de empreendimentos autogeridos não seria apenas uma alternativa encontrada pelos trabalhadores ao assalariamento e à pobreza, mas um conjunto de práticas que podem transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes, fazendo com que esses últimos incorporem valores ideológicos (participação, igualdade, solidariedade, etc.) opostos àqueles que fundamentam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas. (AZAMBUJA, 2009, p. 284)

Para Singer (2003), as decisões coletivas, por meio da qual se pode mobilizar a experiência de todos os associados, é muito maior do que a experiência de uma cúpula na empresa capitalista, que concentra o poder de decisão. “[...] as decisões coletivas em empresas solidárias tendem a ser mais certeiras do que as adotadas em empresas capitalistas comparáveis [...]”, diz Singer (2003, p. 20), alertando, entretanto, para o fato de que isso apresenta um custo, ou desvantagem, que é o tempo que se leva para tomar uma decisão, pois para se ouvir todos, ou pelo menos os que desejam participar do processo, leva-se certo tempo, nem sempre adequado à necessidade da decisão que precisa ser tomada. Por decisões, Maximiano (2000, p. 139) define as “[...] escolhas que as pessoas fazem para enfrentar problemas e aproveitar oportunidades. Tomar decisões para enfrentar problemas e aproveitar oportunidades é um ingrediente importante do trabalho de administrar [...]”.

Na autogestão dos empreendimentos econômicos solidários, as decisões são tomadas, conforme Lourenço (2008), por meio das assembleias, que acontecem em intervalos breves de tempo quando o empreendimento é menor ou de forma mais espaçada quando são maiores. No caso de empreendimentos maiores, os associados escolhem delegados por setor ou departamentos, que decidem em nome da totalidade, por meio do voto, considerado por Carvalho (1995, p. 120) como “[...] o mais importante mecanismo individual para expressão da vontade geral na administração da fábrica ou de qualquer sistema de governo que estiver

em consideração [...]”. O comando mais importante nesses empreendimentos, segundo Lourenço (2008, p. 31), “[...] é a assembléia de todos os sócios, que precisa tomar as diretrizes a serem desempenhadas pelos níveis intermediários e altos da administração [...]”.

As práticas do trabalho autogerido, na ótica de Paul Singer, conforme destaca Azambuja (2009, p. 294), “[...] só poderiam ser “verdadeiramente” levadas a cabo por pessoas que incorporassem e orientassem sua conduta através de valores como a igualdade, cooperação, solidariedade e participação [...]”, sendo os valores destoantes dos expressos pela economia solidária considerados como sendo influências do sistema capitalista, capazes, em algumas circunstâncias de corromper a realização verdadeira da autogestão. Essa abordagem, para Azambuja (2009, p. 295), é considerada como criticável, pois “[...] exclui a possibilidade de formas de inserção e participação no empreendimento autogestionário através da incorporação de valores diferentes daqueles de Economia Solidária”.

Singer (2003) acredita que a gestão de uma empresa solidária é ou pelo menos deveria ser diferente da gestão da empresa capitalista, primeiro pelo fato dos conflitos entre os interesses seccionais serem muito menores e segundo por esses conflitos poderem ser travados abertamente e resolvidos por meio de negociações abertas em que todos podem tomar parte. “[...] Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. [...]”, diz Singer (2003, p. 20).

Muitos empreendimentos são, conforme Lechat; Barcelos (2008), solidários e cooperativos, entretanto não conseguem chegar a ser autogestionários. Diversos desafios, inclusive, estão associados ao desenvolvimento da autogestão que, conforme os autores, teria sido realizada mais simbolicamente do que de forma concreta, mesmo ela estando presente no programa de alguns movimentos sociais.

Os elementos culturais do assalariamento, a liberdade e flexibilidade não vivenciadas na sociedade capitalista e a não identificação dos associados com o modelo autogestivo são alguns dos fatores geradores de desafios à autogestão, conforme destacam Castanheira; Pereira (2008) e Dal Magro; Coutinho (2008).

O assalariamento, para Castanheira; Pereira (2008, p. 119), “[...] contém elementos culturais que dificultam a compreensão de uma proposta autogestionária, na qual a divisão do trabalho entre os que pensam e os que fazem tende a desaparecer. [...]”, levando a problemas frequentemente encontrados durante os processos de adaptação, como problemas de disciplina, hierarquia e participação. Em função desse aspecto enraizado nos indivíduos, é possível que se tenha dificuldades num cenário em que seja preciso esforços para preservação de postos de trabalho, pois na empresa autogerida “[...] a preservação dos postos de trabalho

substitui a lucratividade como objetivo máximo. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando [...]” (SINGER, 2000, p. 137).

A liberdade e flexibilidade não vivenciadas na sociedade capitalista, também conforme Castanheira; Pereira (2008, p. 119), proporcionam situações de interdependência que podem levar a reações diversas, em função das ações individuais que refletem sobre o todo, demandando a autogestão o “[...] reconhecimento das diferentes subjetividades e a possibilidade de enfrentamentos e debates construtivos, o que pressupõe a instauração de vínculos baseados na confiança e na solidariedade.” (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008, p. 119). A “[...] aprendizagem da obediência, desde o processo educativo, inibiria a autogestão, uma vez que através da obediência, o que é determinado pelos outros é o que pauta a vida do sujeito [...]” (LOURENÇO, 2008, p. 33).

A não identificação dos associados com o modelo autogestivo, por sua vez, leva empreendimentos a se acabar ou, ainda, a “[...] se enquadrar definitivamente no modelo capitalista, especialmente quando se deparam com uma situação econômica difícil” (DAL MAGRO; COUTINHO, 2008, p. 708). A ausência de interesses dos sócios, por exemplo, é uma consequência da não identificação e é apontado por Lourenço (2008) como o maior oponente da autogestão, pois não há o comprometimento adicional que a prática exige. Segundo Lourenço (2008, p. 38), “É um desafio para um trabalhador que está acostumado a somente fazer a sua tarefa, passar para um sistema de autogestão onde ele deve se comprometer, opinar, no mínimo votar na tomada de decisões [...]”.

A autogestão, segundo Andion (2005) apresenta quatro dimensões: social, econômica, ecológica e organizacional e técnica. Na dimensão social são consideradas as interações entre as pessoas dentro do empreendimento; na econômica a gestão dos recursos financeiros e não financeiros; na ecológica as relações do empreendimento com o meio ambiente externo, inclusive em termos de autonomia e dependência; e, por fim, na organizacional e técnica, o funcionamento interno e o impacto que apresenta sobre os indivíduos.

Para ser desenvolvida, segundo Carvalho (1995), é fundamental que haja na sociedade, fora do trabalho, um setor que estimule a propriedade social; que o grupo controle os meios e os produtos da produção e que haja interesse, na integralidade, dos associados em se inteirar do que acontece no empreendimento e que tenha disposição para solucionar eventuais dificuldades, indo além das ocupações de sua responsabilidade. Segundo Nakano (2003) para que deem certo é preciso a consideração de alguns parâmetros, que são



apresentados no quadro abaixo.

PARÂMETROS PARA DESENVOLVIMENTO DA AUTOGESTÃO
Democratização das tarefas que envolvam raciocínio, eliminando represamento de conhecimento; Motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva; Viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e longo prazo, ou seja, geração de dividendos e lucros; Integração da empresa em redes de negócios, transformando a inteligência coletiva no principal patrimônio das empresas autogestionárias; Viabilização da implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com o envolvimento e a realização das pessoas. Uma gestão em que haja transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores; Parceria de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores, desde que ele tenha dado apoio efetivo a projeto autogestionário.

Quadro 8 – Parâmetros para desenvolvimento da autogestão.

Fonte: Adaptado de NAKANO, 2003, p. 74.

Segundo Melo Neto (2005) a existência de autogestão está condicionada à presença dos fatores autoanálise, participação, informações, estrutura, controle, conflito, vínculo de posse dos bens, ética do diálogo e educação popular, que são sintetizados no quadro abaixo. Ele ainda destaca que nem sempre esses fatores caminham juntos, surgindo ou desaparecendo de forma diferenciada, avançando em determinados espaços e retrocedendo em outros, ou ainda, praticamente inexistindo em termos de investimentos nesse sentido.

CONDIÇÕES	CARACTERÍSTICAS
Autoanálise	Capacidade do grupo de provocar estudos e discussão sobre aquilo que se está edificando socialmente.
Participação	Participação dos associados no processo de gestão, nas tomadas de decisões, pois a autogestão é um movimento coletivo.
Informações	Influenciam participação e visão interna. Deve estar disponível a todos na organização.
Estrutura	Procedimentos e critérios de escolha dos trabalhadores para representação em empreendimentos com expressiva quantidade de envolvidos.
Controle	Controle sobre produção, sendo fundamental que haja conhecimento de todo o curso gerador do produto.
Conflito	Pelo conflito caminha-se ao consenso. Existência de espaços para divergência assegura liberdade de ideias, autonomia para pensamento e aceitação da igualdade.
Vínculo de posse dos bens	Prática requer que relações de trabalho entre associados não esteja condicionada a qualquer outro tipo de posse dos bens de produção que não o estabelecido por todos. Posse coletiva.
Ética do diálogo	Tolerância entre as pessoas.
Educação popular	Uma das condições que permeia todas as demais.

Quadro 9 – Condições que caracterizam autogestão

Fonte: Adaptado de MELO NETO, 2005, p. 24-33.

A identificação do caráter gestor, entretanto, conforme Dal Magro; Coutinho (2008, p. 707) não é um procedimento simples, sendo uma tarefa complexa e que envolve diversas questões, como “[...] processo de organização do trabalho no

empreendimento, as formas de participação dos cooperados nas decisões tomadas, os conflitos que emergem nesses contextos e a forma como os cooperados os encaminham [...]”.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Características da Pesquisa

Para caracterização da presente pesquisa são considerados seu objetivo, processo, lógica e resultado.

Em termos de objetivo, é definida como exploratória, descritiva e analítica. É exploratória porque busca ampliar conhecimentos sobre um determinado objetivo e contribui para o desenvolvimento de outros estudos. Collis; Hussey (2005, p. 24) dizem que a pesquisa exploratória “[...] é realizada sobre um problema ou questão de pesquisa quando há poucos ou nenhum estudo anterior em que possamos buscar informações sobre a questão ou o problema [...]”. É também descritiva porque busca descrever o comportamento dos fenômenos em estudo, no caso os empreendimentos identificados no município de Aquidauana, MS, e a existência neles de características econômicas solidárias. Collis; Hussey (2005, p. 24) comentam que a pesquisa descritiva é utilizada “[...] para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão”. E, ainda, é analítica porque busca ir além da mera descrição das características dos fenômenos, analisando e explicando o porquê ou como eles estão acontecendo. Collis; Hussey (2005, p. 24) dizem que “[...] a pesquisa analítica tem como objetivo entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações causais entre eles”.

Quanto ao processo, é considerada como uma pesquisa qualitativa, que é tida por Collis; Hussey (2005) como o método mais subjetivo e que envolve o exame e a reflexão sobre as percepções para compreensão das atividades humanas e sociais. Creswell (2007, p. 35) a define como “[...] aquela em o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas [...] ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias [...] ou em ambas [...]” e Roesch (2005) a considera como a mais apropriada para o período exploratório de uma pesquisa.

Em termos de lógica, é considerada como pesquisa dedutiva, pois esta é tida como aquela em que “[...] uma estrutura conceitual e teórica é desenvolvida e depois testada pela observação empírica. [...]” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 27). Esta situação ocorre neste estudo, em que são abordados conceitualmente os princípios da economia solidária para posterior análise dos empreendimentos identificados no município de Aquidauana quanto às

características de econômicos solidários.

E, quanto aos resultados, é uma pesquisa do tipo aplicada, pois visa uma aplicação imediata dos seus resultados para a solução de um eventual problema. Collis; Hussey (2005, p. 27), definem esta tipologia como “[...] aquela que foi projetada para aplicar suas descobertas a um problema específico existente”.

### **3.2 Determinação da Amostra e dos Sujeitos da Pesquisa**

Uma população, segundo Roesch (2005, p. 138), “[...] é um grupo de pessoas ou empresas que interessa entrevistar para o propósito específico de um estudo [...]”. Essa concepção também é compartilhada por Collis; Houssey (2005, p. 148), que a define como “[...] um grupo de pessoas ou a qualquer outro grupo de itens sendo considerados para propósitos de pesquisa”.

A população, entretanto, nem sempre é fácil de ser estudada, em função de diversos fatores, como, por exemplo, sua dimensão e custos e tempo relacionados à sua abrangência. Em função disso, uma alternativa que surge aos estudiosos é a utilização de amostras que, conforme Roesch (2005) é uma parcela extraída de uma população que se deseja investigar, tornando-se, assim, viável a realização de muitos estudos, cuja abrangência de toda a sua população seria praticamente inviável. “Uma amostra é formada por alguns dos membros de uma população” (COLLIS; HOUSSSEY, 2005, p. 148).

Para este estudo são utilizadas amostras não probabilísticas, em função da busca pela melhor acessibilidade aos sujeitos pesquisados e são considerados como sujeitos da pesquisa os empreendimentos econômicos solidários instalados no município de Aquidauana, MS, e cadastrados na SENAES. A escolha do município de Aquidauana acontece em função da proximidade com Campo Grande, capital do Estado, e por constituir-se em objeto de plano de trabalho do projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá.

### 3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Dados são definidos por Collis; Hussey (2005, p. 153) como referentes “[...] a fatos ou a coisas conhecidas usadas como uma base para inferência ou consideração. [...]”, ou seja, elementos que se constituem em fundamentos para reflexão e estabelecimento de análises sobre determinados aspectos considerados como objetos de atenção, que no meio acadêmico são normalmente os objetos de pesquisa. Para realização deste estudo foram coletados dados primários e secundários.

Por dados primários, Collis; Hussey (2005) definem aqueles que foram coletados direto na fonte, os considerados dados originais, que aqui são compostos pelos dados obtidos junto aos empreendimentos objetos do estudo, por meio de questionários, com questões abertas e fechadas, aplicados aos empreendimentos e seus associados. Os questionários são definidos por Gil (2008, p. 121) como sendo “[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”. As questões abertas, conforme Collis; Hussey (2005, p. 171) são aquelas em que “[...] cada correspondente pode dar uma resposta ou opinião pessoal em suas próprias palavras [...]” e as questões fechadas, também conforme Collis; Hussey (2005, p. 171) são as que “[...] a resposta do respondente é selecionada de várias alternativas predeterminadas [...]”.

Os dados secundários são os “[...] que já existem, como livros, documentos [...] e filmes [...]” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 154) e aqui foram constituídos pelos materiais que contribuíram para construção da fundamentação teórica e da contextualização e que estão especificados nas referências, ao final do trabalho.

### 3.4 Procedimentos de Interpretação

A análise e interpretação dos dados ocorrem após a coleta de dados e são considerados dois processos estreitamente relacionados. Segundo Gil (2008, p. 157), a análise tem por objetivo “[...] organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação [...]”, enquanto a

interpretação “[...] tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 2008, p. 121).

O referencial teórico que fundamenta esse processo é o da economia solidária e autogestão, fundamentais para caracterização dos empreendimentos econômicos solidários. Abordagens relativas ao turismo são utilizadas, entretanto, apenas como elementos de contextualização para a reflexão.

Para caracterização dos empreendimentos econômicos solidários são adotadas duas etapas. A primeira se refere à caracterização de suas relações com o turismo, por meio das variáveis tipo de atividade econômica, importância do turismo para o empreendimento, relacionamento com prestador de serviços turísticos e viabilidade de atuação no setor, abrangidas pelas questões de número 3 a 10 do questionário. A segunda etapa se refere à caracterização do empreendimento, por meio das variáveis tempo e condição de existência, tipologia do empreendimento, origem, posse dos meios de produção, situação financeira, apoio institucional, destino da produção, vínculos a outros empreendimentos, dificuldades encontradas, perfil do associado e perfil econômico do associado, abrangidas pelas questões de número 11 a 44.

Para avaliação das condições de autogestão nos empreendimentos foram consideradas as variáveis participação, conflito, tomada de decisões; capacitação e controle, autoanálise; e distribuição de resultados, que são abrangidas nas questões de número 45 a 54.

A resposta ao problema da pesquisa é obtida por meio da reflexão proporcionada pelos objetivos específicos, ou seja, caracterização dos empreendimentos instalados no município de Aquidauana e avaliação das condições que caracterizam a existência de autogestão nesses empreendimentos.

## 4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados é desenvolvida em três etapas principais, que abrangem diversas variáveis relevantes à reflexão que se propõe. A primeira etapa é referente à caracterização das relações entre os empreendimentos considerados e a atividade do turismo; a segunda aborda a caracterização do empreendimento em si, relacionando as variáveis neles identificados com as características dos empreendimentos econômicos solidários; e a terceira, por sua vez, avalia as condições de autogestão nos empreendimentos analisados. As duas primeiras contribuem para a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários instalados em Aquidauana e a terceira para a avaliação das condições que caracterizam a autogestão nesses empreendimentos, o que possibilita o alcance dos objetivos específicos e gerais.

Os empreendimentos analisados são apresentados no quadro abaixo, em ordem alfabética, assim como os respectivos números de seus integrantes.

<b>EMPREENHIMENTOS</b>	<b>INTEGRANTES</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	4
Associação Doce Sossego e Pirajóia	8
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	35
Associação Vila Bancária	179
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	360
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	38
Núcleo de Beleza da Mulher	3

Quadro 10 – Empreendimentos considerados, atividade econômica e número de integrantes  
Fonte: Elaborado pelo autor.

### 4.1 Relação com Turismo

Para análise da relação estabelecida entre os empreendimentos considerados e a atividade do turismo são consideradas três variáveis, abaixo apresentadas, sendo a primeira com foco na importância do turismo para o empreendimento, a segunda no relacionamento estabelecido com o prestador de serviços turísticos e a terceira na viabilidade de atuação no setor. Tal análise é relevante para se compreender os vínculos existentes entre os empreendimentos e a atividade turística, assim como a forma como esses empreendimentos veem esses vínculos, tanto em termos de importância quanto em termos de viabilidade.

#### 4.1.1 Importância do turismo para o empreendimento

Questionados sobre o nível de importância do turismo no local para o seu funcionamento, 57,1% dos empreendimentos responderam que este apresenta um nível de importância muito alto e 42,9% um nível regular, não havendo nenhum empreendimento que apontasse a não existência de algum nível de importância. Nesse contexto, em que se pode até mesmo dizer que há certo equilíbrio entre os que consideram a importância como de nível muito alto e os que a consideram como de nível regular, os indicadores demonstram nítida influência do turismo para esses empreendimentos e sinalizam a apontada vocação turística de Aquidauana, visto que todos os empreendimentos afirmaram receber, em maior ou menor intensidade, a influência das atividades turísticas em seu funcionamento, o que não aconteceria se não houvesse tal vocação ou crença nela.

As expectativas em torno do turismo, conforme destacado por Suarez (2007) e Nascimento; Soares (2006), não podem ser ignoradas nesse contexto, pois em face da sua influência, pelo menos parte das ações desses empreendimentos é desenvolvida tendo como referência a atividade turística. Para os que afirmam, entretanto, que a atividade apresenta uma importância muito alta em seu funcionamento há de certa forma maiores expectativas e uma maior exposição aos impactos negativos caso predomine o cenário apontado por Alban (2008) em relação à situação de exploração inadequada das oportunidades proporcionadas pelo turismo, ficando esses empreendimentos dependentes do bom ou mau desenvolvimento da atividade no município. Tais empreendimentos, pelo menos a princípio, também podem ser considerados como movimentos no sentido contrário à polarização do emissor e do receptor turístico.

Diante da influência da atividade turística no município para o funcionamento do empreendimento, conforme por eles sinalizados, questionou-se aos empreendimentos considerados o que se falta fazer como política pública em relação ao turismo para melhoraria dos seus negócios. As respostas por eles citadas são apresentadas no quadro constante na página seguinte.



<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA AO TURISMO</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANTO)	Visitação do empreendimento; constituição de atrativos turísticos.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Eventos; melhoria das vias de acesso.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Melhorar infraestrutura do comércio.
Associação Vila Bancária	Maior integração entre os setores sociais
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Mais capacitação aos agentes ligados ao turismo.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Divulgação e aumento do empenho dos gestores.
Núcleo de Beleza da Mulher	Melhorar acesso ao distrito; aumento do fluxo dos clientes.

Quadro 11 – Diretrizes para uma política pública relacionada ao turismo

Fonte: Elaborado pelo autor.

A necessidade de promoção do turismo, seja por meio de eventos, seja por meio da constituição de atrativos turísticos ou ainda de mais divulgação, é a expressão do desejo dos empreendimentos em análise por uma maior demanda para seus produtos, o que se revela como uma realidade coerente com as possibilidades naturais e culturais do Estado para o turismo e a pequena participação que o setor vem apresentando no PIB estadual, conforme destacado por Oliveira et. al. (2008) e, ainda, às expectativas que se apresentam em relação ao setor do turismo como fomentador de desenvolvimento. A necessidade de mais capacitação dos agentes ligados ao turismo também é um aspecto necessário e coerente com os índices da EMBRATUR (2010), que apontaram em 2008 a existência de apenas 14 bacharéis em turismo no Estado e cadastrados no Ministério do Turismo, assim como a existência de apenas 40 guias cadastrados, enquanto havia duas instituições de ensino de turismo e sete cursos para guias. De fato, a qualificação é um aspecto relevante para alavancar o setor e que deve ser considerada como forma de proporcionar melhorias, entretanto é necessário assegurar que esses profissionais qualificados se dediquem ao turismo e sua prática no Estado e, no caso específico, em Aquidauana, pois qualificar profissionais para atuarem em outras regiões não apresenta contribuições ao turismo no local.

A melhoria do acesso aos empreendimentos está relacionada à preocupação em ofertar uma estrutura que proporcione condições para aumento da demanda nesses empreendimentos, em função de um maior fluxo de turistas que possibilita. E a maior integração entre os setores sociais, por sua vez, evidencia uma carência que está inclusive relacionada a outro aspecto apontado pelos empreendimentos, que é o da necessidade de mais empenho dos gestores públicos. A maior integração desejada pelos empreendimentos pode, conforme Pagliarussi; Alves (2006), proporcionar a obtenção de melhores resultados, tanto para a comunidade, como para o setor privado e público. Os dois maiores empreendimentos

em número de integrantes, que são Associação Vila Bancárias e Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, apresentaram como necessidades de políticas públicas a realização de ações que buscam de certa forma proporcionar aos empreendimentos mais condições de autonomia e de capacidade de transformação da própria realidade.

Em relação à importância do turismo para os empreendimentos econômicos solidários, é plausível afirmar, portanto, que o turismo apresenta importância e ainda que em termos de política pública é desejado que haja a ocorrência de modificação de posturas e o desenvolvimento de práticas que podem contribuir para obtenção de melhores resultados.

#### **4.1.2 Relacionamento com prestadores de serviços turísticos**

Sobre a existência de alguma relação com prestadores de serviços ligados ao turismo, 71,4% afirmaram que não possuem nenhuma relação e 28,66% afirmaram que sim, indicando que parte significativa desses empreendimentos atua de forma individual e sem relações com organizações que, vinculadas à atividade turística, poderiam apresentar contribuições no sentido de melhorar a inserção dos produtos desses empreendimentos no mercado. Um aspecto curioso em relação a isso é que a necessidade de maior integração entre os setores sociais é uma das carências apontadas pelos empreendimentos em termos de políticas públicas, ou seja, ao mesmo tempo em que tal necessidade é citada quando se refere às organizações responsáveis por tais políticas, os próprios empreendimentos acabam por reproduzirem em sua prática o mesmo problema, o que leva a considerar a existência de duas possibilidades: ou os empreendimentos enfrentam dificuldades consideráveis para estabelecimento de tais relações junto aos prestadores de serviços ligados ao turismo ou eles apresentam uma expectativa, e aguardam isso, de que as organizações governamentais assumam esse papel integrador, por meio de suas políticas.

O quadro na página seguinte relaciona os empreendimentos e a existência ou não de relacionamento entre eles e prestadores de serviços ligados ao turismo.

<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>RELAÇÕES COM PRESTADORES DE SERVIÇOS</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANTO)	Não
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Não
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANA)	Não
Associação Vila Bancária	Não
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Sim.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Sim
Núcleo de Beleza da Mulher	Não

Quadro 12 – Relações com prestadores de serviços

Fonte: Elaborado pelo autor.

De qualquer forma, independente de enfrentarem dificuldades ou de estar aguardando uma intervenção governamental, a existência de baixo índice dos relacionamentos em questão sinalizam uma fragilidade dos empreendimentos e que deve ser considerada, pois conforme já destacado, Pagliarussi; Alves (2006) dizem que a união entre os setores permitem a obtenção de melhores resultados, o que é plenamente aplicável à realidade dos empreendimentos considerados que se aliados a outras organizações prestadoras de serviços turísticos podem ampliar não somente a possibilidade de inserção de suas mercadorias no mercado como também a de divulgação, ou seja, de visibilidade, que também é apontada pelos empreendimentos como uma carência em termos de políticas públicas relacionadas ao turismo.

Entre os que apontaram estabelecer alguma relação com prestadores de serviços ligados ao turismo, mais especificamente a Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana e o Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga, ambos apresentam vínculo com organizações que são ou que estão de certa forma associada às atividades governamentais, sendo a primeira a Fundações de Turismo e Cultura e a segunda à Gerência de Produção de Aquidauana e Operadora do trem do pantanal, o que contribui para a ideia de que as organizações governamentais, ou próximas disso, apresentam para esses empreendimentos importante papel no seu processo de viabilização. Em relação ao relacionamento, entretanto, a Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana afirmou estar satisfeita, enquanto o Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga afirmou não estar satisfeito, apontando para tal insatisfação a falta de empenho na divulgação, o que, segundo ele, pode ser melhorada.

Ao apontar a falta de empenho na divulgação como aspecto a ser melhorado no relacionamento, o empreendimento reforça, mais uma vez, a carência já identificada de divulgação e sinaliza a atribuição de responsabilidade ao parceiro no que se refere à promoção

do seu negócio, o que na verdade é um problema gerencial, já que, conforme Maximiano (2000), a direção do empreendimento é uma das funções ou processos do processo administrativo e envolve não somente o processo de realização das atividades como também a utilização dos recursos para se alcançar os objetivos estabelecidos e a divulgação nada mais é do que um dos recursos a serem explorados para que o empreendimento alcance os seus objetivos. A direção do empreendimento é responsabilidade de seus associados, o que, portanto, indica a necessidade de que não se espere essa função apenas do parceiro, mesmo que ele tenha assumido um compromisso nesse sentido, pois esta é uma das atividades necessárias e diretamente relacionadas à gestão dos negócios.

Em termos de relacionamento com o prestador de serviços turísticos, portanto, pode-se afirmar que existe um nível baixo de relacionamento com os empreendimentos e, ainda, quando existem, o parceiro está muito próximo do setor público, que é classificado por Pagliarussi; Alves (2006) como um setor terciário e considerado mais como elemento de apoio à atividade turística do que necessariamente ligado aos serviços turísticos. A não existência de relacionamento sinaliza para uma carência já evidenciada em termos de políticas públicas pelos próprios empreendimentos, que é a necessidade de integração entre os setores, assim como no caso em que ocorre relacionamento e há insatisfação por parte do empreendimento, cuja razão apontada é a falta de empenho na divulgação, já citado também como uma necessidade em termos de políticas públicas.

#### **4.1.3 Viabilidade de atuação no setor do turismo**

Sobre a viabilidade de atuação no setor do turismo, 71,4% dos empreendimentos citaram que acham viável trabalhar nesse setor e 28,6% disseram que não. Entre os que consideram como viável tal atuação, a justificativa é de que ela: amplia os conhecimentos; agrega auxílio mútuo; todos crescem com isso; os produtos são destinados aos turistas; e aumenta a renda. Já entre os que não consideram como viável, que são mais especificamente os empreendimentos Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA) e Núcleo de Beleza da Mulher, as justificativas são, respectivamente, de que fica difícil mesmo o turista influenciando em 70% da renda e de que o empreendimento não depende só do turismo.

A predominância de empreendimentos que consideram como viável a

atuação no setor representa uma identificação de grande parte deles com a vocação turística do Estado e do município de Aquidauana e, ao mesmo tempo, uma coerência entre os que se manifestam de forma positiva em relação à viabilidade dessa atuação, afinal ao serem questionados anteriormente, esses empreendimentos atribuíram um nível de importância elevada e regular em relação ao turismo para o desenvolvimento de suas atividades. Já entre os que citaram como não viável essa atuação no setor, observa-se uma incoerência entre a resposta apresentada e o nível de importância que atribuíram ao turismo, pois quando questionados eles afirmaram que este apresenta um nível de importância muito alta para o seu funcionamento. A justificativa do empreendimento ALESPANNA também se apresenta de forma confusa e incoerente com o argumento de inviabilidade, pois ao mesmo tempo em que diz que fica difícil essa viabilidade, aponta o turista com uma influência em torno de 70% sobre o rendimento do empreendimento. Já o Núcleo de Beleza da Mulher apresenta como justificativa o fato de que não depende apenas do turismo, entretanto não se deve desconsiderar que suas atividades são classificadas por Pagliarussi; Alves (2006) como serviços do setor secundário de turismo, ou seja, de apoio à atividade.

Quanto à viabilidade de atuação no setor, portanto, a maior parte dos empreendimentos considera como viável, em sintonia com a vocação turística do município e com o nível de influência atribuída ao turismo em relação às suas atividades. Os que não consideram como viável apresentam justificativas incoerentes com o nível de importância que atribuem à atividade turística e, até mesmo, com suas próprias atividades.

## **4.2 Caracterização dos Empreendimentos**

Para análise das características dos empreendimentos são consideradas onze etapas de reflexão, abaixo apresentadas, sendo elas: tempo e condição de existência, tipologia do empreendimento, origem, posse dos meios de produção, situação financeira, apoio institucional, destino da produção, vínculos a outros empreendimentos, perfil do associado, rendimento do associado e dificuldades encontradas. Tal reflexão é importante, pois contribui, em conjunto com a análise das condições de autogestão, para caracterização dos empreendimentos observados como sendo ou não sendo econômicos solidários, o que possibilita o alcance de parte dos objetivos estabelecidos.

#### 4.2.1 Tempo e condições de existência dos empreendimentos

O tempo de existência dos empreendimentos em análise é bastante diverso, sendo que 42,9% deles apresentam mais de 10 anos de funcionamento, enquanto outros 42,9% apresentam entre 9 e 5 anos e 14,2% apresenta período inferior a 5 anos, mais especificamente 4 anos completados em 2011. Essa realidade é diferente da apontada por Singer (2006) e por Souza (2003) quando se referem ao tempo de sobrevivência dos empreendimentos econômicos solidários, visto que segundo os autores uma característica marcante desses empreendimentos é o curto período de sobrevivência que apresentam. Nesse contexto, inclusive, destaca-se a Associação Vila Bancária que registra 30 anos de existência, caminhando para 31 em 2011, e que teve origem antes mesmo do período apontado por Singer (2000) como o de grande expansão da economia solidária e de seus empreendimentos no Brasil, que foi na década de 1990, em decorrência da crise industrial ocorrida no país.

A breve existência, portanto, não é uma característica dos empreendimentos aqui considerados, visto que o mais novo deles caminha para 4 anos de funcionamento, que já é um período em que as dificuldades iniciais do novo negócio começam a se reduzir à medida que a organização vai amadurecendo. Segundo SEBRAE (2007), no ano de 2000, período a partir do qual a maior parte dos empreendimentos aqui considerados foram fundados, a taxa de sobrevivência de uma empresa com até 4 anos de existência era de apenas 40,1%, tendo esse índice melhorado no decorrer dos anos e em 2003 ele já correspondia a 64,1%. Em 2005, conforme o mesmo estudo, o índice de sobrevivência das organizações, de uma maneira geral, era de 78% no Brasil e de 78,7% no Estado de Mato Grosso do Sul, o que sinaliza expressiva melhora nos indicadores.

Mesmo considerando que o SEBRAE (2007) ponderou apenas empresas legalmente constituídas, o que não é o caso de todos os empreendimentos em análise, como será visto, e que também houve uma melhora significativa nos índices de sobrevivência no cenário nacional, ainda assim é válido considerar a relevância do fato desses empreendimentos terem superado o período mais crítico e, apesar de não se ter aqui um registro de outros empreendimentos que iniciaram suas atividades e não sobreviveram ou não se cadastraram junto à SENAES, esses indicativos sinalizam que os empreendimentos em questão encontraram caminhos que contribuem para a longevidade e cujo conhecimento se torna interessante, inclusive em termos de colaboração para o funcionamento de outros. Ao decorrer da análise, alguns desses caminhos poderão ser identificados.

Já em relação às condições de existência, 57,1% deles são classificados como formal e 42,9% como informal, havendo certa proximidade entre as duas condições, pois apesar de um percentual de 14,2% de diferença, em termos de quantidade dos empreendimentos considerados isso representa apenas uma unidade. Segundo Singer (2006) pelo menos 80% dos empreendimentos econômicos solidários são informais, realidade que não se manifesta nos empreendimentos analisados em Aquidauana, possivelmente como reflexo do próprio tempo de existência desses empreendimentos, pois entre os formais somente um apresenta menos de 10 anos de existência, enquanto entre os informais o mais antigo possui 8 anos de funcionamento. Entre os empreendimentos formais, inclusive, é que está os que afirmaram possuírem relacionamento com prestadores de serviços turísticos, o que leva a ponderar, portanto, que a condição de ser formal pode ser um aspecto necessário para o estabelecimento dessas relações. A informalidade dos empreendimentos mais novos, por sua vez, pode ser reflexo das dificuldades por eles enfrentadas ou até mesmo da não percepção por seus associados da relevância ou necessidade de se formalizarem.

Apesar dos indicativos sobre a condição formal ou informal dos empreendimentos apresentarem-se de forma diferenciada à apontada por Singer (2006), elas corroboram o destacado por Sousa (2008) e Andion (2005) quando estes falam sobre a diversidade de formatos em relação a esses empreendimentos, não havendo uma única condição de existência.

O quadro abaixo destaca o período e as condições de existência dos empreendimentos analisados.

<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>PERÍODO DE EXISTÊNCIA (Anos)</b>	<b>CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA</b>
Arte em Mármore e Arenito (Armanito)	4	Informal
Associação Doce Sossego e Pirajóia	9	Informal
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (Alespana)	11	Formal
Associação Vila Bancária	31	Formal
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	21	Formal
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	6	Formal
Núcleo de Beleza da Mulher	7	Informal

Quadro 13 – Período e condições de existência

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, em relação ao tempo e condições de existência, pode-se dizer que a maior parte dos empreendimentos analisados em Aquidauana estão em funcionamento há mais de 5 anos e que são empreendimentos formais, contrapondo-se às características de

maior parte dos empreendimentos econômicos solidários, conforme Singer (2006), o que é um aspecto positivo, e ao mesmo tempo em sintonia com a diversidade de formatos apontados por Sousa (2008) e Andion (2005). Mesmo entre os que apresentam a condição de informal, a brevidade de existência não é uma característica, tendo o mais novo deles, o empreendimento Arte em Mármore e Arenito, 4 anos de existência.

#### **4.2.2 Tipologia dos empreendimentos**

Quanto à natureza do empreendimento, eles constituem-se basicamente em núcleos ou grupos de produção, que representam a maior parte deles, com índice de 57,14%, e em associações, com 42,86%. Curiosamente, nenhum assume a natureza de cooperativa, que é apontada por Singer (2003) como o modelo típico dos empreendimentos econômicos solidários e que, conforme Bitelman (2008) possui relevante importância no processo de origem e desenvolvimento da economia solidária. Entretanto, em função da informalidade de muitos, não é possível negar a possibilidade de que num contexto futuro venham a se tornarem cooperativas, pois na ótica de Souza (2003), empreendimentos econômicos solidários são associações pré-cooperativas. O associativismo, por sua vez, aparece presente nessas iniciativas, mesmo que não formalizadas.

Ainda nesse contexto da natureza dos empreendimentos, a predominância de núcleos ou grupos de produção pode ser um dos fatores que contribuem para justificar a informalidade presente nos empreendimentos analisados, pois se observa que entre os empreendimentos formais somente um assume essa natureza, que é o Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga, enquanto todos os informais observados nela se enquadram. Os núcleos ou grupos de produção com características informais podem inclusive sofrerem com menor comprometimento dos indivíduos que estão em torno deles reunidos, pois estes podem não visualizarem de forma mais concreta a existência de vínculos mais efetivos entre eles e a iniciativa.

Em termos de natureza da atividade, entre produção, serviço e comércio, vê-se que 42,9% dos empreendimentos apresentam uma única natureza, ao mesmo tempo em que 42,9% uma combinação entre produção e comércio e somente 14,2% uma combinação entre as três simultaneamente. Somente produção e serviço, serviço e comércio ou ainda somente comércio não foram identificadas como natureza dos empreendimentos analisados, sendo que



dois deles atuam somente com produção e um somente com serviço. A atividade de produção é predominante entre todos os empreendimentos considerados, que desenvolvem, de forma geral, as atividades de: produção de mel, de derivados da apicultura, de produtos artesanais, de esculturas e artes em pedra e bijóias; comercialização de produtos artesanais; lazer; e serviços de corte e tintura de cabelo, alisamento, manicure e pedicure.

Um aspecto importante em relação a essa classificação da natureza de suas atividades é que ela não aparenta ser clara para dois dos empreendimentos considerados ou, ainda, que em termos de prática eles distanciaram-se daquilo que se propuseram inicialmente, podendo isso representar uma ampliação das capacidades do empreendimento ou até mesmo uma perda de foco de atuação. A Associação Vila Bancária, por exemplo, se define como um empreendimento cuja natureza das atividades é a da produção, quando na verdade ao se estabelecer com o propósito de reunir artesãos individuais de Aquidauana com o objetivo de proporcionar-lhes iniciativas de lazer e fomento à cultura local, ela aproxima-se da natureza de serviços e não de produção, o que pode representar um problema gerencial visto que as organizações típicas de prestação de serviços apresentam particularidades em sua gestão quando comparadas às organizações de produção. A Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, por sua vez, se classifica como um empreendimento cujas atividades apresentam a natureza de produção, serviço e comercialização, quando sua característica é a de um espaço de comercialização dos produtos de artesãos individuais locais, o que caracteriza uma natureza de comércio, mais precisamente.

De qualquer forma, uma ampla diversidade de setores de atuação é observada em relação à natureza desses empreendimentos, estando, portanto, em sintonia com o que destaca Singer (2003), Bitelman (2003), Gaiger (2004), Andion (2005) e Sousa (2008) ao apontarem a diversidade dos empreendimentos econômicos solidários. Tal diversidade, inclusive, é criticada por Sousa (2008) que questiona a capacidade de se reunir num único bojo atividades tão diferenciadas, assim como é defendida por Andion (2005), que considera a diversidade dos empreendimentos como a maior riqueza da economia solidária.

Sobre as ações realizadas coletivamente no empreendimento, apenas 14,3% deles realizam o compartilhamento de uma única atividade, enquanto os demais fazem uma associação entre elas, em maior ou menor quantidade, conforme suas características. As ações mais realizadas de forma coletiva são a comercialização e o uso de equipamentos ou instrumentos de trabalho, por 71,4% dos empreendimentos, seguidas, na sequência, do compartilhamento de mesma infraestrutura e do marketing e propaganda dos produtos, que são apontadas em 57,1% dos empreendimentos. De forma curiosa, ao mesmo tempo em que a

maior parte dos empreendimentos classifica a natureza de suas atividades como de produção, somente 28,6% deles afirmam realizar coletivamente a produção integral, sendo ainda que 13,3% deles dizem que compartilham produção integral e ou parte da produção. O compartilhamento de mão de obra e exposição de produtos foi apresentado por alguns como outras ações compartilhadas, mas estes, entretanto, também podem ser considerados, respectivamente, como ações de produção e ações de comercialização.

O compartilhamento de equipamentos ou instrumentos de trabalho é um dos aspectos que caracterizam os empreendimentos econômicos solidários que, conforme Singer (2003), tem na posse coletiva dos meios de produção uma de suas características. A posse coletiva dos meios de produção, entretanto, abrange além dos equipamentos a própria força de trabalho dos indivíduos, o que implica, no caso dos empreendimentos econômicos solidários, no compartilhamento das atividades de produção integral, pois caso esta não seja compartilhada é necessário que os empreendimentos necessitem contratar para essa atividade, ou comprar produtos prontos, o que reduz a condição de participação e de igualitarismo nas organizações, que são apontados por Gaiger (2004) como uma das características dos empreendimentos econômicos solidários. Indivíduos contratados para prestação de serviços e ou fornecedores de produtos não participam do processo decisório, ou mais precisamente da gestão do empreendimento, pois não possuem a mesma condição de igualdade que os demais. A autogestão é aspecto determinante da condição de empreendimento econômico solidário, conforme Gaiger (2004), Azambuja (2009), Melo Neto (2005) e Singer (2003), entre outros autores já citados, e será debatida mais adiante.

Para caracterizarem-se como empreendimentos econômicos solidários, de certa forma, os empreendimentos em análise deveriam realizar de forma coletiva praticamente todas as suas atividades, do planejamento do produto à sua comercialização e distribuição dos resultados, o que na verdade não acontece. Os que mais realizam ações coletivas são: Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, Associação Doce Sossego e Pirajóia e Núcleo de Beleza da Mulher, em contraposição à Associação Vila Bancária, que realiza de forma coletiva uma única atividade.

O quadro na próxima página apresenta uma tipologia dos empreendimentos em relação à natureza do empreendimento e das atividades, assim como quanto às atividades que são realizadas de forma coletiva.

<b>EMPREENHIMENTO</b>	<b>NATUREZA DO EMPREENHIMENTO</b>	<b>NATUREZA DA ATIVIDADE</b>	<b>ATIVIDADES COLETIVAS</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Núcleo / Grupo de produção	Produção e comércio	Comercialização; e marketing e propaganda dos produtos.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Núcleo / Grupo de produção	Produção e comércio	Compra de matéria-prima / e outros insumos; equipamentos ou instrumentos de trabalho; mesma infraestrutura; e comercialização.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Associação	Produção	Equipamentos ou instrumentos de trabalho; mesma infraestrutura; marketing e propaganda dos produtos; e mão de obra.
Associação Vila Bancária	Associação	Produção	Compra de matéria-prima e/ ou de outros insumos
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Associação	Produção, serviço e comércio	Produção integral; uma parte da produção; equipamentos ou instrumentos de trabalho; mesma infraestrutura; comercialização; marketing e propaganda dos produtos; e exposição dos produtos.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Núcleo / Grupo de produção	Produção e comércio	Equipamentos ou instrumentos de trabalho; comercialização; e marketing e propaganda dos produtos.
Núcleo de Beleza da Mulher	Núcleo / Grupo de produção	Serviço	Produção integral; equipamentos ou instrumentos de trabalho; mesma infraestrutura; e comercialização.

Quadro 14 – Natureza do empreendimento, natureza da atividade e atividades coletivas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em termos de tipologia, portanto, pode-se dizer que os empreendimentos analisados apresentam natureza de núcleos ou grupos de produção e associações, sendo os núcleos predominantemente informais. Em relação à natureza de suas atividades pode-se afirmar que são em maior parte de produção e de produção e comércio, apresentando uma diversidade de atividades características de empreendimentos econômicos solidários, conforme aponta Andion (2005) e Sousa (2008). Já no que se refere às ações realizadas coletivamente, nenhum dos empreendimentos realizam todas as atividades relacionadas à produção e comercialização de seus produtos de forma compartilhada, o que acaba por distanciá-los da condição de empreendimentos econômicos solidários, conforme características desses empreendimentos destacadas pelos autores citados. As ações mais compartilhadas pelos empreendimentos são as de comercialização e de uso de equipamentos ou instrumentos de trabalho, sendo as de produção integral ou de uma parte da produção uma das menos compartilhadas.

### 4.2.3 Motivos de criação dos empreendimentos

Em relação aos motivos que deram origem aos empreendimentos, 57,1% deles afirmaram que foi a vontade de ter o próprio negócio e a busca de uma fonte complementar de renda, enquanto outros afirmaram que houve a motivação de entidades sociais, como governo, ONGs, religiosas e filantrópicas; a iniciativa dos gestores; o incentivo de outras associações e, ainda, a possibilidade de se obter mais força para defender a natureza, conforme apresentado no quadro abaixo.

EMPREENHIMENTO	MOTIVOS DE CRIAÇÃO
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Vontade de ter o próprio negócio.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Vontade de ter o próprio negócio; fonte complementar de renda; e outras associações.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANA)	Fonte complementar de renda; e ter mais força para defender a natureza.
Associação Vila Bancária	Motivação de entidades sociais (filantrópicas, religiosas, ONGs, do governo).
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Iniciativa dos gestores.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Vontade de ter o próprio negócio; e fonte complementar de renda.
Núcleo de Beleza da Mulher	Vontade de ter o próprio negócio; e fonte complementar de renda.

Quadro 15 – Motivos de criação dos empreendimentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um aspecto interessante que se observa é que todos os empreendimentos que apresentaram como motivo de origem a busca por uma fonte complementar de renda e a vontade de ter o próprio negócio foram criados após o ano de 1990, período apontado por Singer (2003) e Azambuja (2009), entre outros autores, como crítico para o Brasil em função da crise industrial no país, servindo de estímulo ao desenvolvimento da economia solidária e de seus empreendimentos.

Os motivos apontados como estimuladores da origem dos empreendimentos analisados estão em sintonia com o apontado por Souza (2003) e Andion (2005) em relação ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, ou seja, como alternativa de emprego e renda e em decorrência de iniciativas da sociedade civil organizada, por iniciativas de membros ou estímulo da sociedade externa. Essas características, portanto, aproximam os empreendimentos considerados do conceito de empreendimento econômico solidário.

#### 4.2.4 Posse dos meios de produção

Para reflexão sobre a posse dos meios de produção, os empreendimentos foram questionados quanto à forma de uso das instalações ou sede e dos equipamentos e/ou instrumentos de trabalho do grupo, conforme quadro abaixo. A forma de uso sinaliza tanto a posse quanto a forma de obtenção desses empreendimentos.

<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>FORMA DE USO DAS INSTALAÇÕES / SEDE</b>	<b>FORMA DE USO DOS EQUIPAMENTOS / INSTRUMENTOS DE TRABALHO</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Própria.	Própria.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Emprestada pelo município.	Própria.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Doadas pelo município.	Própria. Cedidos pela AGRAER.
Associação Vila Bancária	Própria. Doadas.	Própria.
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Cedida pelo município.	Própria.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Cedida pela Secretaria de Turismo e Cultura do Estado.	Doadas pela FUNTRAB e SEBRAE.
Núcleo de Beleza da Mulher	Cedida pelo município.	Doadas pelo governo do Estado.

Quadro 16 – Forma de uso das instalações/sede e forma de uso dos equipamentos/instrumentos de trabalho  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à forma de uso das instalações do empreendimento ou sede, 42,9% dos empreendimentos afirmaram que suas instalações são próprias, 42,9% disseram que são cedidas e 14,3% emprestadas, não havendo nenhuma delas alugadas ou de outro gênero. Entre as instalações próprias, 66,7% foram obtidas por meio de doação, sendo o município o doador, ou seja, a prefeitura, que representa a administração pública municipal e que também aparece como a principal concedente das cessões e dos empréstimos, sendo responsável por duas cessões e um empréstimo a esses empreendimentos, enquanto o Estado, por meio da Secretaria de Turismo e Cultura, é responsável por uma cessão.

Tal característica está em consonância com o que afirma Souza (2003) em relação aos empreendimentos econômicos solidários, sobre os quais diz ser comum a existência de doações de equipamentos e a concessão de espaço imobiliário para a atividade produtiva, entre outros subsídios, tanto na origem dos empreendimentos quanto mesmo durante a sua existência. A participação da prefeitura e do Estado, por sua vez, sinaliza o papel de política pública assumida por essas organizações em relação aos empreendimentos

com propósitos solidários, conforme destacado por Sousa (2008). Agora, mesmo tendo como principal característica a origem a partir de iniciativas da sociedade civil, ao associar-se às políticas públicas, os empreendimentos correm o risco de, conforme Bertucci (2010), perderem essa sua identidade inicial e passarem a ser considerados como políticas públicas ou resultados delas.

Com relação ao uso dos equipamentos e/ou dos instrumentos de trabalho, percebe-se mais uma vez a consonância com o que afirma Souza (2003) sobre o fato de ser comum a existência de doações e outras formas de subsídios aos empreendimentos econômicos solidários. Apesar de 42,8% dos empreendimentos analisados afirmarem que fazem uso de equipamentos e instrumentos próprios, 28,6% deles afirmaram que utilizam recursos próprios e cedidos e 28,6% recursos doados. O principal doador e concedente de cessões nesse contexto é o Estado, por meio de instituições como Funtrab e Agraer, seguido pelo Sebrae.

Assim, em relação à posse dos meios de produção, pode-se afirmar que os empreendimentos analisados apresentam características comuns aos empreendimentos econômicos solidários, recebendo subsídios para sua existência e funcionamento. Um fator preocupante, entretanto, é a longevidade da dependência dos empreendimentos em relação a esses subsídios, o que reflete em sua viabilidade, pois a grande maioria deles existe há vários anos e ainda se manifesta como dependente de uma sede cedida ou emprestada, assim como da doação e cessão de equipamentos ou instrumentos de trabalho. Entre os empreendimentos analisados, de certa forma, há um equilíbrio entre instalações próprias e cedidas e uma predominância de equipamentos e instrumento de trabalho próprio, com equilíbrio entre próprios e cedidos e também doados.

#### **4.2.5 Situação financeira**

No que se refere à situação financeira, o faturamento mensal dos empreendimentos não superam o valor de R\$ 4 mil, sendo esta, mais precisamente, a receita de 14,3% deles, ou seja, de um entre os sete empreendimentos analisados. A maioria deles, entretanto, em torno de 42,8% ou mais especificamente três empreendimentos, possui um faturamento mensal que oscila entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, enquanto outros apresentam uma situação inferior, com 14,3% tendo um faturamento de R\$ 500, 14,3% não tendo faturamento

e 14,3% não sabendo especificar quanto recebe mensalmente.

Se considerado em termos organizacionais e a característica associativa e de distribuição igualitária dos resultados típicos dos empreendimentos econômicos solidários, conforme aponta Carvalho (1995), o valor do faturamento pode ser considerado baixo, o que sinaliza para uma realidade em que possivelmente não há facilidades em termos financeiros, indicando uma coerência com o que destaca Singer (2006) sobre os empreendimentos econômicos solidários, nos quais afirma predominar a característica de pobreza, apesar de na economia solidária haver a existência tanto de empreendimentos pobres e miseráveis quanto de empreendimentos ricos. Neste contexto, inclusive, embora não se possa dizer que o empreendimento de maior faturamento seja rico, observa-se uma distância significativa entre a realidade do que fatura R\$ 4 mil mensal, que é o empreendimento Arte em Mármore e Arenito, e a realidade do que fatura R\$ 500, que é o Núcleo de Beleza da Mulher. O empreendimento que não sabe exatamente o valor de seu faturamento, por sua vez, apresenta um problema gerencial em relação aos processos de direção e controle, conforme definições apontadas por Maximiano (2000) das funções do processo administrativo.

Ainda em termos financeiros, os empreendimentos foram questionados se eles ou seus associados recebem, já receberam, receberão ou tem buscado recursos financeiros de origem privada, por meio de crédito ou financiamento, ou ainda de origem pública, por meio dos programas de transferência de renda. 71,4% deles disseram que não e 28,6% disseram que sim, sinalizando, portanto, uma predominância de empreendimentos teoricamente autônomos no que se refere à situação financeira, contando apenas com recursos próprios, mesmo diante de um faturamento mensal que pode ser apontado como baixo. A Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana e a Associação Leste Pantaneira de Apicultores são os empreendimentos que afirmaram receber, já terem recebido ou, ainda, que procuraram ou receberão tais recursos.

Sobre o fato de já terem procurado recursos financeiros de outros, 28,6% afirmaram que já o fizeram e por iniciativa do grupo, o que sinaliza, portanto, para a existência, pelo menos nesse aspecto, de tomada de decisão coletiva, que é uma das características fundamentais da autogestão. Esse baixo índice de procura de recursos financeiros pode ser um indicativo de estabilidade financeira dos empreendimentos considerados, mesmo diante da baixa renda, ou, ainda, de descrença na possibilidade de se consegui-los. Nesse contexto, um aspecto interessante é que a Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, apesar de afirmar receber ou já ter recebido recursos de origem privada ou pública, também afirmou que nunca procurou tais recursos, ao mesmo tempo em

que o Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga afirmaram ter procurado tais recursos, mas não o receberam ou recebem.

O quadro abaixo apresenta os aspectos referentes ao valor do faturamento mensal, recebimento ou não de recursos de origem privada ou pública e, ainda quanto à forma como se deu a procura por tais recursos, nas ocasiões em que eles ocorreram.

<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>FATURAMENTO MENSAL (R\$)</b>	<b>RECEBIMENTO DE RECURSOS</b>	<b>FORMA DE PROCURA POR RECURSOS</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	4.000,00	Não	
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Não sabe.	Não	
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANA)	2.000,00	Sim	Iniciativa do grupo.
Associação Vila Bancária	Não tem.	Não	
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	2.000,00	Sim	Nunca procurou.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	1.000,00 a 2.000,00	Não	
Núcleo de Beleza da Mulher	500,00	Não	

Quadro 17 – Faturamento mensal, recebimento de recursos e forma de procura por recursos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já quando questionados sobre qual tem sido a utilização do recurso financeiro obtido, os empreendimentos alegaram não ter recebido tais recursos ou que nunca os procurou, o que representa uma incoerência entre as respostas a esta questão e às apresentadas anteriormente. Sobre a existência de inadimplência dos que obtiveram financiamento, não houve nenhuma afirmação nesse sentido, ou seja, todos os empreendimentos ou associados não apresentam tal situação, sendo justificável, inclusive, pela possibilidade dos recursos recebidos terem sido concedidos sob a forma de doação ou até mesmo de fundo perdido, conforme aponta Souza (2003).

Em relação à situação financeira, portanto, evidencia-se que o faturamento mensal dos empreendimentos analisados não pode ser considerado alto, sendo até mesmo baixo diante do contexto de repartição dos resultados, o que os aproximam das características de empreendimentos econômicos solidários, mas que ao mesmo tempo possui, em sua maior parte, certa autonomia financeira que, por sua vez, os distanciam da maioria dos empreendimentos econômicos solidários. Já entre os que procuraram recursos, a decisão de busca foi tomada por iniciativa do grupo, o que indica uma tomada de decisão coletiva, aproximando-se novamente do conceito econômico solidário.



#### 4.2.6 Apoio institucional

Em relação ao recebimento de apoio de alguma entidade, 57,1% dos empreendimentos apontaram que sim, que contam com o apoio de instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), Sindicato Rural, Governo Municipal, Gerência Social, Fundação de Cultura e Turismo e Fundações Públicas Municipais, ao mesmo tempo em que os demais empreendimentos afirmam que não contam com nenhum apoio. Apesar disso, é possível dizer que há certo equilíbrio entre os que contam e os que não contam com tal apoio, em função da quantidade de empreendimentos que foram analisados.

Singer (2003) diz que o apoio institucional é um aspecto de grande relevância para que os empreendimentos econômicos solidários enfrentem a concorrência em condição de igualdade ou em condição superior a elas, visto que atualmente uma disputa de mercado é inevitável. As instituições citadas pelos empreendimentos como de apoio são organizações que fomentam a capacitação desses empreendimentos, proporcionando subsídios para sua atuação no mercado e, portanto, oferecendo o apoio apontado por Singer (2003) como necessário. Nesse mesmo contexto, também, Souza (2003) diz que a concorrência exige dos empreendimentos criatividade, desembaraço, autoconfiança, empreendedorismo e competência profissional, o que acontece pelo desenvolvimento de atividades de formação profissional com qualificação técnica. Mais adiante, ainda na análise de dados, essa questão da qualificação voltará a ser abordada.

E, ainda, em termos de apoio institucional, os empreendimentos foram questionados sobre o que, na ótica deles, falta fazer como ações de política pública para que o empreendimento possa melhorar. Entre as respostas apareceram a necessidade de ações de capacitação e treinamento, ações de melhoria de divulgação e de infraestrutura para comercialização, ações para melhoria do relacionamento do turista com o empreendimento, facilitação do acesso ao crédito e desenvolvimento de atividades que possam congrega os empreendimentos. Curiosamente, praticamente todas essas necessidades de ações apontadas em termos de políticas públicas para melhoria dos empreendimentos já foram citadas quando os empreendimentos foram questionados sobre o que fazer em termos de políticas públicas em relação ao turismo para melhorar os negócios dos empreendimentos. Tal fato, portanto, mostra uma coerência entre essas necessidades apontadas e uma identificação clara pelos

empreendimentos do que eles precisam.

As necessidades citadas, inclusive, não são desconhecidas dos autores, já sendo apontadas por eles como carências típicas dos empreendimentos econômicos solidários. Ao apontarem a necessidade de capacitação e treinamento, os empreendimentos demonstram a consciência da necessidade de se capacitarem para que possam, conforme Singer (2003), competirem no mercado em condições de igualdade ou até mesmo de superioridade em relação aos concorrentes, conforme citado anteriormente. A expectativa por ações de melhorias de divulgação e de infraestrutura de comercialização nada mais é do que a evidência do que diz Singer (2006) sobre a dificuldade que os empreendimentos econômicos solidários enfrentam para comercialização de seus produtos e do que também aponta Souza (2003) sobre a falta de metodologia e de pontos adequados para a realização dela. As ações para melhoria do relacionamento com o turista, também é uma necessidade que surge em função das dificuldades encontradas pelos empreendimentos em relação a isso, também em conformidade com Singer (2003) que diz que normalmente os empreendimentos dominam o processo produtivo, mas não o de comercialização e de identificação de novos mercados. A facilitação de acesso ao crédito vem em sintonia com o apontado por Souza (2003) sobre as dificuldades existentes para tal, conforme já mencionado na análise sobre a situação financeira dos empreendimentos. E o desenvolvimento de atividades que congreguem os empreendimentos vem evidenciar o reconhecimento desses de que é possível superar suas dificuldades por meio da ajuda mútua, conforme Souza (2003) e conforme Singer (2003), que aponta a construção de um setor integrado como caminho para superação das dificuldades.

<b>EMPREENDIMIENTO</b>	<b>APOIO INSTITUCIONAL</b>	<b>DIRETRIZES PARA POLÍTICA PÚBLICA DE APOIO INSTITUCIONAL</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Sim. Fundações públicas municipais.	Criação de feiras itinerantes para comercialização.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Sim. Casa do Artesão.	Acesso ao crédito.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Sim. SENAR, SEBRAE, AGRAER, Sindicato rural.	Melhorar relação do turista com associação; infraestrutura; e divulgação.
Associação Vila Bancária	Não	Desenvolvimento de atividades que possam congregam as associações.
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Sim. Governo municipal, gerência social e fundação de cultura e turismo.	Capacitação e treinamento.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Não	Diminuição da burocracia na facilitação do acesso aos recursos.
Núcleo de Beleza da Mulher	Não	Mais cursos de capacitação.

Quadro 18 – Apoio institucional e diretrizes para política pública de apoio institucional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o apoio institucional, portanto, pode-se dizer que há certo equilíbrio quantitativo entre os empreendimentos que dizem contar com tal apoio e os que dizem que não e, ainda, pela característica das organizações que os apoiam, afirmar que tais apoios são principalmente em relação à capacitação e fornecimento de subsídios para o funcionamento dos empreendimentos analisados. Tal apoio manifesta-se em sintonia com a realidade dos empreendimentos econômicos solidários e suas características, conforme apontado pelos autores, assim como está em sintonia com os conceitos econômicos solidários as carências apontadas pelos empreendimentos em termos de políticas públicas, evidenciando o desejo pela solução de problemas que os autores já vêm destacando como características e carências dos empreendimentos econômicos solidários.

#### 4.2.7 Destino da produção ou serviço

Questionados sobre o destino de suas produções, 85,7% dos empreendimentos analisados afirmaram destinarem ao comércio local, 71,4% ao comércio regional e 42,9% ao comércio nacional, não havendo comercialização internacional e baixa frequência do autoconsumo. É importante destacar que neste quesito é comum a atuação em mais de um âmbito, ou seja, no comércio local e regional, por exemplo, conforme quadro abaixo.

<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>DESTINO DA PRODUÇÃO OU SERVIÇO</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Comércio local, regional e nacional.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Comércio regional.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Comércio local, regional, nacional e autoconsumo.
Associação Vila Bancária	Lazer local.
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Comércio local e regional.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Comércio local, regional e nacional.
Núcleo de Beleza da Mulher	Comércio local.

Quadro 19 – Destino da produção ou serviço

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelos indicadores observa-se em Aquidauana uma realidade diferenciada da apontada por Singer (2006) no que se refere à atuação dos empreendimentos econômicos solidários, tipicamente em mercados marginais, com produção destinada praticamente ao

comércio local e limitada à área em que se encontra instalado o empreendimento. É fato que o destino de produção com maior frequência apresentado por eles é ainda o comércio local, mas se vê presença mais intensiva do comércio regional e até mesmo nacional, com 42,9% de frequência. O único empreendimento que contraria em definitivo Singer (2006) é a Associação Doce Sossego e Pirajóia, que produz apenas para o mercado regional, possivelmente em função da característica de seu produto, mas não indo para além desse mercado.

O fato de à medida que se vai ampliando a área territorial de destino da produção dos empreendimentos analisados, vai se também reduzindo o percentual de empreendimentos que atuam nesses mercados é um possível indicativo do que afirma Souza (2003) quando diz que faltam pontos adequados para a comercialização, o que nesse caso representa a carência de pontos para o comércio nacional e internacional. Talvez, em função desse contexto que se vê os empreendimentos manifestarem interesse em políticas públicas que promovam a comercialização, seja por meio de eventos e de infraestrutura para tal, como, por exemplo, a formação de redes indicada por Souza (2003) ou até mesmo a construção de setores integrados, conforme Singer (2003).

A maior participação, entretanto, nos mercados regionais e também no nacional possivelmente já é consequência da evolução ocorrida em relação à economia solidária e aos empreendimentos econômicos solidários nos últimos anos, tanto em termos de apoio institucional, que capacita e fornece subsídios, quanto em termos de capacidade de autorreflexão e de articulação dos empreendimentos. Nesse sentido, embora se distancie das carências apontadas pelos autores no que se refere aos mercados de atuação dos empreendimentos econômicos solidários, os empreendimentos analisados sinalizam para uma evolução nesse sentido, apontando melhorias que podem ser decorrentes das próprias alternativas citadas pelos autores, o que, portanto, permite, ainda assim, dizer que nesse contexto os empreendimentos analisados podem ser considerados como econômicos solidários.

#### **4.2.8 Vínculos a outros empreendimentos**

Para a realização de suas ações econômicas, 57,1% dos empreendimentos afirmam que estão associados a outros empreendimentos, em contraposição a 42,9% que não

estão, sendo que entre os associados, 75% pertencem a uma rede e 25% a uma cadeia de comercialização. Embora se veja um equilíbrio entre empreendimentos associados e não associados, conforme em outras ocasiões desta análise de dados, observa-se maior frequência de empreendimentos associados a outros, o que sinaliza para o apontado por Souza (2003) quando diz que os empreendimentos estão reconhecendo a possibilidade de superação das dificuldades por meio de ajudas mútuas, por meio de redes, ou ainda, conforme Singer (2003), por meio da integração entre setores da economia solidária. Contrapondo a Singer (2003) ou, até mesmo, ampliando a sua visão, Vieira (2005) destaca que as associações em redes não devem ser necessariamente apenas entre empreendimentos econômicos solidários, podendo ser ampliada inclusive para alianças com grandes empresas capitalistas, pois entre os empreendimentos e elas não existe um antagonismo radical. O quadro abaixo apresenta a existência ou não de associações entre os empreendimentos analisados e outros empreendimentos, assim como a forma que essa associação assume nos contextos em que ela existe.

<b>EMPREENHIMENTOS</b>	<b>ASSOCIAÇÃO A OUTROS EMPREENHIMENTOS</b>	<b>FORMA DE ASSOCIAÇÃO</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Sim	Rede
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Sim	Cadeia de comercialização
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Não	
Associação Vila Bancária	Sim	Rede
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Sim	Rede
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Não	
Núcleo de Beleza da Mulher	Não	

Quadro 20 – Associação a outros empreendimentos e forma de associação  
Fonte: Elaborado pelo autor.

De qualquer forma, no contexto analisado, portanto, a maior parte dos empreendimentos está associada a outros empreendimentos para o desenvolvimento de suas ações econômicas, embora não haja grande distância entre os que não estão, e a maior parte dessas associações acontece na forma de redes, o que sinaliza coerência com a realidade dos empreendimentos econômicos solidários.

#### 4.2.9 Perfil dos associados

Em relação ao perfil, os associados dos empreendimentos em análise são compostos por 67% de mulheres e 33% de homens, o que representa uma sintonia com o apontado por Souza (2003) e Guérin (2005) quando destacam a participação predominante das mulheres nos empreendimentos econômicos solidários, tanto no norte quanto no sul do país. Guérin (2005) mesmo diz que as experiências econômicas solidárias não são apenas animadas pelas mulheres como são a elas destinadas.

Em relação à realidade de cada empreendimento analisado, conforme o quadro abaixo, em dois deles – Associação Leste Pantaneira de Apicultores e Associação Vila Bancária - vê-se uma situação em que há um número maior de homens do que de mulheres e num outro, o empreendimento Arte em Mármore e Arenito, há uma condição de igualdade numérica. Em todos os demais se confirma o apontado por Souza (2003) e Guérin (2005).

EMPREENHIMENTOS	SEXO DOS RESPONSÁVEIS PELO EMPREENHIMENTO		
	Masculino	Feminino	Total
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	2	2	4
Associação Doce Sossego e Pirajóia	2	6	8
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	25	10	35
Associação Vila Bancária	100	79	179
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	72	288	360
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	6	32	38
Núcleo de Beleza da Mulher	0	3	3
<b>Totais</b>	<b>207</b>	<b>420</b>	<b>627</b>

Quadro 21 – Sexo dos responsáveis pelos empreendimentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já no que se refere à faixa etária desses responsáveis, ou seja, associados, observa-se certo equilíbrio entre as faixas que abrangem até 30 anos, entre 41 e 50 anos e mais de 50 anos, demonstrando também uma nítida diversidade desses empreendimentos nesse sentido. A maior frequência entre eles, entretanto, é a de associados com mais de 50 anos de idade, com 28,1% de frequência, e a menor é a que abrange entre 31 e 40 anos, com 20,4%. Embora não tenha se identificado alguma abordagem específica sobre a questão da faixa etária dos associados e também o fato de haver certo equilíbrio entre as frequências, pode-se ainda considerar que 53,4% desses associados estão numa faixa de idade acima de 41 anos, o que é um número expressivo e que de certa forma contribui para a ideia de que os

empreendimentos econômicos solidários representam uma alternativa de renda aos que se veem fora do mercado de trabalho ou ameaçado de tal, tendo em vista que no cenário brasileiro aumenta-se a dificuldade de empregabilidade das pessoas à medida que elas vão se tornando mais velhas.

A realidade particular de cada empreendimento é apresentada no quadro abaixo e as diferenças entre a predominância de uma ou outra faixa etária em cada uma deles pode estar associado às particularidades das atividades de cada empreendimento e às características da região em que se instalam, visto que os empreendimentos econômicos solidários assumem características bem locais e de identidade com seus associados. O único empreendimento que apresentou um equilíbrio bem acentuado em relação a esse aspecto foi a Associação Leste Pantaneira de Apicultores, havendo em todos os demais uma maior predominância de uma ou outra.

EMPREENHIMENTOS	FAIXA ETÁRIA DOS RESPONSÁVEIS PELOS EMPREENHIMENTOS (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	Mais de 50	Total
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)		1	3		4
Associação Doce Sossego e Pirajóia	1	1	2	4	8
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANA)	10	10	10	5	35
Associação Vila Bancária	60	40	59	20	179
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	90	54	72	144	360
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	3	20	12	3	38
Núcleo de Beleza da Mulher		2	1		3
<b>Totais</b>	<b>164</b>	<b>128</b>	<b>159</b>	<b>176</b>	<b>627</b>

Quadro 22 – Faixa etária dos responsáveis pelos empreendimentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda com relação à faixa etária dos associados dos empreendimentos específicos, observa-se uma predominância nítida dos que apresentam idade acima de 41 anos, o que nesse contexto representa uma sintonia com o identificado de maneira geral entre os analisados. A exceção nesse contexto são os empreendimentos Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga, que possui 52,6% de seus associados numa faixa entre 31 e 40 anos e o Núcleo de Beleza da Mulher, que tem 66,7% de associados com idade também entre 31 e 40 anos.

Com relação à escolaridade dos associados responsáveis pelos empreendimentos se observou duas situações em termos de respostas ao questionamento realizado. Os empreendimentos Arte em Mármore e Arenito, Associação Vila Bancária,

Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga e Núcleo de Beleza da Mulher não apresentaram resposta segmentada, ou seja, não especificaram quantos dos associados enquadravam-se em cada classe correspondente ao nível de escolaridade, entretanto apontaram que esse nível é de ensino médio completo, com exceção do Núcleo de Beleza da Mulher, que disse que é fundamental completo. Os empreendimentos Associação Leste Pantaneira de Apicultores, Associação Doce Sossego e Pirajóia e Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, por sua vez, apresentaram tal resposta segmentada e que permite uma análise mais minuciosa, conforme quadro abaixo.

ESCOLARIDADE DOS RESPONSÁVEIS PELOS EMPREENDIMENTOS	EMPREENDIMENTOS		
	Associação Leste Pantaneira de Apicultores	Associação Doce Sossego e Pirajóia	Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana
Analfabetos			
Ensino fundamental incompleto		1	180
Ensino fundamental completo	13	1	144
Ensino médio incompleto		2	
Ensino médio completo	15	3	
Ensino superior incompleto	2	1	
Ensino superior completo	5		36
Pós-graduação			
<b>Totais</b>	<b>35</b>	<b>8</b>	<b>360</b>

Quadro 23 – Escolaridade dos responsáveis pelos empreendimentos  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os empreendimentos que apresentaram de forma segmentada as respostas sobre a escolaridade dos responsáveis, portanto, vê-se o predomínio de nível escolar de ensino fundamental incompleto, com 44,9% de frequência entre os três empreendimentos, seguido do nível de ensino fundamental completo, com 39,2%; nível superior completo com 10,2%; nível médio completo com 4,5%; nível superior incompleto com 0,7% e nível médio incompleto, com 0,5%. Analfabetos e pós-graduados não foram identificados entre os empreendimentos. Nos contextos particulares, observa-se na Associação Leste Pantaneira de Apicultores na Associação Doce Sossego e Pirajóia a predominância do nível de ensino médio completo entre seus associados, num contexto próximo do que afirmaram os demais empreendimentos que não apresentaram respostas segmentadas.

O nível de escolaridade apresentado pelos empreendimentos, tanto no contexto segmentado quanto de forma geral, portanto, está em conformidade com o que os autores como Souza (2003) apresentam como uma das características dos empreendimentos econômicos solidários, que é a de baixa escolaridade ou precária qualificação profissional entre seus associados. Entre eles é observado que o ensino superior apresenta pouca



participação no nível de escolaridade dos associados aos empreendimentos, que possui como frequência mais intensiva os níveis de ensino fundamental incompleto, fundamental completo e ensino médio completo, cuja relevância na formação dos indivíduos e na capacitação para a sociedade contemporânea está longe de ser considerada como ideal.

E, por fim, com relação à proximidade entre os associados desses empreendimentos, 50% deles afirmaram que pertencem ao mesmo negócio, 37,5% dizem que pertencem à mesma comunidade e 12,5% ao mesmo bairro. Tais indicadores estão em sintonia com o que diz Sousa (2008) que destaca o fato de que nos empreendimentos econômicos solidários encontram-se pessoas com características ou históricos similares, ou seja, pessoas que pertencem ao mesmo negócio ou ainda que compartilham a realidade de uma mesma comunidade ou bairro. Outro aspecto que vincula esses empreendimentos às características dos empreendimentos econômicos solidários é o fato de que não houve nenhuma afirmativa no sentido de indicar que os membros dos empreendimentos analisados pertençam à mesma família, o que representa uma coerência com o que diz Andion (2005) quando este afirma que, em geral, os membros não são ligados por laços de sangue ou parentesco.

Assim, diante do exposto, pode-se afirmar que em relação ao seu perfil, os associados dos empreendimentos em análise são em sua maioria mulheres, com baixa escolaridade e com relações de proximidade no que se refere à atividade profissional e à área em que reside, o que se constitui, portanto, num contexto de coerência entre as características apontadas pelos autores em relação aos empreendimentos econômicos solidários e a realidade dos empreendimentos analisados.

#### **4.2.10 Rendimento dos associados**

Com relação ao rendimento dos associados, os empreendimentos foram questionados sobre qual tem sido a remuneração mensal de cada associado e, ainda, se essa remuneração está de acordo com o pretendido. Entre eles, 71,4% afirmaram que essa remuneração tem sido de até R\$ 1.000, enquanto 14,3% afirmaram que tem sido entre R\$ 1.001 e até R\$ 3.000 e 14,3% que não sabe qual tem sido o valor dessa remuneração.

Considerando que nos empreendimentos econômicos solidários, conforme Souza (2003), a renda é distribuída de forma igualitária entre seus membros, o cenário indica

para um rendimento baixo por associado, visto que anteriormente, de maneira geral, os empreendimentos afirmaram que o rendimento mensal do empreendimento é em torno de R\$ 2 mil, que distribuídos entre os associados representa um índice per capita consideravelmente baixo, ou seja, ao dizer que o rendimento mensal do associado está em até R\$ 1.000, esse valor, na verdade, deve estar bem abaixo desse valor referencial, principalmente nos empreendimentos maiores como a Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana. O quadro abaixo apresenta essa relação entre membros do empreendimento, remuneração mensal do empreendimento e associado e, ainda, o estado de conformidade ou não dessa remuneração com o pretendido.

EMPREENHIMENTO	MEMBROS	REMUNERAÇÃO MENSAL (R\$)		CONFORMIDADE COM PRETENDIDO
		EMPREENHIMENTO	ASSOCIADO	
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	4	4.000	Até 1.000	Não, mas é suficiente para sobreviver.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	8	Não sabe.	Até 1.000	Não, mas é suficiente para sobreviver.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	35	2.000	De 1.001 até 3.000	Sim
Associação Vila Bancária	179	Não tem.	Não tem.	Não sabe
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	360	2.000	Até 1.000	Não, mas é suficiente para sobreviver.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	38	1.000 a 2.000	Até 1.000	Sim
Núcleo de Beleza da Mulher	3	500	Até 1.000	Está longe do pretendido.

Quadro 24 – Membros, remuneração mensal do empreendimento e associado e conformidade com pretendido.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tal análise aponta aspectos interessantes, que evidenciam realidades distintas entre os empreendimentos conforme apontado por Singer (2006) e, ainda, a não existência de uniformidade em relação aos empreendimentos econômicos solidários, conforme Bertucci (2010).

O empreendimento Arte em Mármore e Arenito, por exemplo, declara um rendimento mensal do empreendimento em R\$ 4.000 e um rendimento ao associado de até R\$ 1.000, o que é coerente com o critério de distribuição igualitário dos resultados nos empreendimentos econômicos solidários, mas ainda não considerado como de conformidade com o pretendido, mas em quantia suficiente para sobreviver.

A Associação Doce Sossego e Pirajóia, conforme já apontado, vivencia um problema gerencial ao não saber o valor mensal do rendimento do empreendimento, pois as funções de direção e controle do processo administrativo, apresentadas por Maximiano (2000), encontram-se comprometidas, assim como a característica econômica solidária de

distribuição igualitária dos resultados, pois não há como fazer tal distribuição se não houver o controle sobre a remuneração do empreendimento. Ainda assim, em relação a isso o empreendimento afirma que a remuneração mensal do associado é de até R\$ 1.000 e que tal valor não está em conformidade com o pretendido, mas que é suficiente para sobreviver.

A Associação Leste Pantaneira de Apicultores, por sua vez, afirmou que o faturamento mensal do empreendimento é de R\$ 2.000 e a remuneração mensal de cada associado está entre R\$ 1.001 e até R\$ 3.001, o que chama a atenção pela incoerência entre os dados, principalmente se considerar o fato de que o empreendimento possui 35 associados. Num contexto de distribuição igualitária dos resultados, a remuneração per capita desse associado, sem descontar os custos relativos ao funcionamento do empreendimento, seria de R\$ 57,13, o que é muito distante do apontado como remuneração do associado e também com a afirmação de que a remuneração dos associados está em conformidade com o pretendido. Tal situação leva a considerar que no empreendimento a remuneração do associado é distinta do rendimento do empreendimento, talvez até mesmo num processo inverso, descaracterizando a condição, nesse contexto, de empreendimento econômico solidário.

A Associação Vila Bancária mantém-se coerente em suas respostas, mas ao mesmo tempo desperta indagações, pois em relação a rendimentos e remuneração o empreendimento afirma que não possui faturamento mensal, que seu associado não possui remuneração mensal e, ainda, que não sabe se tal remuneração está em conformidade com o pretendido. A realidade destacada pelo empreendimento é uma condição praticamente inexistente, visto que qualquer organização, mesmo que não possua fins lucrativos, possui um determinado faturamento, afinal, é preciso manter suas atividades operacionais básicas e o alcance dos seus objetivos estabelecidos. Se não há distribuição dos resultados e nem geração de renda aos associados, que são características dos empreendimentos econômicos solidários, conforme apontado por estudiosos sobre o tema, o empreendimento distancia-se bastante desses tipos de empreendimentos, até porque o desconhecimento sobre esses fatores sinalizam inclusive a fragilidade de qualquer processo de autogestão que possa eventualmente nele ocorrer.

A Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana também apresenta alguns dados instigantes. Ao mesmo tempo em que afirma que o rendimento mensal do empreendimento é de R\$ 2.000, aponta a remuneração mensal do associado em até R\$ 1.000, o que conforme o número de associados, na mesma condição de análise que apresentada anteriormente, representa uma remuneração per capita de R\$ 5,55, o que é coerente com a resposta de remuneração de até R\$ 1.000, mas incoerente com a conformidade com o

pretendido, que segundo o empreendimento não está em conformidade, mas é suficiente para sobreviver. Aqui também se percebe que pode haver uma situação em que a remuneração do associado é distinta do rendimento do empreendimento, talvez até mesmo num processo inverso, o que também descaracteriza, nesse contexto, a condição de empreendimento econômico solidário. Incoerências desse mesmo gênero também são percebidas em relação ao Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga, que possui 38 associados e no qual o rendimento do empreendimento fica entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000. Uma média per capita, nas mesmas condições anteriores e considerando um rendimento de R\$ 2.000, sinaliza uma remuneração ao associado de R\$ 52,63, o que não é coerente com a resposta apresentada de que a remuneração está em conformidade com o pretendido. Assim, nesse aspecto, o empreendimento também se descaracteriza da condição de econômico solidário.

O Núcleo de Beleza da Mulher, por sua vez, apresenta coerência entre todas as respostas apresentadas em relação a essa questão do rendimento. Tendo um rendimento mensal em R\$ 500, a remuneração mensal dos associados fica enquadrada como de até R\$ 1.000 e em relação à conformidade com o pretendido, de que está longe disso, visto que com base no mesmo critério anterior, representaria uma per capita de R\$ 166,67. Nessas condições, o empreendimento aproxima-se das características dos empreendimentos econômicos solidários, inclusive no que se refere à pobreza predominante na maioria dos empreendimentos, conforme destacam os autores pesquisadores do tema.

Em relação ao rendimento dos associados, portanto, mesmo diante do viés identificado, há nitidamente a afirmação de que a remuneração é de até R\$ 1.000, o que é uma realidade em grande parte dos empreendimentos econômicos solidários, assim como o fato de que para a maior parte dos empreendimentos, 42,9%, a remuneração não está em conformidade com o pretendido, mas que é o suficiente para sobreviver. Esses indicadores contribuem para a compreensão da afirmação de que tais empreendimentos são fontes complementares de renda, de que a presença mais intensiva é de mulheres e, ainda que uma grande parte de associados deixam os empreendimentos em busca de um retorno financeiro imediato ou pouco mais rentável, conforme já destacado por Souza (2003).

#### 4.2.11 Dificuldades encontradas

Sobre as principais dificuldades encontradas no negócio, conforme quadro abaixo, 85,7% dos empreendimentos afirmou que enfrentam dificuldades no aspecto financeiro; 57,1% em relação ao acesso ao crédito e de infraestrutura; 42,9% em relação à comercialização, profissional (experiência técnica e/ou administrativa) e relações interpessoais; 28,6% em relação à produção (problemas técnicos no processo produtivo); e 14,3% em relação à informalidade do negócio, transporte e divulgação dos produtos.

EMPREENHIMENTO	PRINCIPAIS DIFICULDADES
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Comercialização, informalidade do negócio, financeiro e acesso ao crédito.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Comercialização, financeiro, acesso ao crédito e infraestrutura (prédio, instrumentos de trabalho, mobiliário, acesso viário etc.).
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Relações interpessoais, financeiro, infraestrutura (prédio, instrumentos de trabalho, mobiliário, acesso viário etc.) e transporte.
Associação Vila Bancária	Relações interpessoais, financeiro e acesso ao crédito.
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Comercialização, profissional (experiência técnica e / ou administrativa) e divulgação dos produtos.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Produção (problemas técnicos no processo produtivo), relações interpessoais, financeiro, acesso ao crédito e infraestrutura (prédio, instrumentos de trabalho, mobiliário, acesso viário etc.).
Núcleo de Beleza da Mulher	Produção (problemas técnicos no processo produtivo), profissional (experiência técnica e / ou administrativa), financeiro e infraestrutura (prédio, instrumentos de trabalho, mobiliário, acesso viário etc.).

Quadro 25 – Principais dificuldades

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nitidamente, entre os empreendimentos analisados aparece como principal dificuldade as relativas ao aspecto financeiro, em sintonia com o já apontado pelos estudiosos da economia solidária e seus empreendimentos, assim como também identificado neste estudo. Um aspecto curioso em relação a isso é que Singer (2006) disse que pelo menos 80% dos empreendimentos econômicos solidários são pobres e enfrentam muitas dificuldades para sobreviverem, necessitando de apoios e subsídios, num índice muito próximo ao dos empreendimentos em análise que afirmaram ter dificuldades em relação ao aspecto financeiro. Essa dificuldade, inclusive, torna-se compreensível quando se vê que os empreendimentos, de forma geral, apresentam um rendimento mensal em torno de R\$ 2 mil reais mensais e que praticamente não recebem recursos, tanto de origem privada ou pública, como forma de

subsídio, embora tal carência seja real.

A questão do acesso ao crédito, que aparece com 57,1% de frequência, está diretamente relacionada à realidade das dificuldades financeiras dos empreendimentos, o que de certa forma justifica a sua citação como uma das principais dificuldades, logo em seguida ao aspecto financeiro. Essa questão, inclusive, é apontada por autores como Souza (2003) e aqui identificada. Entre todos os empreendimentos que apontaram dificuldades em relação ao acesso ao crédito, nenhum deles recebe recursos advindos de terceiros, tanto públicos quanto privados. Uma exceção nessa conversa é que o Núcleo de Beleza da Mulher aponta a existência de dificuldades no aspecto financeiro, é o empreendimento com rendimento mensal mais baixo, mas não cita a questão do acesso ao crédito como uma dificuldade.

As dificuldades em relação à infraestrutura, que também aparece com 57,1% de frequência e envolvem aspectos como prédio, instrumentos de trabalho, mobiliário e acesso viário, entre outros, também é um fator apresentado pelos autores como uma característica típica dos empreendimentos econômicos solidários, nos quais doações, concessões de espaço imobiliário e empréstimos subsidiados são bastante comuns, conforme Souza (2003). No contexto dos empreendimentos analisados, somente os empreendimentos Arte em Mármore e Arenito, Associação Vila Bancária e Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, sobre os quais se torna interessante fazer algumas considerações para entender o contexto em que a infraestrutura não é apontada como uma dificuldade pelos empreendimentos. A Associação Vila Bancária e a Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana são os dois maiores empreendimentos em número de integrantes, que possuem mais tempo de existência, que possuem instalações próprias, independente de serem doadas ou cedidas, e, ainda, que possuem equipamentos e instrumentos próprios para o trabalho. O empreendimento Arte em Mármore e Arenito, por sua vez, mesmo estando entre os empreendimentos mais novos em termos de tempo de existência em Aquidauana, é apontado como o de maior rendimento mensal e que também possui instalações, equipamentos e instrumentos próprios para o trabalho. Um aspecto curioso é que em termos de instalações todos os empreendimentos possuem instalações próprias ou cedidas, o que leva a considerar a possibilidade de que algumas dessas instalações sejam consideradas inadequadas para as atividades, ou ainda, que ao apontarem infraestrutura como dificuldade, os empreendimentos não estão referindo-se necessariamente às instalações mais sim a outros fatores.

As dificuldades em relação à comercialização aparecem em 42,9% das respostas, indicando também o que aponta autores como Souza (2003) e Singer (2003), sobre falta de metodologia e pontos de comercialização e falta de preparação para identificar e

explorar novas oportunidades no mercado. Curiosamente, entre os empreendimentos que apresentaram tal dificuldade, que são Arte em Mármore e Arenito, Associação Doce Sossego e Pirajóia e Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, todos estão associados a uma rede ou a uma cadeia de comercialização e nenhum deles se limitam a destinarem sua produção no mercado local. Tal fato pode já ser reflexo dessa percepção e carência dos empreendimentos em identificar canais que considerem como mais adequados para a comercialização, ou ainda, um indicativo da possibilidade dessas associações não estarem proporcionando o resultado desejado, o que conduziria à necessidade de mudanças inclusive nessas associações entre os empreendimentos.

Também com 42,9% de frequência aparece entre as dificuldades a questão das relações interpessoais, o que é um aspecto de grande relevância quando se considera o contexto dos empreendimentos econômicos solidários, pois a interação e o diálogo entre os associados é relevante para a gestão dos empreendimentos. Essa questão deve ser considerada, pois mesmo havendo, conforme Sousa (2008), características comum entre os membros dos empreendimentos em relação a aspectos como histórico de vida, profissão e região em que reside, há também bastante diversidade em relação a aspectos como idade e sexo, entre outros.

Problemas relacionados à produção, ou seja, vinculados ao processo produtivo foram apresentados por 28,6% dos empreendimentos analisados, mais especificamente pelo Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga e Núcleo de Beleza da Mulher. A situação desses empreendimentos diferencia-se do apontado por Singer (2003) quando diz que os empreendimentos econômicos solidários dominam o processo produtivo, mas já era sinalizado pelos próprios empreendimentos quando estes ao proporem diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas para melhoria dos empreendimentos apresentaram sugestões de capacitação e de treinamento. O mesmo contexto se repete em relação à dificuldades profissionais, ou seja, envolvendo experiência técnica e/ou administrativa, que também é apontada por 28,6% dos empreendimentos. Aqui o Núcleo de Beleza da Mulher aparece novamente citando a dificuldade, mas desta vez acompanhado da Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, que também sinalizava a carência de capacitação e treinamento. As dificuldades nesse contexto já se aproximam das apontadas por Singer (2003), quando fala da falta de preparação para desenvolvimento também de pesquisas de mercado e identificação de novas oportunidades. O nível de escolaridade dos associados desses empreendimentos também são fatores que podem ser considerados como de influência.

E, com frequência menor, de 14,3%, que corresponde a um dentre os empreendimentos analisados, apareceram as dificuldades em relação à informalidade do negócio, ao transporte e à divulgação dos produtos. A informalidade é uma característica típica dos empreendimentos econômicos solidários e embora 42,9% dos empreendimentos analisados sejam informais, o que representa três dos sete empreendimentos analisados, apenas um apontou a dificuldade em relação a isso, que é o empreendimento Arte em Mármore e Arenito e, possivelmente, em função da característica do seu negócio e do destino de sua produção, que é o comércio local, regional e nacional. Dificuldade em relação ao transporte foi apresentada pela Associação Leste Pantaneira de Apicultores, que apresenta também como destino da sua produção o comércio, regional, nacional e também o autoconsumo. E as dificuldades em relação à divulgação do produto, que de certa forma apresenta efeito sobre a questão da comercialização, foi apresentada pela Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, que destina sua produção ao comércio local e regional e ainda que já havia sinalizado a necessidade de capacitação e treinamento em termos de políticas para melhoria dos empreendimentos.

As dificuldades aqui apresentadas pelos empreendimentos em análise, portanto, estão em sua grande maioria em sintonia com o que apresenta os autores pesquisadores do tema e que apontam os desafios a serem superados por empreendimentos econômicos solidários para competirem no mercado e até mesmo sobreviverem. Diferenças entre eles e impactos diferenciados dessas dificuldades, entretanto, é natural e característico da própria tipologia dos empreendimentos, pois conforme Bertucci (2010), não há uma uniformidade na economia solidária.

### **4.3 Condições de autogestão**

Contemplado na Chamada Pública MCT/MTUR/FINEP – EES na Cadeia de Turismo – 01/2008, o projeto denominado “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá - IEESTUR” tem, com o seu desenvolvimento, os objetivos de analisar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da cadeia produtiva do turismo já existentes, contemplando as seguintes dimensões: social, político-ideológica, econômica, tecnológica e organizacional; subsidiar os gestores dos projetos analisados, bem como o poder público



local, com as informações técnicas apuradas, indicando possíveis adaptações nos EES analisados, sobretudo no que tange ao plano de negócios, organização e competitividade do empreendimento; sugerir, face ao diagnóstico estrutural dos EES já existentes, a incubação de novos EES na cadeia produtiva do turismo, tendo em vista as demandas dos grupos sociais e as vantagens comparativas imanentes à região; e promover a ampla divulgação dos dados apurados, sobretudo para as autoridades público-privadas competentes e para a comunidade como um todo.

Nesse sentido, diante do exposto, observa-se que o projeto desenvolvido pela UFMS e outras instituições de ensino do Estado de Mato Grosso do Sul anteriormente citadas não tem como objetivo avaliar as condições que caracterizam a existência da autogestão, porém como esta dissertação se apropriou dos dados levantados nos trabalhos de campo que no âmbito do projeto gerou um diagnóstico empírico dos empreendimentos econômicos solidários e o fato da autogestão ser considerada por autores como Singer (2003) e Bitelman (2008) como elemento central para caracterização dos empreendimentos econômicos solidários, apresenta-se a seguir a análise de algumas das condições que caracterizam a existência da autogestão, tendo como apoio a fundamentação teórica apresentada por Melo Neto (2005). Esta análise é realizada em cinco etapas, divididas com base nas condições de existência analisadas, sendo elas: autoanálise, participação, controle, conflito e vínculo de posse dos bens.

#### **4.3.1 Autoanálise**

Para reflexão sobre a presença da condição de autoanálise nos empreendimentos considerados, foi-se questionado se o empreendimento tem participado de espaço ou fórum coletivo externo a ele para decisões políticas. Nesse contexto é importante lembrar que, conforme Melo Neto (2005), a condição de autoanálise está relacionada à capacidade do grupo de provocar estudos e discussões sobre o que se está edificando socialmente, o que naturalmente acontece nesses espaços e fóruns, onde além de refletirem sobre as próprias práticas e o contexto em que estão inseridos, os empreendimentos também intercambiam com outros, numa relação de troca de experiências. Conforme Souza (2003), Gaiger (2004) e Andion (2005), a contribuição dos empreendimentos econômicos solidários à sociedade não se limita apenas aos aspectos econômicos ou produtos e serviços que ele gera,

mas sim às contribuições sociais e políticas que eles proporcionam à sociedade.

Entre os empreendimentos analisados, todos afirmaram participar de espaços ou fóruns, sinalizando, portanto, a existência de espaços que possibilitam a autoanálise, que é condição necessária para a existência da autogestão. Conforme o quadro abaixo, 57,1% dos empreendimentos afirmou participar de Conselhos, 28,6% de Movimentos sociais e 14,3% de Conselho, Associação e Movimento Social ao mesmo tempo. Entre os conselhos e movimentos predominam-se os relacionados à Economia Solidária e os de âmbito municipal, havendo também referente a setores, como é o caso da Associação Leste Pantaneira de Apicultores, participando dos conselhos relacionados à apicultura, e os relacionados a gênero, como é o caso do empreendimento Núcleo de Beleza da Mulher, participando da Feira Mulheres e Movimento. O vínculo a conselhos e movimentos específicos de setores ou gêneros é também mais um indicativo da condição de autoanálise e de contribuição social e política que pode proporcionar.

<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS E FÓRUNS EXTERNOS</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Conselhos (Fóruns da Ecosol e Conselhos municipais).
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Movimento social (Ecosol).
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANA)	Conselhos (Câmara Setorial de Apicultura; Federação de Apicultura).
Associação Vila Bancária	Conselho, Associação e Movimento social.
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Conselho.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Conselho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural).
Núcleo de Beleza da Mulher	Movimento social (Feira Mulheres e Movimento).

Quadro 26 – Participação em espaços e fóruns externos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante disso, portanto, há a presença da condição de autoanálise, o que possibilita, em relação a essa condição, afirmar que os empreendimentos considerados aproximam-se da característica de econômico solidário.

### **4.3.2 Participação**

A identificação da condição participação nos empreendimentos analisados ocorre por meio da reflexão sobre o funcionamento administrativo do empreendimento, sobre

a frequência com que são realizadas as reuniões administrativas e, também, sobre as instâncias em que são tomadas as decisões sobre os destinos do empreendimento.

Em relação ao funcionamento administrativo há uma condição de igualdade entre os que funcionam administrativamente por meio de Diretoria/coordenação/conselho diretor e os que funcionam por meio de Grupo de Trabalho/Núcleos, ambos com 42,9% de frequência entre os empreendimentos, e uma participação menor, de 14,2%, de empreendimento que funciona por meio de integração entre Diretoria/coordenação/conselho diretor e Comissão ou Conselho de ética. A capacidade de uma organização em se estender em grupos autônomos é apontada por Carvalho (1995) como um critério básico para a autogestão e para a participação democrática, pois, segundo ela, quanto mais grupos pequenos houver, mais democrática é a gestão. Os valores democráticos, segundo Barreto; Paula (2009) estão diretamente relacionados à autogestão.

Apesar da identificação do funcionamento administrativo sinalizar, portanto, uma maior ou menor capacidade democrática de um empreendimento, o que é um indicativo de participação, a sua identificação isolada não é o suficiente para uma análise mais específica sobre a forma como se dá essa participação nos empreendimentos e sobre como essa condição se manifesta, sendo necessário agregar a esse processo informações sobre a frequência com que as reuniões administrativas acontecem. E é exatamente em relação à frequência das reuniões administrativas nesses empreendimentos que se vê a condição participação se distanciar da característica típica dos empreendimentos econômicos solidários, pois conforme o quadro abaixo a maior parte deles realizam suas reuniões mensalmente ou bimestralmente, ou, ainda, em menor número, trimestralmente ou semestralmente, anualmente e semanalmente. O empreendimento Associação Doce Sossego e Pirajóia, que realiza suas reuniões administrativas semanalmente, é o que se aproxima da característica participação dos empreendimentos econômicos solidários, estando os demais distantes do adequado, pois conforme Lourenço (2008), a frequência dessas reuniões administrativas deve acontecer em breves espaços de tempo, principalmente em empreendimentos menores. Tendo que a tomada de decisão coletiva é uma característica do processo autogestionário, este fica comprometido quando se tem espaços maiores de realização de reuniões administrativas, induzindo naturalmente para as decisões de forma não coletiva, centralizadas apenas na diretoria ou em qualquer outro grupo de decisão dentro do empreendimento, que não o coletivo.

<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	<b>FREQUÊNCIA DAS REUNIÕES</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Grupo de trabalho/Núcleos	Bimestral
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Grupo de trabalho/Núcleos	Semanal
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANA)	Diretoria/ coordenação/ conselho diretor	Mensal
Associação Vila Bancária	Diretoria/ coordenação/ conselho diretor e Comissão ou Conselho de ética	Bimestral
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Diretoria/ coordenação/ conselho diretor	Trimestral/Semestral
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Diretoria/ coordenação/ conselho diretor	Mensal
Núcleo de Beleza da Mulher	Grupo de trabalho/Núcleos	Anual

Quadro 27 – Funcionamento administrativo e frequência das reuniões

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante disso, a condição participação dos empreendimentos considerados distancia-se da típica dos empreendimentos econômicos solidários, com exceção do empreendimento Associação Doce Sossego e Pirajóia, que reúne-se semanalmente. Nem mesmo o fato de todos os empreendimentos considerados limitarem as instâncias de decisão sobre os destinos do empreendimento ao seu ambiente interno, o que representa autonomia de decisão, é o suficiente para modificar essa situação de não existência da condição participação na grande maioria dos empreendimentos considerados.

#### **4.3.3 Controle**

Para reflexão sobre a condição controle nos empreendimentos, eles foram questionados sobre a realização de cursos profissionalizantes pelos seus membros, assim como sobre a quantidade de pessoas que os fizeram e os tipos de cursos realizados, pois a condição controle está relacionada ao conhecimento sobre todo o curso gerador do produto, conforme Melo Neto (2005). Sem esse conhecimento não há como controlar o processo produtivo e por consequência desenvolver a autogestão.

Entre os empreendimentos analisados, 85,7% responderam que fizeram cursos profissionalizantes, assim como a maior parte de seus associados e tais cursos foram realizados em sintonia com as atividades dos empreendimentos, conforme o quadro na página seguinte.

<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>PARTICIPAÇÃO EM CURSOS</b>	<b>QUANTIDADE DE PARTICIPANTES</b>	<b>TIPO DE CURSO E DURAÇÃO</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Não		
Associação Doce Sossego e Pirajóia	Sim	100%	Culinária/doces (2 semanas) e Biojóias (1 ano e 2 meses)
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Sim	71,4%	Básico (5 dias); Avançado/Técnicas de produção (15 dias)
Associação Vila Bancária	Sim	Não respondeu	Gestão (20 horas)
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Sim	60%	Cursos do programa Geração de renda, da prefeitura.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Sim	100%	Apicultura/Sebrae (18 dias) e Artesanato e Biojóias (80 horas)
Núcleo de Beleza da Mulher	Sim	100%	Atendimento ao cliente (40 horas); técnicas de corte, manicure e pedicure (45 dias)

Quadro 28 – Participação em curso, quantidade de participantes e tipo de curso e duração

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse elevado índice de participação em cursos e da quantidade de associados que tem participado dos cursos sinaliza a preocupação dos empreendimentos em capacitarem-se para o controle do processo produtivo, por meio do conhecimento e habilidades desenvolvidas nesses cursos. Dessa forma, com exceção do empreendimento Arte em Mármore e Arenito, pode-se afirmar que a condição controle vem sendo desenvolvida nos empreendimentos, o que representa coerência com o proposto por Melo Neto (2005) em relação às condições que caracterizam a autogestão.

#### 4.3.4 Conflito

O conflito é condição necessária para o desenvolvimento da autogestão, pois conforme Melo Neto (2005) é na existência de conflitos que se caminha ao consenso e ao mesmo tempo se desenvolve. Dessa forma, nessa ótica, o empreendimento deve se preocupar com a criação de espaços para a divergência, para a liberdade de ideias, para a autonomia de pensamento e a aceitação da igualdade. Nesse sentido, os empreendimentos ao apresentarem grupos democráticos para o seu funcionamento administrativo estão de certa forma possibilitando condições para a ocorrência desse espaço de conflito, entretanto, a longa distância temporal de frequência entre suas reuniões torna-se um limitador desse espaço, proporcionando na verdade um efeito inverso, ou seja, a não criação de espaços para

divergências, mas sim a redução destes, com exceção da Associação Doce Sossego e Pirajóia.

A participação em espaços e fóruns externos para a reflexão sobre a própria prática e setor também é um aspecto que possibilita a existência da divergência, da autonomia de pensamento e da aceitação da igualdade. Em relação a esses espaços e fóruns, praticamente todos os empreendimentos analisados proporcionam tal condição, havendo todos eles, conforme já destacado, confirmado a participação nesses espaços.

Assim, pode-se dizer que a condição conflito se faz presente nos empreendimentos analisados, tanto por meio da participação em espaços e fóruns quanto por meio dos grupos de função administrativo, entretanto, aparecendo de forma limitada no que se refere à frequência das reuniões administrativas.

#### **4.3.5 Vínculo de posse dos bens**

Para reflexão sobre o vínculo de posse dos bens, os empreendimentos foram questionados sobre a forma com tem sido feita a remuneração dos associados, pois essa forma expressa a maneira como os empreendimentos estabelecem as relações de trabalho entre seus associados, o que é, conforme Melo Neto (2005), aspecto fundamental na caracterização da condição de vínculo de posse dos bens. A posse dos meios de produção não se limita apenas a equipamentos ou infraestrutura que, conforme já visto aqui, entre os empreendimentos considerados são praticamente todos próprios, mas também à própria força produtiva do trabalhador. Para Macdonald (2005), o modo de produção é a forma como a sociedade resolve como será feito e distribuído o produto social e, essa distribuição, com base na autogestão, deve promover a igualdade entre todos os seus membros, conforme Melo Neto (2005).

Ao se observar os resultados relacionados a essa questão da remuneração, vê-se que na verdade não há um vínculo de posse coletiva dos bens, pois em sua maioria os associados são remunerados em função da venda de sua produção individual e não da venda do empreendimento como um todo, o que por si já descaracteriza a produção coletiva e a condição de igualdade entre todos os seus membros, já que um poderá ser mais bem remunerado que o outro em função de sua capacidade produtiva individual. Até mesmo o estabelecimento dos critérios coletivos das relações de trabalho fica comprometido, visto que o associado tem preocupações individuais quanto ao que se produz e em assegurar que sua produção seja comercializada, independente da produção do outro. O assalariamento,

conforme Castanheira e Pereira (2008) é um aspecto que dificulta a proposta autogestionária e que se manifesta neste contexto, mesmo não sendo sob a forma de pagamento de salários, mas na preocupação individual que passa a ocorrer no sentido de assegurar uma boa fatia de remuneração a partir de suas participações na venda de seus produtos, o que na verdade passa a representar a existência de um mercado interno nesses empreendimentos e que passa a ser disputado.

O quadro abaixo ilustra a forma como tem sido feita remuneração dos associados pelos empreendimentos, dos quais convém destacar a Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana, que faz a remuneração por meio da divisão das receitas do empreendimento, e também o Núcleo de Beleza da Mulher, em que há participação no lucro. A associação Vila Bancária não aparece de forma significativa, mais uma vez, por afirmar que não há remuneração aos seus associados, não sinalizando, portanto, vínculo de posse dos bens em relação aos aspectos considerados.

<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS ASSOCIADOS</b>
Arte em Mármore e Arenito (ARMANITO)	Outro.
Associação Doce Sossego e Pirajóia	80% do valor do seu produto vai para o artesão.
Associação Leste Pantaneira de Apicultores (ALESPANNA)	Cada associado vende diretamente a sua produção.
Associação Vila Bancária	Não há remuneração.
Delegacia Sindical dos Artesãos de Aquidauana	Divisão da receita do empreendimento.
Grupo de Apicultores Artesãos e Economia Solidária de Piraputanga	Associado recebe 90% do valor dos seus produtos vendidos.
Núcleo de Beleza da Mulher	Participação no lucro

Quadro 29 – Forma de remuneração dos associados  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, portanto, evidencia-se que a condição vínculo de posse de bens está comprometida na maioria dos empreendimentos, visto que as particularidades que cada um assume, optando por uma remuneração praticamente individual, é tipicamente reconhecedora das distinções entre os associados e suas capacidades produtivas individuais, atribuindo-lhes, portanto, o *status* de detentores individuais do seu trabalho como meio de produção e, em alguns contextos, de todos os recursos do processo produtivo. A desigualdade se evidencia entre os associados, o que é contrário aos princípios da autogestão, e numa mesma organização é possível haver associados com rendimentos completamente diferenciados.

## 5 CONCLUSÕES

A partir do contexto de desenvolvimento do projeto “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá – IEESTUR”, em conjunto pela UFMS, UFGD, UEM e UCDB, com auxílio técnico financeiro da FINEP e da FAPEC, por meio da Chamada Pública MCT/MTUR/FINEP – EES na Cadeia de Turismo – 01/2008, este estudo teve por objetivo geral analisar se os empreendimentos identificados no município de Aquidauana, área abrangida pelo projeto de incubação, possuem características de economia solidária. Para tal foram considerados sete empreendimentos, cujos números de associados variam entre três e trezentos e sessenta e o tempo de existência entre quatro e trinta e um anos. Onze variáveis foram consideradas para a reflexão sobre as características desses empreendimentos e mais cinco variáveis sobre as condições de autogestão nos empreendimentos, visto que a autogestão é apontada por autores como condição necessária para caracterização enquanto empreendimento econômico solidário, caso contrário não podendo assim ser definido. Diante disso e do objetivo geral estabelecido, pode-se dizer que os empreendimentos identificados em Aquidauana possuem muitas características econômicas solidárias, mas não o suficiente para que possam ser definidos como empreendimentos econômicos solidários, apresentando aspectos em que deles distanciam-se, tanto no que se refere à sua caracterização quanto, principalmente, em relação às condições de autogestão.

Como objetivos específicos, foram estabelecidos três, sendo o primeiro caracterizar as relações entre os empreendimentos considerados e a atividade do turismo, o segundo caracterizar os empreendimentos econômicos solidários já instalados em Aquidauana e o terceiro avaliar as condições que caracterizam a existência de autogestão nos empreendimentos estudados.

Com relação à caracterização das relações entre os empreendimentos econômicos considerados e a atividade do turismo, visto que o projeto cujo contexto dá origem ao estudo está vinculado à cadeia produtiva do turismo, a maior parte dos empreendimentos evidenciou a relevância do setor para o seu negócio, não havendo nenhum que não reconhecesse tal relevância, mas ao mesmo tempo apontaram uma carência de relacionamento com prestadores de serviços turísticos e a necessidade por políticas públicas que possam modificar posturas e desenvolver práticas que contribuam para melhor obtenção de resultados, já que consideram viável a atuação neste setor.



Já com relação às características econômicas solidárias dos empreendimentos considerados, encontra-se uma diversidade de características, sendo essa diversidade, inclusive, uma das características da economia solidária. Em relação a uma mesma variável é possível encontrar vários empreendimentos que se enquadram no contexto econômico solidário, assim como vários outros que deles se distanciam, mas de fato, entre todos os empreendimentos analisados, nenhum deles apresentou todas as características de empreendimento econômico solidário, ou ainda, não deixou de distanciar-se delas de alguma forma, o que reforça a afirmação de que em termos de características os empreendimentos analisados não podem ser considerados como totalmente econômicos solidários, mas que podem ser apontados como empreendimentos que trazem da economia solidária muitas características. As principais variáveis em que esses empreendimentos, de maneira geral, se distanciam da condição de econômico solidário estão relacionadas ao tempo de existência desses empreendimentos, o que é positivo, pois os empreendimentos analisados rompem com a brevidade características dos econômicos solidários; à tipologia do empreendimento, no que se refere às ações realizadas de forma coletiva, que não acontece completamente compartilhada como deveria; à situação financeira, em que grande parte desses empreendimentos não recebe subsídios de terceiros, privados ou públicos, embora apresentem dificuldades no aspecto financeiro; e, também, em relação ao destino da produção, que nos empreendimentos analisados não se limitam a mercados marginais, conforme características apresentadas pelos autores em relação aos empreendimentos econômicos solidários. Entre essas variáveis, entretanto, a única que de certa forma pode ser apontada como aspecto negativo é com relação às atividades realizadas de forma coletiva, pois esta é uma característica relevante dos empreendimentos econômicos solidários.

E, por fim, com relação à avaliação das condições que caracterizam a existência de autogestão nos empreendimentos estudados, que se constituiu no segundo objetivo específico desse estudo, observou-se, mesmo diante da dificuldade apontada por autores para identificação do caráter autogestionário, a ausência de algumas das condições para caracterização da autogestão, o que conseqüentemente a descaracteriza nesses empreendimentos e, por conseqüência, as suas classificações como econômicos solidários, aproximando-os da condição destacada de que muitos empreendimentos são solidários e cooperativos, mas não conseguem chegar a ser autogestionários. As únicas condições para caracterização da autogestão que foram identificadas em todos os empreendimentos analisados foi a de autoanálise e conflito, havendo em relação a todas as outras um ou outro empreendimento que se distancia do contexto.

As informações obtidas a partir deste estudo podem contribuir para ações de apoio aos empreendimentos analisados, como a etapa de incubação do projeto “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá – IEESTUR”, entre outras possíveis, assim como para o desenvolvimento de políticas públicas em relação a esses empreendimentos, visto que grande parte deles apresentam muitas características econômicas solidárias e que, quando delas se distanciam, não são por fatores completamente distantes ou delas contraditórios. Os empreendimentos analisados estão, de certa forma, estabilizados em relação à sua existência e ações de apoio em relação a eles podem muito contribuir, tanto para o fortalecimento deles enquanto organização que disputa parte do mercado, quanto para demonstrar que economia solidária não tem que ser necessariamente sinônimo de empreendimentos pobres e relegados a mercados marginalizados.

Em termos de limitações, o estudo defrontou-se em alguns momentos de dificuldades decorrentes do fato de utilizar dados levantados nos trabalhos de campo do projeto Incubação, havendo a carência em alguns contextos de mais informações, cujos questionários a elas não se referiam, assim como a existência de dados que poderiam ser mais detalhados, como o referente à remuneração mensal de cada associado nos empreendimentos. Independentemente disso, entretanto, tais limitações não comprometeram a análise e nem o alcance dos objetivos estabelecidos, assim como, em conjunto com as informações obtidas a partir da análise, contribui para o interesse para o desenvolvimento de outros trabalhos futuros, que possam, por exemplo, aprofundar não somente sobre as condições de existência da autogestão nos empreendimentos, mas como também sobre a forma como se desenvolve essa prática, entre outros. Diante disso, portanto, pode-se dizer que os objetivos estabelecidos foram cumpridos.

## 6 REFERÊNCIAS

ALBAN, Marcus. A insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia institucional. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 19, n. 1, maio 2008.

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **RAC**, v. 9, n. 1, jan./mar. 2005, p. 79-101.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: UVA, 2005.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 282-317.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARCELOS, Ana Paula. **Economia popular e solidária: uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos Ebape.Br**. v. 7, n. 2, jun. 2009, p. 209-213.

BERTUCCI, Jonas de O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. 2010. 242 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BITELMAN, Marina Farkas. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco**. 2008. 190 f. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BUSS, Diva. **A história do papel – do Egito ao Brasil**. [ ]. Disponível em: <<http://www.adrianajardim.com.br/textos/papelhistoria1.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2010.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 61-72, jan./jun. 2008.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 116-122, jan./jun. 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORREA, Rafael Felix. et al. O impacto do e-commerce na sociedade. **Revista de Informática Aplicada**. v. 2, n. 2, jul./dez. 2006, p. 94-110.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da Cruz. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. 325 f. Tese. (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

CZAPSKI, Silvia. **Fogo**. Brasília: Ministério da Educação, Secad: Ministério do meio ambiente, Saic, 2008.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários. **Psicologia em estudo**. v. 13, n. 14, out./dez. 2008, p. 703-711.

EMBRATUR. **Estatísticas básicas de turismo Brasil**. (2010) Disponível em: <[http://200.143.12.93/dadosefatos/estatisticas\\_indicadores/estatisticas\\_basicas\\_turismo/](http://200.143.12.93/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/)>. Acesso em: 24 abr. 2010.

FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON. **Qualidade dos serviços oferecidos pelo Trade**

**Turístico do Estado de MS.** Campo Grande, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimientos económicos solidários. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). **La otra economía.** Buenos Aires: Altamira, 2004, p. 229 - 241.

GERLACH, Fábio Ravazi; BATALHA, Mário Otávio. Organização da produção e perfil das associações paulistas de produtores de leite. **XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**, Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de outubro de 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Bruno Martins Augusto; SANTOS, Antônio Carlos dos. Turismo em Minas Gerais: uma análise a partir da Nova Economia Institucional. **XLV Congresso da SOBER.** 22 a 25 de julho de 2007.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Loyola, 2005.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Ivon. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

IASKIO, Emerson L. Schmidt. A economia solidária diante da concorrência capitalista: os limites econômicos da autogestão. **Emancipação** 6(1), 2006, p. 119-143.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, jan./jun. 2008.

LOURENÇO, Mariane Lemos. **Cooperativismo e subjetividade: um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária.** Curitiba: Juruá, 2008.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários. **Psicologia em estudo.** V. 13, n. 14, out./dez. 2008, p. 703-711.

MACDONALD, José Brendan. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de (Org.) **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: Edufal, 2005. cap 2, p. 42-60.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de (Org.) **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: Edufal, 2005. cap 1, p. 11-41.

MENEGUZZO, Volmir. **Avaliação do desempenho das organizações do terceiro setor no desenvolvimento turístico do município de Bonito – Mato Grosso do Sul**. 2008. 81 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Mestrado Acadêmico, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

MERIGUE, Geancarlo de Lima. O desenvolvimento de arranjos produtivos locais no turismo: o caso da região turística da costa leste de Mato Grosso do Sul. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 5, n. 1, 2005.

NAKANO, Marilena. Anteg: a autogestão como marca. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

NASCIMENTO, Alan Faber; SOARES, Luis Augusto S. O dilema turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 6, n. 4, 2006.

NASSOUR, Alberto Cury. A roda: a maior invenção tecnológica. **Revista Eletrônica de Ciências**. n. 19, mai./jun. 2003. Disponível em: <[http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art\\_19/roda.html](http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_19/roda.html)>. Acesso em: 27 maio 2010.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Sistema cooperativista brasileiro: dados consolidados de 2008**. Março de 2009.

OLIVEIRA, Lis Damasceno de. *et al.* A organização da atividade turística em Corumbá, sob o enfoque dos conceitos de cadeia produtiva e arranjo produtivo local. **Pasos**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v. 6, n. 3, p. 511-522, 2008.

PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches; ALVES, Jazan Mageski. O fenômeno do agroturismo e a influência das instituições no desenvolvimento econômico local: um estudo de caso na região centro-serrana do Espírito Santo. **EnANPAD**, 2006.

PAULA, Juarez de. Parcerias para o desenvolvimento. In: MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato (Org.) **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

PEREIRA, Anísio Cândido. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras: ensaio de abordagem social. **Contab. Vista & Ver**. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 33-41, dez. 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrine Lino. O renascimento cultural da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. **Akrópolis**, Umuarama, v 15, n. 1 e 2, p. 29-36, jan./jun. 2007.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005**. Brasília, 2007.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária: Mapeamento Mato Grosso do Sul**. Brasília, DF, 2008.

SEVERINO, Maico Roriz; EID, Farid. A imbricação de diferentes modos de organização do trabalho nas organizações autogestionária de economia solidária do MST. **XLIII Congresso da Sober, Ribeirão Preto**, 2005.

SINGER, Paul. O desafio é criar cadeias solidárias. In: MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato (Org.) **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e

SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-60, jan./jun. 2008.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SUAREZ, Marcus Alban. Os problemas da expansão espacial do turismo no Brasil. **Ciencias Sociales Online**. v. 4, n. 2, Julio 2007.

VALE, Gláucia M. Vasconcellos. Aglomerações produtivas: Tipologias de análises e repercussões nos estudos organizacionais. **O & S**. v.14, n.43, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. 2005. 456 f. Tese. (Doutorado em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 105-115, jan./jun. 2008.



## ANEXO – QUESTIONÁRIO ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONDIÇÕES DE AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE AQUIDAUANA – MS

### IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1 Nome do empreendimento: \_\_\_\_\_  
 (nome fantasia): \_\_\_\_\_  
 (razão social se houver): \_\_\_\_\_

2 Local de atuação:

Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

( ) Área urbana ( ) Área rural Endereço eletrônico: \_\_\_\_\_

Fones: \_\_\_\_\_

3 Quantidade de integrantes do empreendimento: \_\_\_\_\_

### RELAÇÃO COM TURISMO

#### A) Importância do turismo para empreendimento

4 Nível de importância do turismo no local para o funcionamento do empreendimento:

( ) muito alta

( ) regular

( ) nenhuma

5 Se atividade turística no município tem influência no negócio, responda: O que falta fazer como política pública em relação ao turismo para melhorar seu negócio?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

#### B) Relacionamento com prestador de serviços turísticos

6 Tem alguma relação com prestador de serviço ligado ao turismo?

( ) sim

( ) não

7 Se sim, qual a natureza do negócio com o qual tem relação?

( ) Hotel/ pousada

( ) Restaurante

( ) Loja comercial

( ) Outra natureza. Cite: \_\_\_\_\_

8 Está satisfeito com esse tipo de relacionamento?

( ) sim

( ) não

9 Se não está satisfeito, o que poderia melhorar?

\_\_\_\_\_

#### C) Viabilidade de atuação no setor

10 Se esse empreendimento não participa da atividade turística, acha viável trabalhar nesse setor? ( ) sim ( ) não

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

#### D) Tempo e condição de existência

11 Tempo de existência do empreendimento (desde o ano): \_\_\_\_\_

12 Condição de existência do empreendimento:

- ( ) Formal.  
( ) Informal

Obs: algo mais a informar: \_\_\_\_\_

### E) Tipologia do empreendimento

13 Natureza do empreendimento (assinalar uma das alternativas):

- ( ) Associação (nome): \_\_\_\_\_  
( ) Cooperativa (nome): \_\_\_\_\_  
( ) Núcleo/ grupo de produção: \_\_\_\_\_  
( ) Outra natureza (nome): \_\_\_\_\_

14 Natureza da Atividade:

- ( ) Produção. Especificar a atividade: \_\_\_\_\_  
( ) Serviço. Especificar a atividade: \_\_\_\_\_  
( ) Comércio. Especificar a atividade \_\_\_\_\_

15 Ações realizadas coletivamente no empreendimento (múltipla escolha):

- ( ) Compra de matéria-prima e/ ou de outros insumos  
( ) Produção integral  
( ) Uma parte da produção. Qual?  
( ) Compartilha os equipamentos ou instrumentos de trabalho  
( ) Compartilham a mesma infraestrutura  
( ) Compartilham a comercialização  
( ) Compartilham o marketing e propaganda dos produtos  
( ) Outro. Especifique:

### F) Motivo de criação

16 O que motivou a criação do empreendimento? (múltiplas respostas)

- ( ) Vontade de ter o próprio negócio  
( ) Alternativa de emprego  
( ) Fonte complementar de renda  
( ) Facilidade de acesso a financiamentos  
( ) Motivação de entidades sociais (filantrópicas, religiosas, ONGs, do governo)  
( ) Motivação de entidades políticas (sindicato, partido)  
( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### G) Posse dos meios de produção

17 Forma de uso das instalações do empreendimento ou sede:

- ( ) própria. Nesse caso, como foi adquirida: \_\_\_\_\_  
( ) doada. Nesse caso, por quem: \_\_\_\_\_  
( ) cedida . Nesse caso, por quem: \_\_\_\_\_  
Condições: \_\_\_\_\_  
( ) emprestada. Nesse caso, por quem: \_\_\_\_\_  
Condições: \_\_\_\_\_  
( ) alugada  
( ) Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

18 Usos dos equipamentos e/ ou instrumentos de trabalho do grupo:

- ( ) próprios. Nesse caso, como foram Adquiridos: \_\_\_\_\_  
( ) doados. Nesse caso, por quem: \_\_\_\_\_  
( ) cedidos. Nesse caso, por quem: \_\_\_\_\_  
Condições: \_\_\_\_\_  
( ) emprestados. Nesse caso, por quem: \_\_\_\_\_  
Condições: \_\_\_\_\_  
( ) alugados  
( ) Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

### H) Situação financeira

19 Valor do faturamento mensal do empreendimento como um todo: \_\_\_\_\_

20 O empreendimento ou associados recebem (receberam, receberão, tem buscado) algum recurso financeiro de origem privada (crédito, financiamento) ou pública (programas de transferência de renda)

( ) Sim ( ) Não

21 Se já procurou recurso, como se deu?

- ( ) A iniciativa foi do grupo  
 ( ) A iniciativa foi apenas de alguns associados.  
 ( ) O grupo foi procurado pelo agente financeiro. Qual? \_\_\_\_\_  
 ( ) Outro. Descreva como se deu: \_\_\_\_\_

22 Para o que tem sido utilizado o recurso financeiro emprestado? (múltipla escolha)

- ( ) Aquisição de matéria prima.  
 ( ) Aquisição ou reforma de instalações prediais.  
 ( ) Aquisição de equipamentos o instrumentos de trabalho  
 ( ) Aquisição de meios de transporte  
 ( ) Capital de giro para manter o negócio  
 ( ) Investimento misto  
 ( ) Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

23 Entre aqueles que obtiveram financiamento, informe?

Quantos estão inadimplentes. \_\_\_\_\_

Motivo: \_\_\_\_\_

#### **I) Apoio institucional**

24 Conta com o apoio de alguma entidade? ( ) sim ( ) não

Se sim. Qual(is) entidade (s)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25 O que falta fazer como política pública em relação a empreendimentos como esse para melhorar?

\_\_\_\_\_

#### **J) Destino da produção**

26 Destino da produção ou do serviço

- ( ) Comércio local  
 ( ) Comércio regional  
 ( ) Comercio nacional  
 ( ) Comercio internacional  
 ( ) Auto consumo  
 ( ) Outro.

Especifique: \_\_\_\_\_

#### **K) Vínculos a outros empreendimentos**

27 O empreendimento está “associado” a algum(ns) outro(s) empreendimento(s) para suas ações econômicas?

( ) Sim ( ) Não

28 Se está associado, de que forma isso se dá? (múltiplas escolhas)

( ) pertence a uma rede. Qual?

( ) vincula-se a uma unidade central.

( ) integra uma cadeia produtiva.

Qual?

( ) integra uma cadeia de comercialização. Qual?

( ) integra uma unidade de consumo

( ) integra um Arranjo Produtivo Local.

Qual?

( ) integra uma associação de acesso ao crédito.

Qual?

Outro.

Especifique: \_\_\_\_\_

**L) Perfil dos associados**

29 Sexo dos responsáveis pelos empreendimentos:

Masculino (Qtde) \_\_\_\_\_

Feminino (Qtde) \_\_\_\_\_

30 Faixa etária dos responsáveis pelos empreendimentos:

até 30 anos (Qtde): \_\_\_\_\_

de 31 a 40 anos (Qtde): \_\_\_\_\_

de 41 a 50 anos (Qtde): \_\_\_\_\_

mais de 50 anos (Qtde): \_\_\_\_\_

31 Escolaridade dos responsáveis pelos empreendimentos (quantidade):

( ) Analfabetos

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino superior incompleto

( ) Ensino superior completo

( ) Pós-graduação

32 Os associados do empreendimento pertencem: (múltipla escolha)

( ) ao mesmo bairro (vizinhança)

( ) à mesma comunidade

( ) ao mesmo tipo de negócio

( ) à mesma igreja

( ) ao mesmo ambiente de encontro propiciado por organizações de apoio

( ) à mesma família

( ) Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**M) Rendimento dos associados**

33 Qual tem sido a remuneração mensal de cada associado?

a) ( ) até R\$ 1.000,00

b) ( ) de R\$ 1.001,00 até R\$ 3.000,00

c) ( ) de R\$ 3.001,00 até R\$ 5.000,00

d) ( ) de R\$ 5.001,00 até R\$ 10.000,00

e) ( ) acima de R\$ 10.000,00

34 Está de acordo com o pretendido?

( ) Sim

( ) Não, mas é suficiente para sobreviver

( ) Está longe do pretendido

**N) Dificuldades encontradas**

35 Principais dificuldades encontradas no negócio (todas aquelas nas quais se inclui):

( ) comercialização

( ) produção (problemas técnicos no processo produtivo)

( ) profissional (experiência técnica e / ou administrativa)

( ) relações interpessoais

( ) informalidade do negócio

( ) financeiro

( ) acesso ao crédito

( ) infraestrutura (prédio, instrumentos de trabalho, mobiliário, acesso viário etc.)

( ) Outro.

Defina: \_\_\_\_\_

**CONDIÇÕES DE AUTOGESTÃO**
**O) Autoanálise**

36 O empreendimento tem participado de algum espaço ou fórum coletivo externo a ele para decisões políticas?

( ) Conselho. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Associação. Qual? \_\_\_\_\_

- ( ) Partido. Qual? \_\_\_\_\_  
 ( ) Movimento de Igreja. Qual? \_\_\_\_\_  
 ( ) Movimento Sindical. Qual? \_\_\_\_\_  
 ( ) Movimento Social. Qual? \_\_\_\_\_

**P) Participação, conflito e tomada de decisões**

37 Funcionamento administrativo do empreendimento (formal e informal) com múltiplas escolhas:

- ( ) Diretoria/ coordenação/ conselho diretor  
 ( ) Comissão ou Conselho de Ética.  
 ( ) Grupo de Trabalho/ Núcleos  
 ( ) Outra.

Especifique: \_\_\_\_\_

38 Frequência das reuniões administrativas:

- ( ) semanal  
 ( ) quinzenal  
 ( ) mensal  
 ( ) bimestral  
 ( ) Outra Especifique: \_\_\_\_\_

39 Instâncias de decisão sobre os destinos do empreendimento:

- ( ) Apenas dentro do empreendimento  
 ( ) Fora do empreendimento e local. Que entidade? \_\_\_\_\_  
 ( ) Fora do empreendimento e regional. Que entidade? \_\_\_\_\_  
 ( ) Fora do empreendimento e nacional. Que entidade? \_\_\_\_\_

**Q) Controle**

40 Alguém do empreendimento fez curso (s) profissionalizante (s) na atividade que exerce:

- ( ) Sim ( ) Não

41 Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

42 Para quem fez cursos, informar:

Tipo: \_\_\_\_\_

Duração: \_\_\_\_\_

Tipo: \_\_\_\_\_

Duração: \_\_\_\_\_

**R) Vínculo de posse dos bens**

43 Como têm sido feita essa remuneração dos associados?

- ( ) pagamento de salário  
 ( ) participação no lucro do empreendimento  
 ( ) pagamento de “pró-labore”  
 ( ) divisão da receita do empreendimento

Outro. Especifique: \_\_\_\_\_